

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO
DOURO**

**AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS E DOS JOVENS
SOBRE O TRABALHO DAS EQUIPAS TÉCNICAS DOS
LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE NA
REUNIFICAÇÃO FAMILIAR**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

José Alberto Raquel Borges

Orientador: Professor Doutor José Luís de Almeida



Vila Real, 2018

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS E DOS JOVENS
SOBRE O TRABALHO DAS EQUIPAS TÉCNICAS DOS
LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE NA
REUNIFICAÇÃO FAMILIAR**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

José Alberto Raquel Borges

Orientador: Professor Doutor José Luís de Almeida

Dissertação apresentada à Universidade de Trás-
os-Montes e Alto Douro para a obtenção do grau
de Mestre em Serviço Social, Departamento de
Economia, Sociologia e Gestão

Vila Real, 2018

“O sucesso da intervenção radica num novo «ovo de Colombo», ou seja, a complexidade da intervenção está tanto no aparato das técnicas ou das estratégias a montar como na dificuldade de descobirmos como as podemos ajudar a tirar outras fotografias e a criar outros álbuns de famílias sem ter que deitar fora ou queimar os velhos” (Madalena Alarcão).

Agradecimentos

A concretização desta Dissertação apenas foi possível devido a uma série de contributos, orientações e incentivos, pelos quais fico imensamente grato.

Às pessoas que abriram as portas das suas casas e das suas vidas, permitindo-me ouvir as suas narrativas de vida, os seus problemas e as suas angústias, e que em algumas situações se transformaram em momentos de grande desgaste emocional.

Ao meu orientador, Doutor José Luís d'Almeida, pela sua paciência e disponibilidade, pelos momentos de reflexão que proporcionou, e pela riqueza intelectual e científica com que sempre me orientou.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento pessoal, académico e profissional, e que me permitiram dar este passo.

Ao António Borges e à Helena Raquel, meus pais, por todos os sacrifícios que fizeram e pela forma como sempre me incentivaram a prosseguir os meus estudos.

Aos meus amigos, nomeadamente ao António Joaquim Dias e ao Libânio Carvalhais que, apesar das distâncias físicas, estiveram sempre presentes incentivando para a conclusão desta dissertação.

À Natércia, pelas minhas falhas e ausências ao longo deste percurso, e também pelo seu constante incentivo.

Por fim, e por contraditório que possa parecer, num trabalho em que é abordada a negligência parental, um agradecimento muito especial à Mariana, pela minha indisponibilidade enquanto pai, ao longo deste período, e pelos momentos em que abdicámos um do outro.

Um muito obrigado e bem-haja a todos.

RESUMO:

Esta Dissertação tem como objetivo conhecer as narrativas das crianças e jovens, bem como das suas famílias, que vivenciaram a separação, a institucionalização e a reunificação familiar. Pretende também perceber, através dessas narrativas, o trabalho desenvolvido pelas equipas técnicas dos Lares de Infância e Juventude, tendo em conta os pressupostos legais e as orientações aportadas pelo Plano Desafios, Oportunidades, Mudanças. O Plano Dom trouxe consigo um novo paradigma de intervenção, numa lógica de trabalho de projeto, numa perspetiva ecológica, que pretendia envolver as famílias das crianças e jovens colocadas em acolhimento institucional na definição dos seus projetos de vida, sempre que possível, com vista à reunificação familiar. Esta nova proposta implicou uma mudança na forma e conteúdo da intervenção nos LIJ, desde a uniformização de procedimentos, ao nível organizacional e burocrático, criando instrumentos passíveis de ser avaliados, mas também ao nível da própria intervenção, obrigando os LIJ a uma maior abertura à comunidade e, sobretudo às famílias, colocando o trabalho técnico não só à disposição das crianças e jovens acolhidas, mas também das suas famílias, envolvendo-as, de forma participada e reflexiva, na definição dos seus projetos de vida.

Para atingir o objetivo proposto, recorreu-se ao Estudo de Caso, por se entender que seria a melhor forma de se conseguir compreender as histórias, sentimentos e opiniões inerentes aos sujeitos que melhor nos poderiam auxiliar nesta pesquisa. Através de entrevistas semiestruturadas, e fazendo sempre um paralelo com as orientações da Segurança Social, foi possível obter essa informação, sendo depois interpretada através do Modelo Ecológico, à luz das Teorias da Exclusão Social, dos problemas familiares e dos maus tratos às crianças e jovens.

Tendo em conta os resultados obtidos, apresentam-se alguns contributos relativamente à intervenção com crianças e jovens institucionalizados e respetivas famílias, bem como uma reflexão sobre o papel do assistente social nas equipas técnicas dos LIJ, abrindo-se algumas linhas de investigação futuras, para uma melhor compreensão acerca destes fenómenos sociais.

Palavras-chave: Intervenção familiar, reunificação familiar, crianças e jovens em acolhimento residencial, Modelo Ecológico, Exclusão Social, Plano DOM, Papel do Assistente Social.

ABSTRACT:

This dissertation aims to know the narratives of children and young people, as well as their families, who experienced separation, followed by the entrance in care residential homes, and the family reunification. Understanding such narratives, is a way to perceive the work developed by children's and youth people's technical teams at residential care homes, and how they take both legal assumptions and guidelines provided by the *Plano Desafios, Oportunidades, Mudança (DOM)*. The *plano DOM* brought a new paradigm of intervention, within an ecological perspective. Based in a logic of project work it to involve children and families in a way that they could autonomously define their life projects, whenever possible, towards family reunification. This new way of working implied a change in the form and content of the intervention in the *LIJ* (children's home): since the uniformization of procedures, at the organizational and bureaucratic level; the creation of instruments that can be evaluated; but also at the level of the intervention itself, forcing the *LIJ* to a greater openness to the community and, above all, to families, placing technical work at the disposal of both children and their families, involving them in a participatory and reflexive way in the definition of their life project.

In order to achieve the latter objective, we used a Case Study methodology, as it is the best way to understand the stories, the feelings and opinions inherent to all the subjects who participated in the research. Through semi-structured interviews, and always parallel to the Social Security guidelines, it was possible to collect information, which was later interpreted through the Ecological Model, in the light of Social Exclusion Theories, family problems and abuse of children and young people.

The document presents the results obtained regarding intervention with children and young people in care homes, and their families; and also contributes to problematize the role of the social worker in the technical teams of the *LIJ*, opening investigative lines to a future research of these social phenomena.

Keywords: Family intervention, family reunification, children and youth in care's homes, Ecological Model, Social Exclusion, Plano DOM, Social Worker role.

ÍNDICE

Agradecimentos	I
RESUMO:	III
ABSTRACT:.....	IV
ÍNDICE	V
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS.....	VII
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I	5
O Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Portugal	5
Breve contextualização da proteção da criança até 1974.....	7
A Proteção da Criança no pós-25 de abril.....	12
O Plano DOM e o SERE+: um novo paradigma de intervenção.....	19
Institucionalização: uma solução ou mais um problema?.....	26
Institucionalização: pressupostos da intervenção	27
Pressupostos Legais.....	31
Das Orientações Técnicas.....	32
O Plano Socioeducativo Individual (PSEI).....	33
Funções do assistente social nos LIJ	36
A Especificidade do Assistente Social nos LIJ.....	36
... baseando-se nos pressupostos sistémicos e ecológicos.....	38
... e intervindo ecologicamente	41
Capítulo II	47
Enquadramento teórico	47
Famílias multiproblemáticas e exclusão social.....	49
Tipos de Exclusão Social.....	49
Dimensões da Exclusão Social	50
Categorias das problemáticas.....	52
Da Exclusão Social ao Risco e ao Perigo.....	54
Maus-tratos às crianças e jovens	57
Explicação dos maus tratos segundo os modelos sistémico e ecológico.....	59
Capítulo III.....	61
Percurso Metodológico	61
O modo de pensar e investigar:	63
Adoção do paradigma metodológico qualitativo	63
Opção metodológica do estudo de caso	67

Instrumentos de recolha e tratamento de dados.....	69
Recolha, tratamento e análise de dados	71
Capítulo IV	75
Análise das Narrativas	75
Narrativas biográficas.....	77
Análises dos resultados/Narrativas:	78
I - Dos jovens relativamente à vida antes da institucionalização:.....	78
II - Das famílias relativamente às vivências familiares e ao processo de separação:	81
III - Dos jovens durante a institucionalização:.....	81
IV - Dos jovens relativamente à possibilidade da reunificação.....	82
V - Das famílias relativamente à possibilidade da reunificação.....	84
VI - As narrativas gerais dos jovens sobre as equipas técnicas dos LIJ.....	87
VII - As narrativas gerais das famílias sobre as equipas técnicas dos LIJ	88
Pontos comuns e de convergência	89
As causas da institucionalização	91
Institucionalização, PSEI e reunificação familiar	96
O assistente social nas equipas técnicas dos LIJ	101
Considerações finais	105
Bibliografia.....	111
Anexo I.....	119
Guiões das entrevistas biográfica a aplicar:	119
Aos jovens que foram desinstitucionalizados regressando à família de origem ...	121
Às famílias dos jovens.....	122
Anexo II	123
Transcrições das entrevistas.....	123
Entrevista J1-02.....	125
Entrevista J2-02.....	127
Entrevista J3-02.....	128
Entrevista J4-02.....	130
Entrevista F1-02.....	132
Entrevista F2-02.....	133
Entrevista F3-02.....	135
Entrevista F4-02.....	136
Entrevista J1-01	137
Entrevista J2-01	140
Entrevista J3(a)-01	141

Entrevista J4-01	143
Entrevista F1-01	145
Entrevista F2/3-01	146
Entrevista F4-01	148
Anexo III	151
As narrativas	151
Anexo IV	161
Quadros resumo das entrevistas	161
Anexo V	181
Nº de crianças e jovens institucionalizadas em Portugal	181
Anexo VI	185
Esquema do Sistema de Proteção em Portugal	185
Anexo VII	189
Documentos disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, IP	189
Na Formação do Plano DOM para técnicos e dirigentes - 2008	189

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: metodologia participativa	34
Quadro 2: Diferenças entre Risco e Perigo.....	56
Quadro 3: Família 1-02 - Comparação de respostas.....	164
Quadro 4: Família 02-02 - Comparação de respostas.....	166
Quadro 5: Família 03-02 - Comparação de respostas.....	168
Quadro 6: Família 04 -02 - Comparação de respostas.....	170
Quadro 7: Família 01-01 - Comparação de respostas.....	172
Quadro 8: Família 02-01 - Comparação de respostas.....	174
Quadro 9: Família 03-01 - Comparação de respostas.....	176
Quadro 10: Família 04-01 - Comparação de respostas.....	178
Quadro 11: Comparação de respostas dos jovens das diferentes instituições	179
Quadro 12: Comparação de respostas dos progenitores das diferentes instituições	180
Quadro 13: Evolução do nº de crianças e jovens institucionalizados: 2006/2016...	183
Quadro 14: Esquema das medidas de Promoção e Proteção	187

SIGLAS

CNIS.....	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CNPDPJ...	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ.....	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DOM.....	Plano Desafios, Oportunidades e Mudanças
GNR.....	Guarda Nacional Republicana
HACCP.....	Hazard Analysis and Critical Control Point
IDS.....	Instituto para o Desenvolvimento Social
ISS.....	Instituto da Segurança Social
LIJ.....	Lar de Infância e Juventude
LPCJP.....	Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
MGQ.....	Manual da Gestão da Qualidade – Lares de Infância e Juventude
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PSEI.....	Plano Socioeducativo Individual
PSP.....	Polícia de Segurança Pública
SERE+.....	Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS
SS.....	Serviço Social

INTRODUÇÃO

O objetivo desta Dissertação é perceber em que medida o trabalho que é feito pelos técnicos dos Lares de Infância e Juventude (LIJ¹) contempla a reaproximação familiar das crianças e jovens em acolhimento institucional, e cumpre com os pressupostos legais, teóricos e técnicos da intervenção. Esta perceção será efetuada tendo em conta as narrativas dos atores principais, ou seja, jovens e famílias que vivenciaram a retirada para medida de acolhimento em instituição e cessaram a mesma para regressarem ao seio familiar.

Apesar de a família das crianças e jovens em risco, muitas vezes, representar papéis contraditórios, sendo, por um lado, fonte de vinculação, afetos e desempenhando um papel de proteção, representando também, por outro lado, um papel de insegurança física e emocional, com episódios marcados pela negligência ou violência, nem por isso os filhos destas famílias consideram a separação dos progenitores como a cura necessária para os seus problemas. Intervir nestas situações, implica um conhecimento profundo, através das narrativas dos próprios, por forma a compreender a realidade destes agregados. A família não deve ser apenas o garante de necessidades biológicas dos seus filhos, deve ser também a alavanca do desenvolvimento biopsicossocial e de segurança e bem-estar. Quando assim não é, o nosso sistema de proteção de menores pode optar pela retirada das crianças e jovens do seu ambiente familiar, sendo a aplicação de medida de institucionalização, muita das vezes, a forma mais imediata que este encontra para acautelar a sua integridade física e emocional, implicando quase sempre o afastamento destas vítimas do seu meio sociofamiliar, competindo às instituições salvaguardar o superior interesse destas crianças e jovens. Mas será do seu superior interesse abdicar da família?

A Constituição da República Portuguesa, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, a Convenção sobre os Direitos da Criança e os manuais da qualidade do Instituto da Segurança Social preconizam, de uma forma transversal e categórica, o direito das crianças a terem e viverem em família. A institucionalização provoca, à partida, um desenraizamento das crianças dos seus meios naturais de vida e a sua adaptação, por vezes forçada, à realidade institucional. Entrar num LIJ, além do inerente contexto de forte cariz emocional provocado por cortes relacionais, implica

¹ Em alguns documentos mais recentes, os LIJ (Lar de Infância e Juventude) designam-se por CAR (Casa de Acolhimento Residencial). Por uma questão de coerência, ao longo do texto será apenas utilizado o termo LIJ.

deixar para trás toda uma vida que, pese embora marcada por problemáticas, incluía toda a sua rede de relacionamentos, desde amigos, família nuclear e/ou alargada até à própria comunidade envolvente. Deixar a aldeia, a vila ou o bairro implica abdicar, de forma involuntária, de parte das suas vidas sendo estas crianças e jovens obrigados a toda uma nova adaptação: regras e horários das instituições, perda de privacidade, adaptação a novos colegas ou a novas escolas, novos parceiros como é o caso da adaptação a um novo ambiente social e/ou escolar.

Quanto às famílias destas crianças e jovens², essas, continuam as suas vidas multiproblemáticas, com a agravante de terem sido declaradas publicamente como incompetentes para cumprir as suas obrigações parentais, mas desejando, em muitos dos casos, ter uma segunda oportunidade de viver juntas com os seus filhos.

Intervir com estas crianças e jovens, com as suas famílias e cumprir os pressupostos da intervenção implica, portanto, um trabalho multidimensional e multiespacial, recorrendo-se das necessidades, problemas e potencialidades dos próprios sujeitos. Compete às equipas técnicas dos LIJ lidar com todas estas perspetivas de intervenção, tentando não só minimizar os efeitos negativos da institucionalização, fazer um diagnóstico sociofamiliar de cada um e, em conjunto com as crianças e jovens e respetiva família, desenhar e desenvolver um plano de intervenção social que vá, acima de tudo, ao encontro do superior interesse da criança, avaliando ao longo do tempo as diversas possibilidades de intervenção, evitando ruturas intrafamiliares mas acautelando, ao mesmo tempo, a intervenção de forma a evitar eventuais repetições de episódios de risco que tenham levado à retirada da C/J, sendo para isso necessário um trabalho de proximidade com as famílias, em rede, sempre que estas se mostrem também disponíveis para um trabalho com a instituição, numa lógica de responsabilização e *empowerment*.

Pretende-se, com esta dissertação, perceber, também, como se desenvolve este trabalho nos LIJ, sobretudo a partir da entrada em vigor do Plano Desafios, Oportunidades, Mudança (DOM), através das perspetivas de quem esteve acolhido, bem como das suas famílias, relativamente à forma como as equipas técnicas das instituições onde estiveram acolhidas lidou com a possibilidade de trabalhar, como projeto de vida, a reunificação familiar.

Esta dissertação pretende também constituir-se como um documento de

² A partir deste momento, o termo crianças e jovens será substituído por C/J

interesse sociológico e académico, e que possa abrir caminho a outros estudos mais aprofundados sobre uma problemática que, apesar de mais de cem anos de Legislação em matéria de infância e juventude, continuamos a assistir, ainda que com algumas melhorias, tendo em conta o elevado número de crianças e jovens a viver em instituição.

Este estudo foi realizado tendo por base um estudo de caso, em que se entrevistaram alguns jovens, bem como um dos progenitores de cada um deles, que vivenciaram a separação, a institucionalização em LIJ dos Concelhos de Chaves, Vila Real e Peso da Régua, e a reunificação familiar.

Serão apresentadas sínteses das entrevistas, bem como quadros explicativos e comparativos das mesmas, numa lógica de análise ecológica da realidade e dos fatores e tipos de exclusão social.

Além dos resultados e conclusões obtidas, tentar-se-á, também, perceber o papel do assistente social, tendo em conta a sua evolução ao longo das últimas décadas e a sua reconfiguração na sociedade de risco e incerteza.

Capítulo I

O Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Portugal

Breve contextualização da proteção da criança até 1974

Falar da Promoção ou da Proteção de crianças e jovens em risco, em Portugal, não nos remete, como noutras questões da proteção social, apenas para as últimas décadas de história. A questão dos apoios sociais à infância em Portugal conta já com séculos de experiência, tendo o nosso país sido, nalgumas questões, pioneiro neste aspeto. Como refere Martins (2006:96), “os serviços de protecção à infância e juventude remontam à criação das misericórdias (séculos XV e XVI), (...) vocacionadas na prática à caridade à assistência e beneficência”. As misericórdias, no entanto, não eram nesta altura vocacionadas apenas para as questões da infância, mas também para outras áreas de intervenção. Mais tarde, segundo o mesmo autor, “(...) nos finais do século XVIII, o Estado cria para os menores vadios, delinquentes e marginalizados, a Real Casa Pia de Lisboa (1780)”, devido ao elevado número de órfãos provocado pelo terramoto de 1755.

Ao nível legislativo, não se pode deixar de mencionar o papel do padre António de Oliveira (1867-1923) que, segundo Martins (2006:106), “Elaborou um Regulamento (Diário do Governo nº 204, de 12/09/1901), em moldes pedagógicos modernos” que serviria de base para as várias instituições de acolhimento de C/J por si criadas e que serviria de base, com a sua direta colaboração com os legisladores da República, na elaboração da primeira “Lei de Protecção à Infância de 27 de Maio de 1911, que constitui um diploma dos mais avançados da Europa” (*idem*:107). Esta alteração à lei pode considerar-se o momento em que o acolhimento institucional passa de um cariz meramente caritativo e garante de necessidades básicas e passa a contemplar, pelo menos no campo teórico, uma componente social e pedagógica que, de acordo com o autor, “a reeducação e a recuperação moral faziam-se sob um sistema disciplinar de internamento (internato, semi-internato), segundo a etiologia do menor, pelo trabalho (...), pela experiência” e tentou que os métodos de aprendizagem utilizados no campo escolar sobrepusessem a aprendizagem mais pela prática do que pela memorização, ideia que viria, algumas décadas mais tarde, a fazer sucesso noutras figuras célebres da pedagogia, como é o caso de Paulo Freire.

Importa também referir algum grau de proximidade deste momento à própria história do Serviço Social (SS) em Portugal, pois, pela primeira vez, há uma intervenção do Estado, na medida em que contempla na legislação matéria até então da exclusividade da Igreja, em assuntos relacionados com as problemáticas da Infância, intervenção essa que viria a ser fundamental para a consolidação do SS em Portugal. O Autor aponta, entre outras medidas da primeira República, que “Em 1911, são criados os Delegados de

Vigilância, de ambos os sexos, para trabalharem junto das Tutorias de Infância (...). Inicia-se deste modo a profissionalização da assistência a menores – que por qualquer razão não podem ser educados na família (...)” (Martins, 2006:113). Começa também nesta altura a assistência domiciliária aos mais necessitados, com equipas constituídas por profissionais de enfermagem e por visitantes, principalmente através da Misericórdia do Porto.

Em 1919, através do Decreto número 5.620 de 10 de Maio, é criada a

“Inspeção-Geral dos Serviços de Protecção a Menores, órgão orientador e fiscalizador e a Inspeção de Assistência a Menores Desamparados e Delinquentes (...), como um instrumento de acção social das tutorias e na colocação em liberdade vigiada dos menores detidos” (*idem*), ou seja, é criada a legislação para os primeiros centros de correção, base daquilo que é hoje o Sistema Tutelar Educativo. Neste período surgem os primeiros diagnósticos “médico-pedagógicos ou psicopedagógicos nos “refúgios””. (*Idem*: 117,118)

É importante realçar que, neste período compreendido entre o surgimento das primeiras instituições de apoio à infância e juventude, no século XV, e 1940, em pleno Estado Novo, a visão sobre as questões das problemáticas dos menores centrava-se apenas nos próprios menores, pois “continuava a família e a escola (e o meio envolvente) a estar no centro da problemática em torno da delinquência infantil e juvenil, devido às incapacidades daquelas duas estruturas de socialização” (*ibidem*:112), pelo queurgia retirá-las desses ambientes e colocá-las onde pudessem ser alvo de reeducação. A delinquência, a vadiagem, a libertinagem, que eram alguns dos grandes males identificados nestes menores, tinham a sua génese naquilo que hoje entendemos por socialização primária e secundária, pelo que o afastamento dos seus meios sociais, acreditava-se, que seria a solução para a sua ressocialização, tal como se pode ler na própria Lei de 27 de Maio de 1911, relativamente às famílias: “ Daí a obrigação do estado, ou de qualquer entidade particular, autorizada, e constituída com o mesmo fim, de as arrancar (crianças) a esse ambiente corruptor e de as tutelar enquanto não estiverem aptas a declararem-se emancipadas pelo trabalho e pelas responsabilidades”(Introdução da Lei da Protecção da Infância de 27 de Maio de 1911). Esta Lei referia ainda a “necessidade de despertar a criança para o cumprimento do bem, lavando-lhe a alma das sujidades, dos detritos em que nasceu e se desenvolveu, e mostrando-lhe a luz clara da verdade, os ensinamentos reabilitadores da justiça.” A família e o ambiente eram, portanto, os fatores

principais para a retirada, uma vez que eram considerados corruptores, centrando toda a intervenção apenas nas C/J. Nesta fase há uma alteração ao nível das políticas sociais, tendo o Estado começado a retirar à Igreja algumas responsabilidades dessas políticas, em matéria de apoios sociais, assumindo-as ele próprio.

Moura (2006:91), relativamente ao papel do Estado em retirar à Igreja as práticas de ajuda social, refere-se a esta fase como a Etapa Resolutiva, que “organizou-se tendo como referência a desconstrução política das práticas de ajuda de cariz religiosa e a reconstrução do processo de ajuda de acordo com os novos padrões culturais da sociedade industrial”.

A criança começa, aos poucos, a deixar de ser vista como “um adulto pequeno” e começa a ver garantidos os seus direitos. A Declaração de Genebra, de 29/09/1924, aprovada pela Liga das Nações, que daria origem, mais tarde, à Organização das Nações Unidas, previa já alguns direitos das crianças, nomeadamente ao nível básico de proteção, alimentação, saúde e desenvolvimento material e espiritual, além de lhes serem facultadas as ferramentas para a sua capacidade de se sustentar. Em 1948, o ponto nº2 do artigo 25º da Declaração dos Direitos do Homem afirmava (e afirma) que “a maternidade e a infância têm direito a ajuda e assistência especiais” e que “todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.” Esta Declaração “não é naturalmente um documento específico sobre os Direitos da criança, apesar de as abranger. Todavia, pelas razões aduzidas, é imperioso referi-la, até por ser o documento fundador dos documentos internacionais sobre a matéria” (Delgado, 2006:115). Além do maior aumento de reconhecimento dos direitos relativamente às crianças, é também de realçar a questão da maternidade que, pelo menos em Portugal, não estava ainda contemplada na Lei. Importa também referir um novo paralelo com a evolução do SS em Portugal, pois, nos finais dos anos 30 e inícios dos anos 40, começam a ser formadas na Escola Normal Social de Coimbra, que surge em 1937 as “Enfermeiras Puericultoras Visitadoras de Infância, sob clara influência do Serviço Social Francês (...)” (Branco e Fernandes, 2005:2), dois anos após a criação do Instituto de Serviço Social em Lisboa em 1935, “para formar o pessoal vinculado aos serviços de justiça de menores” (*idem*:2).

Os primeiros cursos de SS estavam diretamente ligados à ideologia do Estado Novo, e eram “essencialmente e “obrigatoriamente” dirigidos a mulheres” (Carvalho, 2010:151), defendendo a Trilogia “Deus, Pátria Família”, período este em que “a ação social desenvolvida por assistentes sociais, visitantes e ou voluntárias confundia-se com a ação religiosa e de educação moral nacional” (*idem*:151), ou seja, numa lógica de

controlo social e segundo a perspectiva de que as crianças deveriam ser retiradas dos ambientes perversos e reeducadas segundo os padrões vigentes.

A Organização Nacional da Defesa da Família surge no início dos anos 40, surgindo também nessa altura o abono de família, apoios e benefícios materno-infantis e, como realça Martins (2009:164), entre outras medidas desta época, que “ (...) constituiu-se, ainda, o Instituto de Assistência aos Menores como uma entidade que organiza os processos respeitantes aos menores com «domicílio de socorro», fora da área de Lisboa, já que na capital tal função cabia à Casa Pia de Lisboa.”

Apesar de as instituições continuarem a ser o principal destino daquelas crianças que hoje consideramos viverem em perigo ou em risco, começava já a vislumbrar-se alguma vontade em encetar um trabalho junto das famílias, numa perspectiva de prevenção. No entanto, esta vontade era sobretudo ao nível legislativo, pois, nos anos 50, ainda se denotava que nos meios sociais mais desfavorecidos prevalecia a pobreza, o analfabetismo e o trabalho infantil como modo de subsistência familiar, com pouca ou nenhuma fiscalização a este nível por parte do Estado.

Ainda antes da publicação da Declaração dos Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1959, sensivelmente uma década após a Declaração dos Direitos do Homem, havia em Portugal “três tipos de estabelecimentos destinados à assistência e educação e à reeducação, segundo a etiologia do menor detido: os públicos (...) para menores delinquentes, indisciplinados, abandonados e vadios (...); os públicos e particulares destinados às crianças “em perigo moral”, abandonadas, órfãs e pobres (...); e os particulares administrados por associações beneméritas e organismos sociais e religiosos” (Martins, (1995), citado por Martins, (2006:21,22).

Relativamente à questão das crianças e jovens e à sua colocação em instituições, pouco foi alterado até 1974, além da contemplação, por parte do Decreto-Lei nº47727, de 1967, da possibilidade da entrega de menores à guarda de pessoa idónea ou a inclusão de assistentes sociais no processo, mas sempre dependentes do juiz encarregue do caso. Relativamente à redação anterior, o Decreto-Lei nº44288, de 20 de abril de 1962, que aprovara a Organização Tutelar de Menores, foi eliminado o termo “menores em risco moral”, o que dava a sensação que, em vez de risco, existiam apenas situações de perigo por detrás da retirada das C/J para institucionalização. O conceito do risco, na Lei, apenas ressurgirá em 1978, como abordarei posteriormente. Continuou-se a fazer uma intervenção apenas centrada nos deveres das crianças, que não se adaptavam aos princípios que regiam a sociedade portuguesa, e pouco ou nada nos seus direitos, numa

perspetiva assistencialista e caritativa. Houve, durante finais do século XIX e meados do século XX, a ideia de que as casas de acolhimento de crianças e jovens serviam para “moldar” as suas personalidades, lavar as suas mentes das “ideias perversas”, e adaptá-los àqueles que eram, em cada pedaço de história, os ideais morais comumente aceites, não garantindo sequer aquilo que estava previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, logo no seu Preâmbulo: “Considerando que o reconhecimento da dignidade a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;” dando também continuidade através dos Artigos 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (...)” e do Artigo 2º, “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e liberdades (...) sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento (...)”. Apesar de, em momento algum, esta declaração, que foi adotada e proclamada pela Assembleia das Nações Unidas em 1948 e ratificada e adotada, dois anos mais tarde, pelo Conselho da Europa, entrando em vigor em 1953, não mencionar as crianças, todas elas estão incluídas nos termos “Todos os seres humanos”, pelo que a permanência e, sobretudo a forma como se faziam as intervenções médico-pedagógicas nas instituições de acolhimento não estavam, ainda, de acordo com os princípios orientadores previstos nesta declaração. Recorde-se, a título de curiosidade, que Portugal aderira, como membro de pleno direito, à organização das Nações Unidas em 1955, após ter diligenciado candidaturas desde 1946, pelo que o Estado estava ciente das implicações que esta Declaração acarretava em termos sociais e políticos.

Quanto ao paralelo do tema das C/J com a evolução do SS, pois é neste contexto que esta área de estudos e intervenção surge,

“O Serviço Social, tendo por contexto internacional a crítica do modelo de desenvolvimento do pós-guerra e a emergência de novos movimentos sociais, (...) inicia a sua crítica ao Estado Corporativo e à sua ideologia restauracionista e vincula-se progressivamente às ciências sociais e aos direitos do homem (...) com objetivos educacionais e a intervenção comunitária” (Branco e Fernandes, 2005:5)

Como se pode verificar, a questão do pós-guerra e o período político que marcava Portugal, já com alguns focos de revolta intelectual, mas ainda muito marcado e preso pela questão colonial, não permitia que o SS se desenvolvesse da forma que se desejaria

e “um certo mal-estar instala-se na profissão, com a tomada de consciência de que o Serviço Social está reduzido a mero executor das políticas sociais e com predomínio das actividades assistencialistas” (*idem*:5). A própria Lei continuava a manter sob a figura do Juiz a tomada de decisão sobre as questões da retirada das C/J dos seus meios de socialização e a sua colocação em instituição.

Importa salientar, no entanto, que, embora na prática o SS não tenha conhecido alterações significativas, no plano teórico já se denotavam algumas mudanças, sendo que “a formação na área (...) pauta-se pela produção teórica dos países desenvolvidos: o ensino do Serviço Social estruturado segundo os métodos básicos de intervenção (Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidades)” (*ibidem*:5). O SS, que já englobava uma formação académica integral, tendo em conta as necessidades da intervenção, como era o caso da sociologia, psicologia ou psiquiatria, permitiam já a estes profissionais poder abordar, em diferentes contextos, desde o indivíduo, à família, sociedade envolvente e mesmo dentro das instituições, as questões da família e C/J de outras perspetivas diferentes das até então abordadas.

A Proteção da Criança no pós-25 de abril

Após o 25 de abril, mais concretamente em 1976, dá-se um passo substancial no que à proteção das crianças diz respeito, com as alterações e aprovação da nova Constituição, através de quatro Artigos que contemplam as questões da família, infância e da juventude. O Artigo 36º menciona os direitos e deveres dos pais em educar e manter os filhos, mesmo os nascidos fora do casamento. Quando os pais não conseguem assegurar os seus deveres fundamentais para com os filhos, estes podem ser-lhes retirados, mas sempre por ordem judicial. O Artigo 67º afirma que a família “tem o direito à proteção da sociedade e do estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”. Alguns dos motivos para a retirada das crianças para casas de acolhimento, até então, prendia-se precisamente com fatores sociais e económicos, com o facto de haver crianças nascidas fora do matrimónio, pelo que a Constituição prevê, nestes pontos, uma mudança radical na forma como passam a ser tratados estes casos. O Artigo 69º refere-se exclusivamente às crianças, garantindo-lhes a proteção do Estado, principalmente “às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”, além de proibir, pela primeira vez na história, “o trabalho de menores em idade escolar”. No Artigo seguinte, dedicado aos

jovens, além de realçar o direito destes a um desenvolvimento integral, é de realçar o dever do Estado em articular-se com a família, escolas e outros na persecução desses objetivos.

Esta alteração legislativa trouxe consigo uma mudança na forma como o Estado via as questões familiares e de crianças em perigo. Antes do 25 de abril, decidia e atuava de forma unilateral, face às carências familiares, as “devido às condições sócio-económicas, habitacionais, higiénicas e culturais em que viviam” (Martins, 2006:100) e também devido à “constituição anormal da família, desde as situações de pais separados, amancebados, falta dos pais naturais ou de um deles, as influências hereditárias e das doenças sociais ou psíquicas” (*idem*:100), tendo para isso, como solução, retirar as crianças do seu seio familiar, institucionalizando-as com o objetivo de as corrigir e educar segundo os princípios e valores em vigor. Com a Constituição de 1976, temos um Estado predisposto a facultar às famílias condições para a manutenção dos filhos e trabalhar em parceria com os parceiros familiares e sociais com o objetivo de proporcionar a cada criança e jovem a possibilidade de uma educação e pensamento livre e integral.

Em 1978 é publicado o Decreto-Lei nº 314/ 78, de 27 de outubro, que traz algumas alterações significativas, principalmente, relativamente aos princípios e procedimentos da intervenção com C/J, além de uma distribuição das situações, qua antes eram quase exclusivas dos Tribunais de Justiça, (ou da Igreja, sobretudo nas situações de carências económicas) ou seja, eram aplicadas medidas tutelares, passando os casos, a partir deste momento, e mediante as competências de cada um, a ser distribuídos, segundo o tipo de problemática, entre o Tribunal de Menores e Tribunal de Família. O que se pretendia com este diploma era, segundo o ponto 1º, “O facto de o tratamento jurídico das questões relativas a menores, quer no âmbito das medidas tutelares, quer em matéria de natureza cível, estar informado por princípios comuns justifica a sua inclusão num diploma único.” No Artigo 2º do Capítulo I, afirma que “Os tribunais de menores têm por fim a protecção judiciária dos menores, e a defesa dos seus direitos e interesses mediante a aplicação de medidas tutelares de protecção, assistência e educação”. À luz da Constituição, e pela primeira vez, contempla-se a aplicação de medidas com objetivos que vão ao encontro dos direitos e interesses das C/J.

Também ao nível das instituições de acolhimento passou a incluir as diretrizes não só para os tutelares educativos, mas também para os “centros de observação e acção social, agora criados em substituição dos centros de observação anexos aos tribunais

centrais de menores, impôs um tratamento mais pormenorizado destes estabelecimentos.” (Decreto-Lei nº 314/ 78, de 27 de outubro).

Reintroduz-se neste Decreto-Lei, após a eliminação na legislação de 1967, a categoria de menores em perigo moral e repensa-se, no âmbito da assessoria técnica, as formas de lhes dar um cariz mais operacional e menos burocrático, ao mesmo tempo que se dava um alerta aos juízes para a necessidade de um carácter mais protetor e educativo na aplicação das medidas tutelares, bem como a inclusão do poder paternal durante a manutenção das medidas. Esta última questão merece destaque, uma vez que, pela primeira vez, permite-se aos progenitores o acompanhamento da evolução dos seus filhos após a sua retirada. Houve também uma redução do número de C/J a ir para medidas tutelares e, na redação desta Lei no que a instituições diz respeito, “procedeu-se a uma redefinição dos seus fins, atribuindo-se uma maior importância aos lares semi-internato, de transição e residenciais e conferindo-se-lhes maior maleabilidade” (Decreto-Lei nº 314/ 78 de 27 de outubro). As crianças com menos de 12 anos mereceram uma especial atenção e “Particular cuidado mereceram os centros de observação e acção social, como instituições oficiais não judiciárias competentes, no termo da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, para aplicar medidas” (*idem*). Temos aqui, também pela primeira vez, uma distinção, por parte da Lei, que antes apenas se valia da idade em que se definia a maioridade, passando a fazer aqui uma separação intermédia, que incluía o início da adolescência. Outro aspeto importante a ter em consideração, é a questão de se dar uma maior importância aos estabelecimentos não tutelares, mediante a análise de cada situação ser ou não passível de ser resolvida fora dos tribunais. Outras alterações que esta Lei aportou foram “em matéria de adopção, regulamentou-se a declaração do estado de abandono, bem como a recolha do consentimento prévio pelos pais do menor, com vista a futura adopção” (*ibidem*) e em matéria de regulação do exercício do poder parental, pensão de alimentos e averiguação oficiosa de maternidade e paternidade.

Apesar de algumas novidades trazidas pelo o Decreto-Lei nº 314/ 78, ou Organização Tutelar de Menores, de 27 de outubro, na prática as alterações não foram ainda suficientes para produzir os efeitos desejáveis. Os Tribunais continuam a deter todo o poder nas decisões e continua a manter-se uma aplicação de medidas de cariz corretivo e de adaptabilidade, mantendo-se um modelo de intervenção que apenas preza o protecionismo e o assistencialismo, além de não haver, por exemplo, uma diferenciação entre as situações de risco e as situações de delinquência juvenil.

Pouco antes da noite de 24 para 25 de abril de 1974 decorrera o “Seminário Reconceptualização do Serviço Social na América Latina”, onde é abordada a temática do papel do Serviço Social nos países que viveram ditaduras e onde se observou o subdesenvolvimento que, entre outras reflexões acerca de práticas e campos de intervenção, é questionado o papel do SS enquanto parceiro de outros profissionais da intervenção social, no caso que interessa aqui, por exemplo, nos Tribunais de Família ou de Menores que, no caso português, não eram ainda tidos em consideração relativamente à forma de intervenção ou na aplicação das medidas. Outro tema abordado nesse seminário incidia no papel do Assistente Social enquanto “agente de mudança até numa perspectiva anti-institucional” (Branco e Fernandes 2005:6).

Poucos anos depois, verifica-se um desenvolvimento da profissão, aumentando o número de faculdades que ministravam o curso de SS, e “O reconhecimento da Licenciatura, em 1989 e, posteriormente, do Mestrado (1995) e do Doutoramento (2003), (...) rasgam caminhos de afirmação que tornam singular a experiência portuguesa” (*idem*:2) do Serviço Social.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, havida em 1976, foi escolhido o ano de 1979 como Ano Internacional dos Direitos da Criança, que também foi divulgado e reconhecido por Portugal. No entanto, foi necessário esperar uma década, em 1989, precisamente no 10º aniversário do Ano Internacional da Criança, para que a ONU apresentasse a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança, ratificada e assinada em 1990 e, no caso de Portugal, ratificada em 21 de setembro desse mesmo ano. Esta ratificação irá obrigar Portugal a introduzir alterações profundas em toda a forma de atuar no que diz respeito aos direitos da criança. A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais: a não discriminação, algo que as alterações feitas à Constituição e à Lei, de uma forma mais ou menos superficial, já contemplavam; a sobrevivência e desenvolvimento, que também já estava previsto na Lei portuguesa; mas os outros dois pilares acarretaram pressupostos que obrigaram a uma alteração à Lei da Proteção das crianças, que foram o interesse superior da criança e a sua opinião, ou seja, era necessário proceder com urgência às alterações tidas por convenientes de forma a incluir na Lei estes dois pilares, o que obrigou a uma reformulação geral dos pressupostos da intervenção com C/J, de uma forma mais individualizada.

Esta procura de mudanças ao nível da intervenção foi também seguida de perto pelo SS, procurando acompanhar a própria evolução das políticas sociais. A este respeito, Helena Moura (2006:94,95) considera esta nova fase da intervenção social como a Etapa

Integracionista, em que “a intervenção assumiu um estilo de actuação que fazia uso de um processo de individualização na análise das situações sociais, para mais eficazmente proceder a uma integração de indivíduos, grupos ou comunidades na respectiva ordem política e económica.”

Em 1991 são criadas as Comissões de Protecção de Menores, como entidades autónomas, através do Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio, no intuito de sensibilizar as famílias e as comunidades a cumprir os seus deveres e obrigações na educação das C/J, tentando evitar que determinadas situações chegassem à barra dos Tribunais. Assistimos desta forma a uma tentativa, por parte do estado, de um trabalho em rede e parceria no que à questão das C/J em risco diz respeito. No texto inicial desta Lei pode ler-se que

“É hoje princípio aceite que a problemática do menor negligenciado ou maltratado e também do menor que patenteia condutas desviantes exige uma intervenção multidisciplinar e interinstitucional, articulada e flexível, que combine a qualidade da acção com o respeito pelos princípios e garantias constitucionais”.³

No dia 1 de janeiro de 2001 entra em vigor a Lei nº 147/99, de 1 de Setembro que é, até à data, a Lei que mais alterações trouxe no âmbito da protecção de menores em Portugal. As Comissões passam a designar-se Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que são reconhecidas como instituições oficiais, embora não judiciárias, cada uma com a sua própria autonomia.

A Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, no seu Artigo 4º, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LCJP) elenca vários “Princípios orientadores da intervenção⁴, que pressupõem alterações substanciais na própria forma como se olha para esta problemática.

Relativamente à evolução das Leis de protecção à Infância que foram surgindo ao longo de mais de um século, denota-se claramente uma mudança, sobretudo, da postura passiva com que as C/J eram olhadas anteriormente, para uma postura de reconhecimentos das C/J enquanto pessoas de direitos e opinião, respeitando o seu superior interesse e sendo obrigatória a sua audição e participação. A intervenção deve ser precoce e mínima, ou seja, mal sejam detetadas as situações, e feita de uma forma

³ Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio

⁴ Interesse superior da criança e do jovem; Privacidade; Intervenção precoce; Intervenção mínima; Proporcionalidade e atualidade; Responsabilidade parental; Prevalência da família; Obrigatoriedade da informação; Audição obrigatória e participação; Subsidiariedade. (será explanado na página 31, juntamente com a Lei nº 142/2015 de 8 de setembro).

célere, o que obriga a uma intervenção mais de terreno, mais nos contextos de socialização primária e secundária, contrariamente ao que sucedia anteriormente, em que as C/J eram retiradas imediatamente. Os princípios da proporcionalidade e atualidade, bem como a responsabilidade parental, representam também uma evolução significativa relativamente à legislação anterior, prevendo, desta forma, uma intervenção que preze, em primeiro lugar, a continuidade na família. Mediante uma análise às noções de perigo, ou risco de perigo, inerentes a cada situação, a intervenção pode passar por várias medidas possíveis dentro da lei e no âmbito das CPCJ.

Após as denúncias, cabe às CPCJ a elaboração de um diagnóstico da situação o mais detalhado possível e negocia, sempre que possível, um acordo com as C/J e familiares no sentido de eliminar os riscos existentes. Caso se diagnostique uma situação de perigo ou o acordo celebrado de Promoção e Proteção não seja respeitado, a CPCJ encaminha o processo para o Ministério Público, a quem cabe decidir sobre a medida a aplicar.

As equipas das CPCJ são equipas multidisciplinares onde se tem verificado a inclusão de Assistentes Sociais que aportam uma visão diferente a essas equipas, de uma visão que possibilita uma intervenção centrada nas possibilidades de cada sujeito ou, como refere Moura (2006:67), “A construção de uma política de intervenção profissional baseada no reconhecimento da cidadania abriu espaço à consolidação de um modelo de intervenção profissional de características emancipatórias, o qual se legitima no contexto do processo de conciliação entre individualização e emancipação social”.

Além desta nova visão da intervenção, e seguindo os pressupostos da Lei, a fase do diagnóstico pelo qual vai ser direcionada a intervenção, quer por parte das CPCJ, quer do Ministério Público, faz realçar a importância e seriedade com que o mesmo é elaborado, pois deve ser feito respeitando sempre os princípios da intervenção previstos nessa mesma Lei. Também aqui merece um papel de destaque o SS, pois conta já com um século de experiência no que a diagnósticos diz respeito, considerando os textos de 1917 de Mary Richmond, *Social Diagnosis*. Alterar e planificar a vida de alguém, menor de idade, que pode correr o risco da separação, a juntar aos riscos em que já se encontra, deve ser trabalhado com o máximo profissionalismo, investigação, conhecimento pormenorizado da situação, tendo em conta todos os agentes endógenos e exógenos envolvidos, de forma a evitar cometer erros de intervenção. “O diagnóstico social é uma ligação entre a investigação e a programação; tem a função de “dobradiça” entre uma e outra fase do processo metodológico.” (Idáñez e Ander-Egg, 2007:17), e os profissionais

de SS estão preparados para dar o seu contributo teórico e prático na elaboração desses diagnósticos, para um trabalho em rede e parceria e nas questões do empoderamento, nesta situação em concreto, das famílias, das C/J e da comunidade envolvente, funcionando como mediadores não só entre os próprios elementos da família, como entre estas e outros grupos da sociedade envolvente, entre estas e as instituições, entre estas e outros profissionais de intervenção. Como defende Mello, citado por Carvalho (2000:52), a mediação efetuada pelo SS “exige o afastamento de oposições irreduzíveis e sem sínteses superadoras, o que não significa a negação e ausência das contradições; pelo contrário, é preciso compreender que forças e relações existem e co-existem no processo, na totalidade, produzindo movimento.”

Quando a CPCJ não consegue, dentro do seu âmbito e competência de intervenção solucionar as situações sinalizadas, estas passam para o Ministério Público ou para o Tribunal de Família e Menores, que determinam a medida a aplicar. Com as alterações efetuadas para o surgimento da Lei 147/99, de 1 de setembro, houve uma reformulação no que à proteção de menores de idade diz respeito. Se antes tínhamos a Organização Tutelar de Menores que era responsável por todas as C/J acolhidas pelo Estado em residências (havia as instituições religiosas que acolhiam por iniciativa própria), a partir deste momento passa a haver dois tipos de medidas: a tutela educativa, para situações que incluem delito grave e por isso são exclusivas dos tribunais e do Instituto de Reinserção Social, sendo a intervenção nas situações de perigo, como refere Delgado (2006:139), “exercida prioritariamente por via social, pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, apoiadas pelo Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho, a quem compete, nomeadamente, financiar e avaliar os Lares para Crianças e Jovens.”

O mesmo autor ilustra, através do esquema no quadro apresentado em anexo⁵, de uma forma perceptível, este atual modelo de intervenção e as medidas passíveis de serem aplicadas.

Uma vez que este trabalho incidirá sobre jovens e famílias que viram as suas vidas afetadas pela separação e institucionalização em Lar de Infância e Juventude (LIJ), passa-se a analisar, com maior enfoque, a evolução dos LIJ no seguimento da entrada em vigor da Lei 147/99, de 1 de setembro, que está inserida nas Medidas de Promoção e Protecção, que é uma das medidas de colocação, juntamente com as Famílias de Acolhimento ou medida de Adoção.

⁵ Anexo VI: quadro nº14

O Plano DOM e o SERE+: um novo paradigma de intervenção

Com a entrada em vigor da Lei 147/99, de 1 de setembro, foram feitos vários estudos e reflexões sobre o acolhimento institucional e sobre a forma de pôr em prática os princípios da intervenção previstos na Lei. No ano de 2000, o Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) apresentou um estudo⁶ aprofundado sobre a realidade das crianças e jovens em acolhimento institucional em Portugal. Havia, num universo de 257 instituições de acolhimento permanente, institucionalizadas “9561 crianças, das quais 5060 são raparigas e 4222 rapazes” IDS (2000:26). O estudo não revela os fatores de institucionalização referentes a todas as crianças acolhidas, fazendo-o apenas relativamente aos bebés com idade até dois anos. Relativamente a esta amostra, chegou-se à conclusão que a negligência, com uma representatividade de 51,6%, é o principal fator de institucionalização, seguido das situações de abandono e de pobreza, ocupando a orfandade uma percentagem de apenas 0.8%. Este estudo reconhece que a retirada das crianças, perante as situações de negligência ou abandono, é uma medida aceitável quando “o trabalho social e a mediação familiares com estas se afigura moroso ou difícil”, mas questiona “acerca da adequabilidade da institucionalização em lar”, uma vez que na maioria das situações de acolhimento residencial os projetos de vida das crianças passam a ser a continuidade em instituição por um longo período de tempo.

Ao analisarem com mais pormenor as questões da negligência, os autores deste estudo chegam à conclusão que há uma grande incidência de fatores económicos por detrás de situações de fome ou de falta de condições habitacionais e salubridade, daí recomendarem aos serviços da Segurança Social um “trabalho ao nível do desenvolvimento das competências familiares, quer ao nível afectivo, quer financeiro, quer cultural. (...). Nestas situações, a solução poderia passar por outro tipo de apoio ao núcleo familiar que evitaria o afastamento do jovem do seu meio de origem.” (*idem*:75)

Este estudo demonstrou também que a institucionalização nem sempre é a melhor solução para os reais problemas familiares ou para combater os fatores de risco inerentes à retirada das crianças ou, pelo menos, não é suficiente a retirada das C/J. Demonstrou também que havia uma percentagem significativa de acolhimento de crianças e jovens devido a abandono ou absentismo escolar e, em algumas das situações, foram os próprios familiares a solicitar o acolhimento devido a esse motivo. Como é também referido neste

⁶ Consultável www.cnpcjr.pt

estudo, “Nestas situações, a solução poderia passar por outro tipo de apoio ao núcleo familiar que evitaria o afastamento do jovem do seu meio de origem.” (*ibidem*:75). Este estudo alerta, por diversas vezes ao longo do documento, a possibilidade e necessidade de uma intervenção feita na família, uma intervenção de mediação social junto dos agregados familiares.

O Relatório de Caracterização Sumária de Instituições de Acolhimento⁷, em 2006, feito pelo Instituto da Segurança Social (ISS), que abrangeu todas as instituições de acolhimento, incluindo 230 Lares de Infância e Juventude (LIJ), vai mais longe, defendendo que as próprias famílias devem manter um contacto mais próximo com as C/J nas instituições onde estão acolhidos, trazendo dois novos elementos que, apesar de estarem previstos na Lei 147/99, de 1 de setembro, não estão ainda postos em prática: a existência de equipas técnicas nos LIJ e a existência da figura do gestores de caso em todas as instituições. Não deixa de ser curioso o facto de o relatório referir, logo na introdução (P.4), que “pela primeira vez se procedeu à caracterização sumária das instituições de acolhimento” referindo também, mais adiante, que “verifica-se que o panorama institucional actual já não é dominado pelas grandes instituições de acolhimento, que albergam várias dezenas de crianças (*idem*:4). Aliás, 56% das instituições são de pequena dimensão. Infelizmente não se pode fazer uma comparação objetiva, pois faltam dados anteriores referentes ao número de instituições, tipologias e capacidade. No entanto, dá para perceber que as alterações à Lei obrigaram as instituições a aproximarem-se de um modelo com capacidades próximas dos 20/25 utentes, permitindo uma intervenção mais de acordo com o “sentido da humanização, individualização do acolhimento de crianças e jovens e no sentido do cumprimento do princípio ético e legal de conferir às instituições de acolhimento um ambiente e funcionamento, o mais próximo possível da família.” (*ibidem*:9), o que é praticamente impossível em instituições com capacidades superiores a 50 utentes, como sucedia em muitos casos.

Para além deste desejo de querer aproximar as instituições a um modelo mais próximo do familiar, o mesmo relatório pretende aproximar os seus utentes dos seus familiares, fazendo uma análise da frequência das visitas de familiares às instituições, pois “Nunca as regras de funcionamento da instituição deverão constituir um obstáculo à manutenção de relações saudáveis e espontâneas da criança com a sua família, adultos e

⁷ Consultável em www.cnpcjr.pt

pares de referência.” (*ibidem*:9) É de salientar uma mudança no paradigma da intervenção, quando comparado o texto deste relatório com a forma como se atuava antes, em que a própria Lei preconizava a retirada das crianças dos seus meios de socialização primária e secundária com o intuito de a reeducar segundo os princípios e valores vigentes, enquanto que no momento da realização deste relatório se defende que as regras das instituições “devem ser delineadas em função das necessidades de socialização, de identidade e estabilidade emocional das crianças e não com o fim último de manutenção do equilíbrio e organização institucionais.” (*ibidem*:15), ou seja, pretende-se que as instituições se adaptem mais às crianças, e não o contrário. Segundo o estudo, são várias as vantagens do contacto entre as crianças acolhidas e a sua família:

- Permitem a manutenção de relações familiares e afetivas;
- Promovem o bem-estar da criança em acolhimento;
- Desenvolvem a capacitação dos pais;
- Ajudam os membros das famílias a encararem a realidade;
- Criam oportunidades para aprender, praticar e demonstrar novos comportamentos e padrões de interação;
- Facilitam o acompanhamento e avaliação da família;
- Quando o objetivo da intervenção não é a reunificação familiar, ajuda os membros da família a lidar com a mudança ou com o fim da relação.

Ao analisarmos as vantagens acima enunciadas, apercebemo-nos que estamos a falar de visitas devidamente controladas (acompanhadas e avaliadas) pelos LIJ, visitas de carácter emocional e relacional, mas também educativo, numa perspetiva de trabalhar a responsabilidade parental, ao mesmo tempo que se minimizam os danos da institucionalização, como será tratado e demonstrado no próximo capítulo. Este trabalho visa dar a possibilidade à família de demonstrar, através de uma nova oportunidade, que pode trabalhar as suas competências parentais e eliminar as situações de risco ou perigo, por forma a abrir a possibilidade da reunificação familiar. O relatório demonstra, no entanto, que apenas 38% dos LIJ “permitem visitas na instituição 1 vez por semana e 9% só permitem com frequência igual ou superior a 15 dias; 29% só permitem visitas da criança à família 1 vez por semana e 12% só permitem com frequência igual ou superior a 15 dias” (*ibidem*:16). Das visitas permitidas, no que diz respeito ao acompanhamento técnico destas visitas, apenas 35% das visitas são efetuadas com supervisão técnica.

Através deste estudo não podemos ter uma real perceção dos motivos por detrás desta falta de trabalho de aproximação às famílias, mas dada a estrutura e pontos referidos no próprio relatório, somos levados a crer que um dos principais motivos é a falta de equipas técnicas, equipas com número insuficiente de técnicos e a não existência, em número suficiente, da figura de gestor de caso. O estudo demonstrou que quase 30% dos LIJ não possuíam, à data, equipas técnicas nos seus quadros, algo que está previsto no Artigo nº 54 da Lei 147/99, de 1 de Setembro, o que exclui, nessas instituições, a figura do gestor de caso, que é o técnico responsável por determinada criança, a quem compete, além do dia-a-dia da criança no LIJ, a articulação com outros técnicos da instituição e outros organismos, com familiares, serviços de saúde, escola, etc. O gestor deve ter acesso privilegiado relativamente a tudo quanto diz respeito à criança, mas o relatório demonstra que nos LIJ nem sequer havia como prática corrente as reuniões de equipa, e 67% dos LIJ reúnem quando consideram necessário e apenas 16% têm “reuniões com uma frequência igual ou inferior a mensal” (*ibidem*:11).

O relatório termina com algumas instruções para os LIJ diligenciarem no sentido de garantir às crianças em acolhimento, bem como aos seus familiares, estas reuniões/encontros periódicos de forma supervisionada, por técnicos, com objetivos previamente definidos, mediante o histórico de cada situação, não só nos LIJ, mas também nas casas das próprias famílias.

Em 10 de maio de 2007 é publicado o Despacho nº 8393/2007 que determina a criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças,

“que tem como objectivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção de crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.”⁸

Foi nomeado, para o desenvolvimento e supervisão do plano DOM. o Instituto da Segurança Social, I.P., tendo sido escolhidas 5 instituições piloto na fase inicial, em novembro de 2007. Em março de 2008 protocolaram com o ISS mais 21 instituições, para a implementação deste programa, em setembro desse ano aderiram mais 79 instituições, tendo em 2009 chegado a todas as instituições que tinham, à data, protocolos de cooperação com o ISS⁹.

⁸ Despacho nº 8393/2007, de 10 de maio

⁹ Informações recolhidas em www.seg-social.pt

O plano Dom previa, à priori, duas medidas fundamentais para preparar os LIJ para um trabalho que fosse ao encontro do interesse das crianças em poder crescer num ambiente familiar e passar o menor período de tempo possível institucionalizado: a dotação das instituições de recursos técnicos especializados e a preparação dessas equipas técnicas, bem como das respetivas direções das instituições, a nível teórico e de procedimentos. Foram preparados, para isso, manuais de qualidade a implementar em todos os LIJ que aderiram ao plano DOM, com especial enfoque nos Planos Socioeducativos Individuais (PSEI), reformulação de todos os instrumentos técnicos de suporte, que orientavam para a realização de projetos de vida de curto prazo, devidamente supervisionados por um elemento externo, cumprindo Planos de Supervisão previamente estabelecidos. O ISS pretendia, segundo informações prestadas no seu sítio de internet, com estas medidas, uma “mudança de práticas institucionais que se revelem menos adequadas; mudança de atitudes que não confirmam a legitimidade para a devida salvaguarda dos interesses das crianças e jovens que requerem protecção e confiança no futuro; mudança de paradigma do acolhimento institucional¹⁰”.

Com estas medidas era esperada uma intervenção, a nível da instituição, mais individualizada e centrada nas necessidades, na estabilidade emocional e no desenvolvimento das potencialidades, ao mesmo tempo que se pretendia um trabalho de proximidade com as famílias, sempre que possível, e um trabalho tendo em vista projetos de vida que preconizassem um curto período de institucionalização e o regresso à família, família alargada, família de acolhimento ou adoção.

Alguns documentos¹¹ utilizados pelo ISS nas ações de formação para técnicos e dirigentes alertavam para a necessidade de passar a ver a institucionalização de uma perspectiva transitória, afirmando que “o Lar não é substituto da família actual ou futura da criança/jovem, (...) deve promover, sempre que possível, a proximidade da criança/jovem à família (...)” e que “deve aproveitar as potencialidades do espaço institucional para a estimulação das competências parentais”. Num outro documento¹² são dadas, inclusivamente, e numa perspectiva de intervenção sistémica e ecológica, as seguintes orientações:

- Identificar os objetivos gerais da intervenção com as famílias

¹⁰ <http://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-opportunidades-e-mudancas>

¹¹ Anexo VII – Documentos da formação de técnicos e dirigentes – Plano DOM, ISS,IP, 2008

¹² Anexo VII – Documentos da formação de técnicos e dirigentes – Plano DOM, ISS,IP, 2008

- Identificar as principais características das famílias e das crianças que se encontram acolhidas
- Identificar os fatores de risco e de proteção com vista à definição de um plano de intervenção
- Identificar a posição da instituição
- Identificar as estratégias de intervenção com vista à reunificação.¹³

As equipas técnicas dos LIJ são, portanto, instruídas para uma intervenção que deve partir de uma postura sistémica e ecológica, como aliás ainda está presente no Manual da Qualidade dos LIJ, iniciando a intervenção com a elaboração de um diagnóstico situacional da criança acolhida, da sua família e da própria instituição em que, todas juntas, participam ativamente na definição e desenvolvimento de um plano de intervenção, de um projeto de vida que passa, por princípio, pela reunificação familiar.

Tendo em conta que nem todas as situações de crianças e jovens acolhidas em instituição permitiam prever como projeto de vida a reunificação familiar, por falta de competências parentais, por ausência de progenitores ou porque as situações eram de tal modo complexas que punham em causa a integridade das C/J, publica-se, em 2008, o Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de Janeiro, a regulamentação do “regime de execução das medidas de promoção e protecção das crianças e jovens em perigo em meio natural de vida”, que no seu Artigo 2º refere quais essas medidas: “(...) apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, a confiança a pessoa idónea e o apoio para a autonomia de vida (...)”. Este Decreto-Lei veio dar suporte legal à intervenção preconizada pelo DOM, e fundamenta o trabalho dos técnicos aquando da preparação para a elaboração dos projetos de vida, pois apresenta diversas alternativas que permitam trabalhar com as C/J no sentido da desinstitucionalização e regresso aos seus meios de socialização.

Em julho de 2012 é publicado o Despacho nº 9016/2012 anunciando o fim do Plano Dom e a sua substituição pelo Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) que “tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude (...)”, sendo garantida “a transição automática das instituições que tiveram a decorrer o plano DOM para o Plano SERE+” que, no fundo, mantém os mesmos princípios de atuação, tendo esta especialização mais a ver com os tipos de problemáticas que os jovens institucionalizados apresentam.

¹³ Confrontar anexo VII

Em 2015 há uma segunda alteração à Lei 147/99, de 1 de Setembro, após algumas alterações verificadas na primeira alteração, pela Lei 31/2003, de 22 de Agosto, trazidas pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro. Estas alterações tiveram mais incidência na forma e tipos de apoio prestados pelo Estado às CPCJ, bem como questões judiciais relacionadas com processos-crime de C/J, mas é de realçar também o facto de esta fornecer orientações de intervenção de forma a dar primazia às famílias de acolhimento como medida de proteção a adotar, em vez do acolhimento em LIJ, bem como agilizar os processos de forma a minimizar o tempo nas tomadas de decisões relativamente a processos de adoção, o que acaba por facilitar também a intervenção aquando da definição dos projetos de vida das C/J.

O Plano Dom e, posteriormente, o SERE+ reforçaram não só a necessidade como também a obrigatoriedade em dotar os LIJ de equipas técnicas multidisciplinares, nas quais figura o assistente social, onde pode, de acordo com os pressupostos legais, com a sua epistemologia bem como com o estipulado na sua deontologia, e tendo em conta as vontades expressas pelos atores sociais, funcionar como um pêndulo, uma ponte, enfim, um mediador, dentro da própria equipa de trabalho, com a instituição, as C/J, as famílias e outros elementos dos meios de socialização primário e secundário das próprias C/J, sempre numa perspetiva reflexiva com todos os agentes envolvidos com vista à emancipação dos sujeitos. Como refere Moura (2006:388,389). “O eixo emancipatório particulariza-se por utilizar o *empowerment* nas estratégias de intervenção sobre problemas de sociabilidade primária ou secundária, de vulnerabilidade ou de evitação). Esta forma de trabalhar do assistente social é também o que o diferencia dos restantes membros das equipas multidisciplinares, pois “utilizam uma estratégia de intervenção que faz uma simbiose entre ajuda e pedagogia social e pragmatizam uma acção sustentada no reconhecimento dos direitos de cidadania como meio de defesa da justiça social” (Moura (2006:389).

Quando comparada esta diferente forma de intervenção com a própria história do SS e, ao mesmo tempo, cruzarmos com a evolução da forma de intervenção com as crianças e jovens em acolhimento, reparamos que existe, mais uma vez, um paralelo, uma vez que “esta mudança de atitude, surgida a par da nova desenvoltura ideológica que começou a atravessar o processo de intervenção profissional – substituindo as estratégias de adaptação por estratégias de capacitação – (...)” (Moura (2006:392), atendendo àqueles que eram os princípios da intervenção, numa lógica de adaptação à cultura e ideias vigentes do Estado e esta ideia de salvaguardar os direitos e interesses das C/J, das suas

famílias através da capacitação pelo *empowerment*, da conscientização das suas potencialidades e constrangimentos, como refere Amaro (2008), a que Moura (2006:98) chama a Etapa Intencionista em que a intervenção se reinventou, “assumindo um papel significativo como mediadora entre situações de contraste agindo, não sobre uma realidade, mas sim dentro da realidade”, procurando o equilíbrio da intervenção. Esta nova forma de estar e agir do assistente social reconhece, desta forma, que a realidade sobre a qual intervém é uma realidade aberta, ao contrário do que sucedia no passado, pelo que também a intervenção deve ser mais aberta, bem como fazer sentir a todos os intervenientes esta necessidade de intervenção. “Estas iniciativas tornam clara a capacidade institucional de a intervenção transformar a sua imagem identitária em função da sua coabitação cultural com o meio social, sem deixar de conservar a identidade patrimonial que está diretamente ligada às suas raízes.” (*idem*:101). As instituições sempre tiveram como política de intervenção este cariz mais fechado pelo que, com esta nova abordagem da intervenção, e com o contributo do assistente social enquanto mediador, também elas próprias tiveram de mudar de paradigma, abrindo-se mais à comunidade, mas, sobretudo, às famílias.

Institucionalização: uma solução ou mais um problema?

A intervenção social e jurídica visando a aplicação de uma medida de promoção e proteção, como é o caso da institucionalização em LIJ, é efetuada, segundo a própria Lei, quando já não há outra possibilidade para retirar as crianças e jovens das situações de perigo. A criança, ao ser retirada, está, além de ser colocada em segurança, a ter acesso à proteção social do Estado que tem o compromisso, consagrado na Constituição e na Lei, de lhe assegurar todos os direitos. A entrada em instituição para as crianças e adolescentes deveria, então, ter um significado de conforto, bem-estar, segurança e estabilidade emocional. Na intervenção social que sucede nestas situações, no entanto, e tal como se foi dando conta ao longo da explicação do surgimento do Plano DOM, da análise à exclusão social e dimensões da pobreza e dos tipos de violência, é necessário compreender três aspetos fundamentais a ter em conta nesta problemática: a forma como a criança ou adolescente lida com a separação familiar e com a entrada em instituição; a forma como lidam as famílias também perante esta separação; que tipo de intervenção é feita a este respeito. As crianças retiradas do seu seio familiar e social, muitas das vezes em idades precoces, nem sempre se sentem vítimas das situações, mas antes com alguns sentimentos de culpabilidade. A entrada em instituição nem sempre é, portanto, sentida

como uma salvação para a sua condição, entendida pelos técnicos de intervenção, de vítima, mas passam a sentir-se vítimas dentro da própria instituição, com o corte das suas relações sociais básicas, com a adaptação a novos contextos, regras e hierarquias bem definidas quer perante a organização interna das instituições, quer com o seu grupo de pares. Já as famílias, além da conjuntura caótica que muitas vezes antecede o culminar da retirada dos filhos, vêm acrescidos os seus problemas mantendo em casa as situações que já se verificavam, com a agravante de lhes serem retiradas as suas funções parentais, tendo que enfrentar o dia a dia, por vezes com sentimentos de vergonha e alvo de chacota por parte da família alargada e comunidade envolvente. O terceiro aspeto prende-se com a forma como os técnicos e entidades envolvidas em todo o processo articulam o seu trabalho entre eles próprios e as próprias famílias numa lógica de intervenção que vise minimizar os efeitos dos dois aspetos elencados anteriormente, procurando encontrar meios, numa perspetiva alargada, multidisciplinar e multidimensional para encontrar soluções conjuntas que recriem condições para retroceder nas tomadas de decisão sociais e jurídicas que proporcionem às crianças e às famílias a sua reaproximação de um forma responsável e segura.

O Plano DOM foi apresentado como o início de um novo paradigma na intervenção com crianças e jovens em risco, há sensivelmente 10 anos, mas ainda se denotam algumas dificuldades em todo o sistema dessa mudança de paradigma: “existe um sistema normativo que culturalmente ainda tende a classificar as famílias como «(in)competentes», as instituições «competentes» e os profissionais «peritos»” (Deus, 2017:129) que, numa linha da cibernética de primeira ordem, consideram-se no direito de fazer observações e/ou julgamentos objetivos e neutros, quando estão colocados numa perspetiva externa ao contexto, às problemáticas inerentes, aos fatores e vicissitudes que atravessam a realidade das famílias.

Para compreender a problemática da institucionalização, é conveniente começar pelo elo mais fraco, as crianças, pois são, em inúmeros casos, duplamente vítimas nesta dinâmica da separação e da institucionalização.

Institucionalização: pressupostos da intervenção

A colocação em instituição, para crianças e jovens com um percurso de vida atribulado e de fortes vivências emocionais negativas, é algo que merece uma reflexão profunda, pois há duas formas de olhar para ela, desde fora: por um lado o papel da

institucionalização como bote salva-vidas para situações de perigo e, por outro, e à luz da vinculação, como sinónimo de “angústia de separação ou perda, e de sentimentos de medo, desamparo e dor” Strecht, (2003:105). Este autor realça que estes jovens, devido à sua imaturidade e organização psíquica frágil, têm a tendência de desafiar as regras e recorrer à violência como mecanismo de defesa. Por outro, “os padrões de vinculação afetiva aos adultos de referencia são frágeis, pelo que as separações são sentidas como perdas mais graves” devido dificuldade emocional de gerir as ausências das figuras de referencia.

A família, por muito problemática ou disfuncional que possa ser, significa para as crianças e jovens, pelo menos, um sentimento de pertença. A entrada em instituição, uma decisão que dificilmente é aceite por elas, pois é uma decisão tomada contra sua vontade e que pressupõe a quebra de laços com as figuras vinculativas, além de quebras várias ao nível dos grupos de socialização primário, família e amigos, mas também do secundário, desde colegas da escola e comunidade, vizinhos, professores, etc., pelo que o momento da entrada na instituição pode ser ainda mais traumático quando há uma contestação mais acentuada ou por parte das C/J, das suas famílias ou de ambos, em que os Tribunais, normalmente, fazem a retirada não só através dos técnicos das comissões e da Segurança Social, mas também com a presença de agentes das forças policiais, como se de delinquentes se tratassem, obrigando, nem sempre de forma calculada e responsável, a que as crianças sejam confrontadas de que a sua família é incapaz, o que nem sempre é aceite.

A trajetória de vida das crianças e jovens até à entrada na instituição é, portanto, marcada por uma panóplia de problemáticas e vicissitudes que, vão, de formas distintas em cada um, desenvolvendo uma certa resiliência que, de certo modo, acabará por minimizar a entrada em acolhimento. Apesar de todos chegarem às instituições devido a diferentes trajetórias (princípio da multifinalidade) e de nem todos virem a ter o mesmo desfecho de vida (princípio da equifinalidade), como afirma Mota e Matos (2008:370), são jovens que possuem recursos psicológicos e capacidades interpessoais para se adaptarem às adversidades e à nova realidade institucional.

Além deste corte de laços afetivos, há toda uma nova realidade para absorver, desde a habituação à instituição, às suas regras, hierarquias, colegas, escola. As orientações da Segurança Social, mais precisamente do Plano DOM, vão no sentido de transformar as instituições de acolhimento típicas em modelos mais familiares e

especializados, “instituições com pequena dimensão, e com poucas crianças e jovens”¹⁴, precisamente para haver uma intervenção mais especializada. No entanto, os LIJ são obrigados a cumprir determinados requisitos legais: normas de HACCP, Guiões Técnicos e Manual da Qualidade da Segurança Social. Por mais contraditório que possa parecer, algumas destas normas impedem que possa imperar um modelo próximo do ambiente familiar. A título de exemplos, uma cozinha de um LIJ não pode, ao contrário do que sucede em qualquer casa familiar, ser frequentada pelos jovens, devido a imperativos legais das normas de HACCP. Por muito pequena que a instituição seja, é necessária e obrigatória a elaboração de regulamentos internos, onde são estabelecidas regras, horários de funcionamento do lar, mapas e escalas de pessoal, ementas, afixação obrigatória de documentos vários, incluindo Livro de Reclamações, enfim, toda uma série de regras e procedimentos típicos de pequenas e grandes instituições, pelo que as crianças e jovens acolhidas têm a perfeita noção que estão numa instituição e que estão sujeitos às suas regras de funcionamento, horários pré instituídos, novos valores e princípios tendo, portanto, a necessidade de se adaptarem a esta nova realidade ao mesmo tempo que vão lidando com a separação da família. A existência destes documentos mais formais, segundo Rocha *et al.* (2008:173) “condiz com a dimensão burocrática que estas instituições assumem” e podem ter efeitos de constrangimento para com os menores, “mas podem também significar um enquadramento racional e qualificado” (*idem*:174), na medida em que o plano DOM preconiza a participação das C/J na elaboração dos seus PSEI, que abrange um leque de participação nas tomadas de decisões, desde o plano de atividades, revisão dos regulamentos internos e, em certos casos, na elaboração das ementas, fomentando a sua participação ativa e reflexiva, o que lhes pode proporcionar uma visão diferente daquilo que é a parte burocrática da instituição, através da responsabilização.

A desorientação causada pelo sentimento de perda em que as crianças e jovens se encontram, aliada à baixa autoestima, podem colocar estas C/J numa situação de vulnerabilidade e insegurança têm, segundo Mota e Matos (2008:372), “maior tendência à procura de apoio e protecção, mesmo que essa protecção seja feita de forma paradoxal como é o cometimento de delitos ou o mau comportamento na tentativa de chamar à atenção” os adultos das instituições. A solidão que sentem com a separação, aliada à sua condição de recém-chegado à instituição, em que, por vezes, os colegas que já lá estavam

¹⁴ Consultar anexo VII

tratam de demarcar o seu estatuto de “mais velho na casa”, coloca-os numa posição de uma certa submissão, pelo que, por vezes, a única escapatória que encontram é alertar os adultos, através do mau comportamento e da exteriorização física ou verbal da revolta que sentem, ou então manifestarem-se através do isolamento, do silêncio e do fechamento sobre si próprios.

“Sentimos que se torna mais simples para o jovem refugiar-se no silêncio, indiferença e afastamento, em contrapartida da abertura e entrega a si mesmo (...), pese às consequências que os sentimentos de rejeição e insegurança lhe podem conferir, caso não se sinta incondicionalmente aceite. Mota e Matos (2008:372).

A primeira preocupação dos LIJ deve passar, portanto, pela integração das C/J a si confiados e devolver-lhes ou facultar-lhes sentimentos de confiança e autoestima e, sempre que possível, mantendo relações de proximidade com os seus familiares e amigos, de forma a proporcionar a manutenção da sua rede relacional.

O Plano DOM trouxe, além de orientações ao nível organizacional, um reforço de equipas técnicas para os LIJ bem como orientações para a existência de gestores de caso para cada C/J. Sousa *et al.* (2007:71), citando Summers e McMann, (1997), definem o gestor de caso como “um elemento da equipa de profissionais envolvidos que assume diversos papéis e funções que vão para além do modelo tradicional: avaliação, desenvolvimento e implementação de planos de acção”, além de fazer a articulação com outros profissionais, instituições e serviços, com a rede informal, além de providenciar respostas às necessidades identificadas como é o exemplo dos treinamentos de competências. É, no fundo, o facilitador da comunicação e do trabalho em equipa, em rede e parceria com o propósito de identificar necessidades e potencialidades e planificar e implementar projetos de intervenção social de forma participada promovendo, assim, a emancipação dos atores sociais.

A dotação dos LIJ de equipas multidisciplinares, onde se enquadra o assistente social, para além de capazes de avaliar e acompanhar estas situações de forma mais personalizada e profissional, trouxeram também uma possibilidade de formação profissional interna para os colaboradores sem níveis académicos superiores (monitores, educadores, auxiliares de ação educativa e de serviços gerais), ao nível da sua postura profissional e da sensibilização para o seu papel enquanto figuras significativas, pois “a relação criada com os funcionários das instituições desempenha um papel central na vida destas crianças e adolescentes, já que esses adultos assumem verdadeiros papéis no

sentido de os orientar, proteger e acarinhá-lo, constituindo inclusive os seus modelos identificatórios” (Mota (2008:374). Também Delgado (2006:85) refere a importância da formação contínua para estes colaboradores, em áreas como os primeiros socorros, saúde, psicologia, entre outros, pois “constitui sem dúvida uma aposta fundamental para aperfeiçoar o acolhimento institucional” e para dotar estas equipas de ferramentas teóricas e procedimentais que lhes permitam obter as ferramentas necessárias para enfrentar uma panóplia de problemáticas que afetam a já problemática adolescência.

Pressupostos Legais

Cabe às equipas multidisciplinares trabalhar com as C/J na elaboração, dinamização e avaliação permanente dos PSEI, em conjunto com os restantes colaboradores, visando o seu superior interesse e envolvendo, sempre que possível, as próprias famílias, também como está previsto nas alíneas a, g, e h do artigo 4º da Lei 142/2015 de 8 de setembro, bem como na redação das restantes alíneas do mesmo artigo, na versão anterior¹⁵ da Lei 147/99, de 1 de Setembro ¹⁶.

A Lei e a Constituição são claras quanto à questão da intervenção e da separação, não podendo os LIJ trabalhar de forma fechada, como se a intervenção com as C/J fosse a sua única missão, pois estas, a não ser por questões devidamente justificadas de perigo iminente, são seres sociais e familiares. Qualquer instituição que não atue mediante estes

¹⁵ Por uma questão de coerência ortográfica, e apesar de a Lei 147/99, de 1 de Setembro ter sido publicada antes da entrada em vigor do Acordo Ortográfico e a Lei nº 142/2015 de 8 de setembro apenas ter alterado algumas das alíneas do Artigo 4º, citei todo o Artigo segundo as regras deste Acordo.

¹⁶ **Interesse superior da criança e do jovem** – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; **Privacidade** - a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; **Intervenção precoce** - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; **Intervenção mínima** - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo; **Proporcionalidade e atualidade** - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade; **Responsabilidade parental** - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem; **Primado da continuidade das relações psicológicas profundas** - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante; **Prevalência da família** - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável; **Obrigatoriedade da informação** - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; **Audição obrigatória e participação** - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção; **Subsidiariedade** - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

princípios de intervenção está, portanto, a infringir a Lei. Compete à entidade fiscalizadora, a Segurança Social, agir em conformidade com a Lei, orientando e fiscalizando essa intervenção. Ora, com a entrada em vigor do plano DOM, este organismo elaborou um Manual da Gestão da Qualidade¹⁷, instrumentos de cariz organizacional e de uniformização de procedimentos, bem como manuais e procedimentos de avaliação.

Das Orientações Técnicas

O Manual da Gestão da Qualidade, na sua introdução, refere alguns pressupostos teóricos de intervenção, mas tendo por base os pressupostos previstos na Lei, mas que esta “intervenção praticada seja profissionalizada e oficialmente regulamentada por teorias e pesquisas e nunca fruto de uma prática assente no improvisado e no voluntarismo de cada um.” MGQ (s/d:3), abordando a importância da intervenção individualizada e específica para cada necessidade, proporcionando à C/J uma “vida normal”, próxima do ambiente familiar a vários níveis, salientando também a necessidade de os técnicos serem tecnicamente capazes de delinear estratégias de uma forma multidisciplinar, justificando, para isso, a necessidade de “integrar colaboradores que possuam formação necessária e adequada à realização das funções que desempenham.” MGQ (s/d:7).

A nível técnico, o manual fornece instrumentos pré-definidos que servem para orientar a intervenção através de seis processos-chave:

- Acolhimento
- Avaliação diagnóstica
- Plano Socioeducativo Individual (PSEI)
- Organização e Gestão das Atividades – Projeto Educativo
- Cuidados Especiais
- Nutrição e Alimentação.

Cada um destes processos, são acompanhados por instruções de trabalho e por respetivos modelos de impressos, o que facilitou não só o trabalho das instituições, como permitiu aos serviços da Segurança Social uniformizar a organização documental dos LIJ e, ao mesmo tempo, facilitar o seu próprio mecanismo de acompanhamento, supervisão e avaliação.

¹⁷ Disponível para download em www.seg-social.pt, publicações.

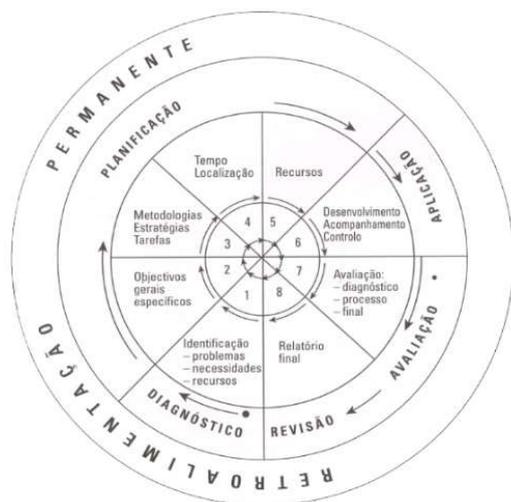
Nas fases do acolhimento e da primeira análise situacional, o manual dá informações e orientações para minimizar os efeitos nefastos da institucionalização, em que é explicado à C/J o funcionamento do lar, quem é o adulto de referência na fase inicial e faz-se, nos primeiros tempos, a avaliação diagnóstica o mais detalhada possível ao nível sociofamiliar, saúde, escola, etc., para poder conhecer-se a sua situação e proporcionar a ajuda necessária.

O Plano Socioeducativo Individual (PSEI)

Numa perspetiva de intervenção interna, na instituição, e mediante os resultados obtidos na avaliação diagnóstica, são então delineados os PSEI, “baseando-se nos objectivos identificados para cada criança/jovem que consubstanciam as suas necessidades sociais e educativas.” Manual da Qualidade (s/d:49) que devem incluir os dados pessoais e familiares, a situação jurídica (medida aplicada), identificação das necessidades e potencialidades, bem como “dos pontos fortes ou forças integradoras dos sistemas pessoal, familiar, escolar e comunitário, itens fundamentais para ancorar projectos a desenvolver”. (*idem*:49). A chave para o eventual sucesso da intervenção está totalmente explícita nesta última orientação, pois, além do foco nas potencialidades e necessidades da C/J, alarga a intervenção aos meios de socialização primário e secundário, valorizando o sentimento de pertença, o mundo social das C/J, focalizando-se também nas oportunidades que estes lhe podem oferecer, ou seja, uma intervenção alargada, sistémica e ecológica. Elenca, depois, outros aspetos a ter em conta na intervenção, em rede, com a análise das atividades, estratégias e recursos necessários, devidamente calendarizada e com critérios de avaliação. Em nota de rodapé, alertam ainda para a necessidade de um reforço de técnicos especializados, caso os recursos internos se revelem insuficientes. Os passos indicados neste manual remetem para a definição de projeto social de Serrano (2008:19), na medida em que a intervenção deverá ser direcionada para uma finalidade a alcançar:

“O Projecto Social, como qualquer outro projecto, tem sempre a intenção clara de alcançar o pretendido com a maior eficácia e qualidade. Neste sentido, é conveniente descrever pormenorizadamente o processo a seguir, ter a capacidade para prever os passos do seu desenvolvimento, as acções a realizar, os mecanismos a por em jogo, a avaliação dos resultados obtidos, tal como os possíveis desajustamentos no desenvolvimento do projecto.”

Esta metodologia, baseada nos pressupostos de Ander-Egg (1990) acerca da investigação-ação participativa, implica uma postura reflexiva, do levantamento das necessidades, definição de objetivos, planificação de atividades considerando os recursos existentes, partir sempre da prática, ou seja, da realidade das próprias pessoas, e sempre numa lógica de avaliação e reavaliação permanente por parte de todos os envolvidos, como tão bem sistematiza o quadro seguinte:



Quadro 1: metodologia participativa
Retirado de Retirado de Serrano (2008)

O PSEI pode, portanto, ser um plano conjunto de projetos integrados com um mesmo objetivo, mediante as necessidades e potencialidades quer do jovem, quer da família e/ou comunidade. Os projetos mais comuns, como refere o manual, são:

- Projetos direcionados para a aquisição de comportamentos socialmente adequados, que incluem:
 - Projetos de Promoção e autoestima
 - Projetos de Promoção de Competências Pessoais e Sociais
 - Projetos para a Aquisição e Desenvolvimento de Valores
- Projetos direcionados para as Dificuldades de Aprendizagem
- Projetos para a Promoção de Competências Cognitivas
- Projetos de Educação Sexual
- Projetos de Orientação Escolar e Vocacional
- Projetos de Promoção de Autonomia e Integração na Vida Ativa
- Projeto de Preparação para a Saída da Instituição” MGQ (s/d:50)

O PSEI também deve incluir as estratégias tidas por necessárias para proporcionar, na instituição, o contacto e trabalho com as famílias de uma forma controlada e educativa, para “apoiar o desenvolvimento de uma relação securizante, que permita a promoção da auto-estima e a diminuição de culpabilidade na criança/jovem” (*idem*:52), pois apesar de

a família ter falhado não deixa de ser família. Strecht, citado por Carneiro *et al.* (2005:58), refere que “a separação dos pais não significa a perda dos pais no seu interior; mantém-se e deve ser respeitada a ligação afectiva que os une.”.

Numa perspetiva de uma intervenção no exterior, com vista a um trabalho com as C/J, com as famílias destas, ou ambos, com ou sem intervenção direta da equipa técnica da instituição, e mediante a disponibilidade dos mesmos, recorre-se a um Plano Cooperado de Intervenção (PCI), que não é mais do que um contrato de parceria com as entidades/técnicos da comunidade que, de uma forma ou de outra, fazem parte da rede social da C/J, desde a escola, serviços de saúde, instituições de serviços culturais, desportivos ou recreativos, etc. Segundo Bronfenbrenner, “A rede de apoio deve ser vista como um processo contínuo, na medida em que a pessoa se insere em novas e diferentes ecologias. O indivíduo tanto recebe influências da rede de apoio quanto influencia a mesma, participando da sua construção.”, (Bronfenbrenner 2005 citado por Morais *et al.* 2012:781). Estes PCI visam comprometer a comunidade na persecução dos objetivos tanto para as crianças, como para as famílias. Se uma família tem dificuldades de exclusão ao nível do TER (Amaro, 2000), os técnicos podem, após analisarem e refletirem com a família sobre as suas potencialidades e desejos, recorrer a um parceiro que disponibilize um posto de trabalho e, juntamente com ela, elaborar e assinar um PCI, que será integrado no PSEI. Cabe à equipa, portanto, este papel de mediador entre os vários elementos, um papel de reflexão e de *empowerment*:

“Tão importante quanto o suprimento de condições materiais e econômicas às famílias é a existência de programas sociais que visem um acompanhamento mais sistemático dessas famílias. As propostas assistencialistas vigentes até então apenas reforçaram a percepção dessas famílias como incapazes e desqualificadas para o cuidado de seus filhos. Urge uma nova concepção de família, a qual esteja baseada não apenas nas suas vulnerabilidades e fragilidades, mas que as reconheça também em suas próprias potencialidades e recursos e que atue fortalecendo-os (Gomes e Pereira, 2005)” (Morais *et al.*, 2012:788)

Cabe ao gestor de caso gerir o PSEI e todos os projetos a ele inerentes, ou delegar em alguém em caso de ausência. Cada versão do documento deve ser refletida e discutida com as C/J, familiares e todos os envolvidos, e também dentro da equipa do LIJ e direção técnica, e deve ser revisto periodicamente, em prazos, normalmente, nunca superiores a seis meses. Um trabalho em rede, ecológico, precisa de ser devidamente planificado e avaliado constantemente, com a participação refletida de todos os intervenientes.

Funções do assistente social nos LIJ

O Contrato coletivo entre a CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, do Boletim do Trabalho e Emprego nº 31, de 2015, refere que o conteúdo funcional do assistente social nas IPSS é o seguinte:

“Assistente social - Estuda e define normas gerais, esquemas e regras de actuação do serviço social das instituições; procede à análise de problemas de serviço social directamente relacionados com os serviços das instituições; assegura e promove a colaboração com os serviços sociais de outras instituições ou entidades; estuda com os indivíduos as soluções possíveis dos seus problemas (descoberta do equipamento social de que podem dispor); ajuda os utentes a resolver adequadamente os seus problemas e adaptação e readaptação social, fomentando uma decisão responsável.”
(p.2562)

Como se pode depreender destas funções, em relação aos LIJ e aos pressupostos da sua intervenção, cabe ao assistente social, então, participar em todas as questões e fases da intervenção, desde a fase do diagnóstico até à readaptação, agindo como mediador entre os atores sociais, de uma forma participativa, reflexiva e de envolvimento, com as C/J e familiares, numa perspectiva de encontrar as potencialidades de cada um para superarem, com responsabilidade, os seus problemas de adaptação e readaptação social. Como refere Amaro (2008:75), “a proximidade com as situações e o envolvimento com as percepções subjectivas que delas os indivíduos fazem têm vindo a ser olhadas como vantagens quando se trata de pensar nas formas de obter conhecimento sobre o real.” Esta proximidade permite ao assistente social conhecer, desde dentro, através da mediação e da reflexão com os indivíduos as suas angústias, desejos e opiniões, o que lhe permite, portanto, trabalhar no sentido de proporcionar a capacitação e conscientização, para as “potencialidades e constrangimentos pessoais e estruturais de que são alvo e de lhes fornecer ferramentas de auxílio à construção de biovias mais integradoras.” (*idem*:76)

A Especificidade do Assistente Social nos LIJ

O trabalho com a instituição, C/J, famílias e outros agentes exteriores à instituição levam à necessidade de uma dinâmica de trabalho em diferentes vertentes, o que exige uma forma de intervenção em múltiplas perspectivas ao nível dos sujeitos com quem se intervém, com diferentes instituições, com diferentes profissionais e diferentes contextos. Tendo em conta o conteúdo funcional do assistente social, espera-se que este seja capaz

de efetuar esta articulação, sem perder de vista os objetivos da intervenção, enfim, espera-se dos profissionais um certo pluralismo, por forma a responder positivamente a aos anseios e necessidades quer das C/J, quer das famílias. Lima (2003:230) lembra que “O bem comum será definido pelo colectivo num esforço de análise e argumentação, e, muito importante, de reconstrução das interdependências e de negociação de juízos de valor e interesses no sentido da justiça”. Não será de todo descabido, perante as incertezas da sociedade globalizada, das incertezas do risco e de todas as incertezas com que a própria intervenção social se depara, utilizar o termo facilitação, também, para descrever e melhor compreender uma postura cada vez mais necessária devido à multidimensionalidade da intervenção num contexto tão específico como são os LIJ bem como dos próprios pressupostos da intervenção nos mesmos. Schiefer *et al.* (2006:19) salientam que, tendo em conta as já mencionadas incertezas da sociedade de risco, as mudanças institucionais a um ritmo sem precedentes, o facto de os fenómenos sociais serem cada vez mais multidimensionais e multiterritoriais, o surgimento de uma nova conceção de democracia, tem levado a um cada vez maior apelo à participação das pessoas nos seus diversos grupos de participação. Estes autores dão algumas orientações/sugestões ao nível da postura e da linguagem nos processos de facilitação que passam, essencialmente, por uma postura neutra, de escuta ativa, de devolver questões que induzam à reflexão e sintetização das ideias.

Outra forma de estar e intervir que tem vindo a ganhar força nos últimos anos é a mediação.

“Na última década, em Portugal, devido às mudanças profundas que têm vindo a surgir, nomeadamente no trabalho social, temos assistido, a um crescimento e interesse significativos dos contextos onde a mediação poderá ser benéfica, apesar de o mesmo já ter ocorrido noutros países, nomeadamente na França e nos Estados Unidos.” (Magalhães, 2011:53)

A mediação pressupõe, no seu modelo comunicacional (Lederach, 1995), uma orientação para a comunicação como ferramenta, ou atividade, para alterar as situações de conflito.

A importância do assistente social, independentemente de recorrer a estas ou outras ferramentas que considere adequadas para responder às várias solicitações, de uma forma integrada passa, portanto, também por assumir-se como um “construtor de pontes” entre e com os intervenientes, entre estes e as instituições, serviços e comunidade, mediando os jogos de forças que vão surgindo no sentido de encontrar pontos de

convergência que superem as dificuldades e necessidades previamente identificadas, dentro de um modelo de intervenção que possa englobar todas as premissas identificadas até ao momento, nomeadamente a inter-relação e complexidade dos diversos sistemas.

... baseando-se nos pressupostos sistémicos e ecológicos

Considerando a temática da infância e juventude em risco, as problemáticas por detrás da sua institucionalização, os motivos, as dimensões das situações de exclusão das suas famílias, bem como as interações familiares e os contextos sociais e culturais inerentes a cada uma das C/J afetadas pela entrada em instituição, leva a uma reflexão de como pode o assistente social dar resposta a todas estas variáveis sob pressupostos teóricos ao nível de um modelo de intervenção.

Moura (2006), refere que a intervenção social tem evoluído nos últimos anos e sido complementada por uma ação crítica e o seu poder simbólico transformou-se num poder emancipatório e que, entre outras características, sem tem transformado “numa sensibilidade ecológica e emocional que, ao mesmo tempo que contraria os pressupostos políticos que tornam fusional a relação entre intervenção e ajuda social, cria simultaneamente novas lógicas de raciocínio capazes de exprimirem a ideia de que o pensamento não pode ser “inactual”. (Moura, 2006:136,137)

O modelo ecológico, que tem origem nas teorias dos sistemas, tendo em conta a procura do equilíbrio dos sistemas, da sua estabilidade, no campo do funcionalismo, assim como a teoria do desenvolvimento das famílias, que analisa os problemas familiares através ciclo vital das famílias, como afirma Olivar (2001:57), pode servir de fonte metodológica para aquilo que se considera como pertinente para a ação do assistente social neste campo de intervenção.

Garbarino (1977) e Belsky (1980), a partir do Modelo Ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1977, 1979), desenvolveram uma perspetiva teórica com o objetivo de melhor compreender a problemática dos maus tratos e risco infantil, como resultado da interação disfuncional dentro e entre os vários ecossistemas e de várias variáveis em interação, segundo Sousa e Figueiredo (2000). Para Bronfenbrenner, segundo Monreal e Guitart (2012), as teorias são boas em função das consequências práticas, ou seja, perceber em que medida elas podem, ou não, contribuir para a otimização do desenvolvimento humano. Este autor defende que o desenvolvimento humano se deve à sua relação com o ambiente que o rodeia, ou seja, o espaço ecológico-

social com que interage. Para Germain e Gitterman (1980), citados por Payne (2007:205), o “modelo de vida, resultante da Teoria dos sistemas ecológicos, as pessoas “mudam e são mudadas pelo seu ambiente” de forma recíproca, considerando que os problemas sociais “poluem o ambiente social, reduzindo a possibilidade de uma adaptação recíproca.” Sousa e D’Almeida (2009 (2016) defendem que a intervenção com os indivíduos não pode ser vista nem compreendida de forma isolada:

“Os indivíduos e as famílias não são entidades isoladas, vivem em sociedades e sistemas sociais que são caracterizados pela complexidade e interdependência, portanto, qualquer avaliação realizada por assistentes sociais deve basear-se numa perspectiva ecológica, o que significa que as necessidades, riscos e problemas, assim como as forças e potencialidades, devem ser contextualizados e vistos como resultado de uma teia de fatores.” (Sousa e D’Almeida (2009, 2016:47)

O modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (1996) pressupõe um ambiente composto por estruturas agrupadas, interdependentes e dinâmicas. Os adolescentes, segundo Mota (2008:91), estão inseridos “num primeiro momento em influências próximas, ambientais e orgânicas, o chamado microssistema, entendido no seio das famílias, e mais tarde alargando-se a outros contextos”. Relativamente às crianças e jovens em instituição, o microssistema delas pode incluir adultos de referência, significativos, da própria instituição ou contexto institucional, como voluntários, explicadores ou até mesmo professores que, de uma forma ou outra, signifiquem, para estas C/J, ligações afetivas e emocionais.

Quanto ao microssistema das famílias, além de já ter sido referido, anteriormente, o seu estado caótico e multiproblemático, debatem-se, essencialmente, com os problemas que levaram à separação do(s) filho(s) e à luta para ultrapassar as dificuldades que levaram a esse desfecho.

Este modelo propõe também um mesossistema, ou seja, os sistemas que estão na órbita da C/J, como a própria instituição, escola, família, grupos de atividades culturais, recreativas ou desportivas. No caso dos progenitores, o mesossistema pode ser a própria família mais alargada, comunidade em que estão inseridos e, caso tenham atividade profissional, o emprego.

A sociedade envolvente, exossistema, direta ou indiretamente, influencia estas C/J pela positiva ou pela negativa. Ao integrarem determinados grupos e/ou atividades existentes na comunidade envolvente, mais específicos, como uma equipa de futebol, podem encontrar neles, por um lado, refúgio aos seus problemas e, por outro, um

sentimento de normalidade e pertença, algo que nem sempre acontece, por exemplo, na escola. “Nos adolescentes institucionalizados percebe-se com frequência o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo (...)” (*Idem*:91) ou quando participam em atividades que pressuponham a exposição pública em grupo.

Uma quarta estrutura, segundo Bronfenbrenner (1996), apresenta o nível socio ambiental que “remete para a cultura social, para os valores, as crenças e os modos de agir de uma determinada sociedade (...)” (Delgado, 2009:159).

Martins e Szymanski (2004:65) referem que estes sistemas se interrelacionam e proporcionam o desenvolvimento humano através de “quatro aspetos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: “pessoa, processo, contexto e tempo”. Relativamente à pessoa, referem-se às características dos próprios indivíduos em desenvolvimento, desde crenças, valores, motivações, características pessoais. Estas características podem influenciar a forma como a pessoa se relaciona e percebe o contexto em que está inserida, influenciada pelas disposições, pelos recursos bioecológicos, ou habilidades, e “pelas características de *demandas*, que convidam ou desencorajam reações do contexto social que pode nutrir ou romper a operação de processos proximais” (*idem*). Quanto ao processo, tem a ver com a forma como cada pessoa desempenha papéis nos diferentes sistemas em que está inserida, ou seja, a sua interação e participação ativa que, segundo as autoras, “para ser efetiva, a interação tem que ocorrer em uma base bastante regular em períodos estendidos no tempo”. O terceiro aspeto é o contexto, ou seja, os três sistemas (micro, meso e exossistemas) referidos anteriormente. Por último, o tempo ou, como também refere Bronfenbrenner (1996), o cronossistema, que “pode ser entendido como o desenvolvimento no sentido histórico ou, em outras palavras, como ocorrem as mudanças nos eventos no decorrer dos tempos (...)” Martins e Szymanski (2004:66). Trata-se de perceber como reagem as pessoas a momentos significantes, como se adaptam, que aprendizagens fazem e como se vão adaptando sucessivamente tendo em conta a história de vida e a fase do desenvolvimento em que se encontram.

O desenvolvimento humano resulta, portanto, do resultado das interações recíprocas estabelecidas entre a pessoa e o ambiente ecológico, interações essas que vão desde o indivíduo ao exossistema, em que o indivíduo se insere e altera sistemas, que por sua vez vão influenciando e alterando a sua postura e condição biopsicossocial, sucessivamente, num processo de acomodações mútuas.

... e intervindo ecologicamente

Intervir com crianças e jovens institucionalizados, como se pode verificar, não significa intervir apenas numa problemática social, mas antes compreender, em primeiro lugar, no diagnóstico, a multidimensionalidade e complexidade que esta área de intervenção exige. Cada criança tem a sua história de vida, cada história de vida uma multitude de situações intrínsecas de fragilidades ao nível social e familiar, além da questão das vivências pessoais experimentadas, todas elas marcadas, no entanto, por episódios de maus tratos/negligência. Cabe, portanto, ao assistente social, inserido numa equipa multidisciplinar, promover uma intervenção que assente numa perspectiva ecológica, sendo capaz de entender esta problemática dos maus tratos não como um problema em si, mas como resultado das interações ao longo do seu percurso de vida, “implicando trabalhar a nível dos pais maltratantes, da criança maltratada, dos restantes elementos da estrutura familiar, individualmente e enquanto sistema dinâmico, e na sua relação com a comunidade” Alberto (2010:123). Quanto às equipas multidisciplinares dos LIJ, esta autora defende também que equipas constituídas por diferentes profissionais de distintas áreas científicas é fundamental para “atingir uma análise exaustiva e adequada do contexto sociocultural e familiar em que se desenrola o abuso, (...) a necessidade de trabalhar a díade mãe-criança, trabalhar a relação pai-mãe como parceiros conjugais e trabalhar a díade pai-criança (Furnis, 1987;1992).” (*idem*:123).

Um diagnóstico, ou *fase inicial*, como refere Payne (2007:207), proporciona as bases necessárias para uma intervenção eficaz, sendo, portanto, necessário compreender, tanto para a intervenção com a criança/jovem como com a família os seus sistemas, quais as fragilidades identificadas e, de forma refletida e participada pelos intervenientes, delinear um plano de intervenção tendo em conta os recursos e potencialidades identificadas. Segundo este autor, o assistente social, que “realiza a sua preparação reflectindo e investigando sobre a natureza teórica do problema e adquirindo contacto emocional com os sentimentos e com as reacções do cliente” (*idem*:207), juntamente com as C/J e as famílias, devem chegar a um acordo sobre a diagnose e formas de a ultrapassar, devendo, entre todos, definir as responsabilidades, de forma recíproca, tendo em conta os problemas, a definição de prioridades e os compromissos. “As crianças podem precisar de uma abordagem mais correspondente “sintonizada” ao seu ritmo e entusiasmos. Os adultos requerem frequentemente um trabalho mais estruturado e cognitivo” (*idem*:208). não é por acaso que o plano DOM dá indicações para a constituição de equipas multidisciplinares, o que permite, por exemplo na fase do diagnóstico, prever diferentes

perspetivas dos mesmos problemas. Santos (2007:46), refere mesmo que “é hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos.” Elaborar o diagnóstico de uma situação através do olhar da sociologia, psicologia, SS, pedagogia ou antropologia ou saúde fornecem uma riqueza teórica e perspetivas de análise que, efetuadas à luz de uma só disciplina não conseguiríamos.

Sousa e D`Almeida (2009 (2016:48,49), referem que o paradigma dominante no Serviço Social utilizava a avaliação diagnóstica de uma perspetiva centrada nos problemas. “No entanto, este paradigma tem vindo a ser complementado por outro, baseado nas forças dos utentes: Strengths-Based Social Work Assessment [Graybeal, 2001]”. Estes autores defendem que as pessoas que recorrem aos serviços em procura de auxílio, fazem-no devido à necessidade de ajuda. “Todavia, o fato de serem portadores de determinados problemas e dificuldades não os torna mais inaptos ou desprovidos de forças e capacidades para enfrentar os problemas.”, pelo que cabe ao assistente social identificar, com os utentes, essas forças.

Segundo Tuson (1993), citado por Sousa e D`Almeida (2009 (2016:51), “Existem três modelos básicos de intervenção” que orientam a prática do assistente social na avaliação diagnóstica: o **modelo procedimental**, característico em muitas instituições, em que o assistente social se limita a entrevistar o utente através do preenchimento de formulários pré-definidos, o que limita a ação profissional deste técnico. O **modelo de questionamento** é uma forma de avaliação em que o assistente social, numa postura de técnico especializado e, portanto, de liderança da relação. “A autoridade do assistente social, assente neste estatuto, leva a impor ao utente e cuidadores a sua própria “agenda” de questões, que considera mais pertinente.” (*idem*:52). Os autores consideram o terceiro modelo, o **modelo de troca**, como o mais adequado, embora, segundo as circunstâncias e objetivos do diagnóstico, o assistente social pode recorrer a qualquer uma das três, mesmo em simultâneo. “Neste modelo, o assistente social não reclama um saber especializado (...). O processo é partilhado com o utente. O assistente social não impõe o seu modelo teórico (...), mas simplesmente oferece o seu conhecimento para apoiar o utente a pensar sobre o problema.” (*ibidem*:53)

Tanto no contexto familiar como no institucional, numa perspetiva ecológica e tendo em conta as diretrizes do manual da qualidade dos LIJ, tudo indica que a fase da avaliação diagnóstica seja efetuada de acordo com estes pressupostos do modelo de troca. No entanto é de ressaltar, como também os autores atrás referidos o fazem, a importância

de o assistente social ser capaz de definir uma fronteira com os utentes, o que exige, além de competências comunicacionais, um profundo à vontade das normas previstas no código deontológico da profissão.

Após esta fase diagnóstica, e tal como prevê o plano DOM, procede-se à planificação da intervenção com vista à alteração das dinâmicas familiares, por um lado, e para o equilíbrio desejado para as C/J quer a nível institucional como familiar. Na postura ecológica, Payne (2007:208) menciona a *fase intermédia*, ou de avanço, que “centra-se na mudança em uma ou mais das três áreas de enfoque. As transições de vida são vividas por toda a gente, correspondendo estas a mudanças biológicas, e sendo influenciadas por expectativas sociais e culturais, constrangimentos e oportunidades.” O autor realça o facto de poderem surgir situações de *stress* face às alterações provocadas pelas transições, mas este *stress* pode desencadear mecanismos *inatos* para lidar com eles e para fazer novas *aquisições*. As C/J, perante as mudanças sentidas com a entrada na instituição, ou a tentativa por parte das famílias em modificar hábitos e costumes para reaverem os seus filhos podem levar ao surgimento de mudanças. Estas “mudanças de *status* e a exigências do *role* também provocam stress, estando motivados uns e outros para diferentes expectativas entre amigos, família, organizações e instituições.” (*idem*)

O trabalho em rede, principalmente ao nível do mesossistema, é fundamental na medida em que estas famílias são, como refere Alarcão (2002:317), famílias *multiassistidas*, o que requer do assistente social um cuidado redobrado pois, “dada a diversidade de problemas apresentados e de pessoas atingidas, estas famílias são normalmente assistidas por uma corte de serviços, num equilíbrio inter-sistémico que tem que ser considerado”.

O assistente social tem, como objetivos, ao trabalhar com transições, “ajudar as pessoas a progredir através delas através de mecanismos adaptativos incólumes ou melhorados.” Payne (2007:208), tendo para isso três papéis a desempenhar:

1. **Capacitar:** por exemplo, gerir os sentimentos tanto ao nível familiar como das C/J na instituição e na sua relação com a família; fortalecer os laços em vez de os deixar desvanecer com a separação; motivar para as suas potencialidades, promover a participação e a reflexão sobre a sua realidade e trabalhar a autoestima e a afetividade tanto das C/J como das famílias sujeitas perante a família alargada e a comunidade à separação dos seus filhos. “

“Note-se que recentemente os estudos apontam cada vez mais para a importância do apoio afectivo ao longo do desenvolvimento dos jovens, na medida em que, tal como referem Sillick e Schutte (2006) no seu estudo realizado com jovens adultos, a qualidade do amor proporcionado pelas figuras cuidadoras manifesta-se directa e indirectamente, na satisfação pessoal aquando da idade adulta, mostrando fortes indicadores de inteligência emocional e auto-estima.” Mota (2008:129)

2. **Ensinar:** “como ajudar os clientes a perceberem os distintos modos de resolução de problemas, clarificar as suas percepções, oferecer informação adequada, modelar o comportamento” (*ibidem*:209). Ao nível das C/J é importante este papel ao nível da adaptação à instituição ou à escola, compreender a necessidade de determinados comportamentos e atitudes que possam, de certo modo, prejudicar as C/J no dia-a-dia e num eventual regresso ao seio familiar. Mota (2008:121) refere que “Os métodos de intervenção, por sua vez, incluem técnicas de treino de competências, tais como a modelagem, o ensinamento directo de regras e respostas comportamentais, estratégias de mediação através dos pares e contingências de grupo (Gresham e Evans, 1987).” Ao nível dos pais, por exemplo, trabalhar as competências parentais ao nível de cuidados básicos de higiene, alimentação, apoio ao estudo dos filhos, etc. A negligência, como se viu atrás, é o principal fator de institucionalização e, dentro desta, a negligência ao nível da escola é onde está a maior percentagem de situações sinalizadas em sede de CNPDPCJ.

3. **Facilitar:** “(como mantendo a liberdade de acção do cliente livre de constrangimentos não razoáveis, definir as tarefas, mobilizar suportes ambientais)” (*ibidem*:122). É, de certa forma, trabalhar a emancipação, o *empowerment*, de uma forma dialogante e reflexiva. Perceber e ajudar a traduzir pensamentos em ações.

O assistente social, tal como já foi referido anteriormente, pode desempenhar, neste contexto, vários papéis perante a multiplicidade de campos em que, ao mesmo tempo e com o mesmo objetivo principal, que é o superior interesse das crianças e jovens, está inserido. Este autor, e como também já foi referido anteriormente, desempenha também um papel de mediador, dentro do microsistema, entre este e a C/J retirada, entre

estes e a instituição, a escola, etc., como se fosse o motor de todo o processo, cujo combustível é o sucesso da sua relação com os utentes e a interpretação reflexiva e conjunta que faz dos mesmos. Tem também o papel de advogar, ou seja, fomentar a participação dos vários parceiros na intervenção, desde a escola, sistema de saúde, instituições ou grupos, numa perspetiva de responsabilidade e participação social. Tem também o papel de organizar os papéis de cada um, as responsabilidades assumidas, ou seja, criar uma intervenção em rede. Para isso, é necessário desenvolver a comunicação, bem como os seus canais, de forma a que todo o trabalho de intervenção possa ser posto em prática, através de encontros individuais, grupais ou familiares, reuniões com a equipa e parceiros, numa lógica de explicitar os pontos de vista e criar uma base de informação partilhada e compreendida entre todos.

Esta pode ser a fase-chave de todo o processo de intervenção, que ditará o sucesso ou insucesso da mesma e, em caso de insucesso, é necessária uma flexibilização que permita alterar os objetivos da intervenção sem por em causa a estabilidade, sobretudo emocional, das C/J. A este respeito, Mota (2008) refere que:

“Os métodos de diagnóstico providenciam informação sobre a existência de dificuldades nas competências sociais e permitem a deteção dos jovens com necessidades de treino de competências. As fontes de informação podem incluir o próprio sujeito e outros significativos, como pais (Baraldi e Silveiras, 2003), professores (Lemos e Meneses, 2002) e pares (Casares e Caballo, 2000; Del Prette e Del Prette, 2003).” Mota (2008:120, 121)

Partindo do pressuposto de que o diagnóstico identifica as condições necessárias para trabalhar o regresso à família, é necessário acautelar eventuais “acidentes de percurso”, como mudanças bruscas no seio familiar (separação, infidelidades, violência, consumos de álcool ou estupefacientes) que coloquem em risco o regresso das C/J, ou a incapacidade de a família adotar os hábitos ou atitudes necessárias para a persecução dos objetivos. Trabalhar, por exemplo, com as C/J a sua autonomia, é quase que um “plano B” que pode ser trabalhado paralelamente e integrado no PSEI.

Na fase de finalização, Payne (2007:210) refere que “o cliente e o assistente social podem ser influenciados por uma separação dolorosa, pelo que precisam de uma preparação e trabalho cuidadosos para que a relação termine”. Ao nível institucional, isto pode suceder não só ao nível dos colaboradores com as C/J, mas entre as próprias C/J, pois como vivenciaram situações de vida semelhantes, não raras vezes acabam por

construir e manter laços de afetividade entre si. No entanto, se esta separação pressupuser o regresso à família e ao meio natural de vida, os sentimentos das C/J podem ficar contrabalançados. Os trabalhadores sociais, bem como outros profissionais que lidam com crianças e jovens em contexto institucional, ou noutros contextos que exijam contacto prolongado com pessoas, têm de estar preparados para o surgimento e cortes relacionais devido à natureza que este tipo de intervenção pressupõe.

A perspetiva ecológica permite, portanto, compreender todo o contexto, desde o nível micro até aos fatores macro, compreender e intervir na a questão da adaptação das C/J à instituição, bem como compreender e intervir numa dinâmica de capacitação das famílias, ou seja, permite uma abordagem profissional que abarque todas as necessidades da intervenção.

Capítulo II

Enquadramento teórico

Famílias multiproblemáticas e exclusão social

A família, independentemente da sua configuração, deve representar o meio de socialização primário das crianças para que estas possam usufruir de um ambiente propício ao seu desenvolvimento integral, garante de estabilidade emocional e sentimentos de segurança e bem-estar. Quando falamos de crianças institucionalizadas, e tendo em conta que grande parte das crianças retiradas para instituições, em Portugal, se prendem com negligência, referimo-nos a crianças que foram retiradas às suas famílias devido à falta de uma ou várias destas condições, devido a problemáticas das quais as crianças retiradas são, na maioria das situações, alheias e vítimas. Liliana Sousa 2005, tendo em conta o emaranhado de problemas normalmente associados às famílias acompanhadas pelos serviços de proteção social, refere-se a estas como famílias multiproblemáticas. Citando Minuchin *et al.* (1967), a autora refere que “a particularidade mais facilmente observável é a comunicação caótica (...), centrada nas vivências emocionais, pouco capaz de se distanciar e reflectir sobre as ocorrências.” (Sousa, 2005:13), acrescentando que, normalmente, apresentam discursos pouco refletidos, de cariz demasiado emocional e demonstram uma elevada “intolerância à frustração e à incapacidade de negociação”. (*idem*:13)

Tipos de Exclusão Social

Quando abordamos a questão de famílias multiproblemáticas, referimo-nos a famílias que são afetadas por mais do que um problema, normalmente com um fator transversal a todas, que é a pobreza. Segundo Almeida, *et al.* (1995:171), “Os pobres distinguem-se uns dos outros pela forma como concebem a sua situação”, a forma como analisam as suas carências. Considerando o conceito de pobreza como carências ao nível do ser ou do ter (Amaro, 2000), é visível que, em termos quantitativos, a maioria das famílias assistidas pelos serviços sociais são famílias pobres, ou seja, famílias marcadas não só pela falta de recursos económicos, mas marcadas, também, por sentimentos de algum tipo de exclusão relativamente à sociedade. Faz cada vez mais sentido falar não em exclusão, mas antes em exclusões, como explica Costa (2007)¹⁸, por ser um fenómeno

¹⁸ Alfredo Bruto da Costa (2007) tipifica da seguinte forma a exclusão social: **Social** – que pode ser provocada por falta de recursos económicos, ou porque as pessoas carecem de autonomia pessoal, como é o caso de idosos ou pessoas com deficiência; **Cultural** – tem a ver com questões de racismo, xenofobia, origens étnicas, minorias, ou com questões também culturais que dificultem a reintegração social, por exemplo, de ex-reclusos; **De origem patológica** - questões de foro psiquiátrico ou psicológico podem afetar as relações e/ou provocar ruturas familiares; **Por comportamentos autodestrutivos** – questões como a toxicod dependência, alcoolismo ou prostituição podem ser, só por si ou pelas causas por detrás destas ser também fator de exclusão.

complexo e heterogéneo, ao elencar vários tipos de exclusão social com que os sujeitos se podem ver afetados.

Dimensões da Exclusão Social

Amaro (2000:2) considera a exclusão social como “uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos membros”, considerando-a, numa forma abrangente, como a “ausência de cidadania, se, por esta, se entender a participação plena na sociedade, aos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, económico, político e social” (*idem*:2), elencando seis dimensões¹⁹ pelas quais se exprime a exclusão social. A não realização de uma, ou algumas destas dimensões é, segundo este autor, sinónimo de exclusão social, deixando a pobreza definida dentro da dimensão do não TER, quer pelo facto do não ter, como pelo facto de não saberem, por exemplo, organizar a sua economia familiar, pois “A dificuldade em gerir os rendimentos e definir prioridades é clara” (Sousa (2005:31). Tendo em conta esta análise, e estando-se a falar de situações de famílias com quem se faz intervenção social, facilmente se depreende que o facto de se atribuírem subsídios às mesmas nem sempre é sinónimo de pôr fim à sua situação de exclusão. As famílias multiproblemáticas, padecendo de uma ou de várias destas dimensões, acabam por ser afetadas, direta ou indiretamente, não só em termos individuais, mas também do(s) seu(s) grupo(s) de pertença, principalmente ao nível de socialização primária e secundária, sendo necessário compreender as dinâmicas de inclusão/exclusão social inerentes a estes agregados. “(...) as famílias multiproblemáticas, pela sua falta de autonomia, vão sendo incluídas nos sistemas de apoio existentes na comunidade e vão sendo excluídas dum sistema familiar autónomo” (Sousa, 2005:20) ou de outros sistemas. Um jovem que se torne toxicodependente, por exemplo, acabará por se sentir incluído no seu grupo de pares que o envolveram em consumos de estupefacientes, mas, paralelamente, poderá diminuir o seu sentimento de pertença na escola ou na família, alterando também as dinâmicas não só individuais como familiares com a inclusão de vários profissionais dos serviços sociais e/ou saúde na rede

¹⁹ Rogério Roque Amaro (2000:2), defende as seguintes dimensões da exclusão social: **SER** - da personalidade, da dignidade e da autoestima e do autoconhecimento individual; **ESTAR** - das redes de pertença social: família, redes de vizinhança, grupos de convívio e de interação social e sociedade mais geral; **FAZER** - as tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, o tipo de emprego remunerado, ou formas de trabalho não remunerado; **CRIAR** - a capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projetos, de inventar e criar ações, quaisquer que elas sejam; **SABER** - o acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente; **TER** - rendimento, poder de compra, acesso a níveis de consumo médios da sociedade, ou as capacidades aquisitivas, incluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo.

de relações, o que só por si pode significar, em termos simbólicos, outro fator de exclusão. Amaro (2000:3) aponta três fatores de exclusão social, associados às dimensões atrás mencionadas, que estão diretamente associados às redes de pertença, começando por um nível macro, de natureza estrutural, que estão relacionados com o modo de funcionamento da sociedade em que está inserido, a nível político, económico e cultural. A um nível meso, os fatores de exclusão que afetam os indivíduos ou as famílias, prendem-se, apesar de diretamente ligados às questões estruturais, com incidências conjunturais, que podem variar com maior facilidade, pois têm que ver com políticas autárquicas, com o mercado local de trabalho, com preconceitos da comunidade ou com normas e valores também locais. Ao nível micro, que englobam as questões individuais ou familiares, têm a ver com lacunas ou problemas/fragilidades experimentadas nos percursos de vida. “Enquanto que os 2 primeiros tipos de factores (macro e meso) referem-se às oportunidades oferecidas (ou negadas) pela sociedade, o último centra-se nas capacidades e competências individuais e familiares” Amaro (2000:4), sendo, portanto, necessário diagnosticar a exclusão de determinado indivíduo de uma forma global, enquanto indivíduo inserido em vários contextos sociais, desde o núcleo familiar, família alargada, grupo de pares, bairro, etc., numa lógica de compreensão da sua rede relacional, no plano individual, afetivo, profissional e cultural.

Perceber os fatores de institucionalização de crianças e jovens obriga, portanto, a uma análise multidimensional de todas estas questões. Capucha *et al.*, (2002:242) refere que das problemáticas que levam à instauração de processos a crianças e jovens, “sobressai a negligência (24,3%), outras situações de perigo não especificadas (19,1%) o abandono e absentismo escolar (31,6%) (...) e os maus tratos físicos e psicológicos (10,3%).”, mas realça também o paralelo que existe entre as crianças e jovens alvos de processos das Comissões de Proteção de Menores com a vulnerabilidade social, como a pobreza e a exclusão social dos próprios cuidadores: relativamente ao tipo de famílias, havia, no momento do estudo (2000), 21,6% de situações de famílias monoparentais, 18,2% das quais femininas. Quanto à escolaridade dos progenitores, “81,7% de pais que possuem seis anos ou menos de escolaridade e 94,2% que não possuem escolaridade mínima obrigatória” o que, segundo Amaro (2000), estaria na dimensão da exclusão social do saber. Também ao nível da dimensão do ter, o autor destaca a grande incidência, próxima dos 50%, de situações de emprego precário e mal remunerado, bem como famílias dependentes de subsídios estatais.

“assim, pese embora a diversidade de causas imediatas que podem estar na origem das situações de acolhimento em lar, mais uma vez parece visível que as situações de vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão das famílias parecem favorecer a emergência de situações de risco das crianças e jovens que conduziram à sua colocação em lar.” Amaro (2000:245)

Categorias das problemáticas

Compreender os problemas das famílias implica conhecer, também, os fatores que levaram a essas problemáticas, sendo, portanto, fundamental conhecer os fatores, dimensões e tipos de exclusão social. Sousa e Hespanha (coord.), (2003:16), identificaram oito categorias de problemas que afetam este tipo de famílias: a educação, o emprego, a gestão financeira, a habitação, o rendimento, a saúde, as relações familiares e as relações sociais, das quais se destacam os problemas de rendimentos e de saúde. Se cruzarmos estes dados com os estudos de Alfredo Bruto da Costa e com os de Rogério Roque Amaro, compreendemos que estas famílias são desafiadas a vários níveis, com problemáticas interligadas que as vão excluindo cada vez mais da sociedade e se vão perpetuando através de gerações, através do insucesso escolar dos filhos, de episódios de gravidez precoce, de dependências dos serviços sociais e instituições de solidariedade. A pobreza económica provoca falta de condições habitacionais e de higiene ou saúde o que, por exemplo, pode levar à deteção de situações de negligência nas escolas e conduzir à sinalização de crianças e jovens, não se verificando em muitas destas famílias a capacidade de inverter a situação, de refletir sobre os seus próprios problemas, de planificarem projetos de vida que possam reverter a situação, pois “as energias são gastas em conflitos imediatos, situações de emergência e sobrevivência (Weizman, 1985)” (Sousa, 2005:26).

É também comum encontrar nestes agregados, segundo esta autora, deficiências ao nível das funções familiares e da própria comunicação. A falta de liderança levanta muitas dúvidas acerca da hierarquização de poderes dentro do agregado, fazendo com que a passagem ao ato no momento das tomadas de decisão se sobreponha a momentos de discussão e reflexão. A permissividade pode coexistir com a autoridade rígida e a ausência de assertividade. As próprias emoções são vivenciadas de forma semelhante, com polos sentimentais opostos, como o amor e o ódio, a alegria e a tristeza. “(...) não existe o hábito ou a competência de reflectir através da metacomunicação, o que geralmente gera agressão (verbal e/ou física). Sucedem-se acontecimentos (...) que

conduzem a comportamentos descontrolados: desaparecimentos e reaparecimentos, zangas e reconciliações.” (Sousa, 2005:27)

A pobreza comunicacional também contribui para a degradação das relações devido à incapacidade de os membros familiares expressarem ou compreenderem as mensagens que tentam transmitir ou perceberem para dar conta das suas preocupações e emoções. Relativamente à pobreza comunicação evidenciada por estes agregados Minuchin, (2004:72) refere que “Los participantes no cuentan com ser escuchados, y los mensajes sobre la modalidad del vínculo son más importantes que el contenido. Las comunicaciones parecen organizadas en torno de secuencias o interacciones nímias, inconexas, provistas de un valor afectivo.”. Esta pobreza de comunicação não só pode ser impeditiva de verbalizar ou deprender sentimentos e ideias, como pode prejudicar o próprio desenvolvimento dos membros mais novos, como provam os estudos levados a cabo por Basil Bernstein, demonstrando as desigualdades verificadas entre alunos provenientes de meios sócio económicos mais desfavorecidos causados, entre outros motivos, pelo parco desenvolvimento ao nível da comunicação, aquilo a que Amaro (2000:2) se refere na dimensão do saber.

O estado caótico verificado nos aspetos antes descritos verifica-se também ao nível tanto da própria organização familiar, dos papéis que cada um desempenha, ao nível de horários e rituais, mas também do próprio espaço “despido de valor relacional, de privacidade e intimidade. O espaço não é delimitado, entra-se e sai-se a qualquer hora e em qualquer situação (...)” (Sousa, 2005:29)

As histórias destas famílias são marcadas também por episódios de figuras adultas masculinas agressivas, ausentes e inconstantes, muitas vezes associados a histórias de consumos. Para se conseguir fazer uma análise ao nível do ciclo vital das famílias, ainda segundo esta autora, é necessário recorrer à figura feminina que, em muitos casos, assume um protagonismo de responsabilização precoce, ou assumindo a responsabilidade por irmãos menores ou porque engravidam antes ou à entrada da idade adulta. “A falta de regras e a desvalorização da escolaridade (...) e, conseqüentemente, no insucesso escolar, agudizam esse papel de precoce adultização, sem a adequada maturidade e preparação.” (Sousa, 2005:29). Esta entrada precoce no mundo da responsabilidade parental, aliada à falta de condições económicas, à impossibilidade de a mãe trabalhar por haver um pai ausente, ou porque um ou ambos os progenitores não têm situações profissionais estáveis contribuem também para a sua condição de excluídos e cada vez mais dependentes de ajudas de terceiros e, sobretudo, dos serviços de proteção social. A própria rede social

destes agregados, muitas das vezes, resume-se à família alargada ou outros agregados que vivem em situações semelhantes e estes sistemas familiares são, regra geral, embora demasiado abertos entre si, fechados relativamente à comunidade envolvente.

Apesar deste cenário caótico que caracteriza estes agregados, existem “recursos e competências, difíceis de identificar e, principalmente, de valorizar pelos elementos externos (com destaque para os profissionais).” (*idem*:32). Embora estas famílias se nos apresentem desta forma caótica, afetadas por situações de exclusão social de vários tipos e dimensões, afetadas por múltiplas problemáticas e desafios, existe vontade dos pais em educar os seus filhos, existem sentimentos entre pais e filhos, embora os primeiros possam não ter desenvolvido as competências necessárias à sua persecução, pois os seus modelos de referência também possuíam essas mesmas limitações. Poderão existir, dentro de si, potencialidades e qualidades que, através de uma reflexão conjunta, possam ser trabalhadas e desenvolvidas, mas é necessário, antes, identificar as situações que coloquem em risco ou perigo as suas crianças e jovens, colocando-as numa situação que lhes garanta segurança e condições de desenvolvimento harmonioso, e só depois preparar com os progenitores as condições mínimas necessárias para a reunificação familiar.

Da Exclusão Social ao Risco e ao Perigo

Os profissionais no terreno, confrontados com a multiplicidade de problemas com que estes tipos de famílias se defrontam, deparam-se com sérias dificuldades para diagnosticar as situações de risco ou perigo sinalizadas. Para se obter um diagnóstico social fiel à realidade, é necessário distinguir, primeiramente, risco de perigo, ainda que, por vezes, a sua distinção seja de tal forma ténue, que não sabemos quando termina o risco e começa o perigo.

O conceito de risco, no que concerne à temática das crianças e jovens, refere-se a um conjunto de fatores que colocam a criança na possibilidade de não ver cumpridos os seus direitos previstos na Lei e, a agudização desses fatores poderá colocá-la em situação de perigo. Moura (2006:396) defende que o risco, no campo profissional do Serviço Social, “deve ser perspectivado como uma dinâmica que interfere sobre a ordem dos problemas sociais que resultam dos processos de transformação dos estilos de vida e da recontextualização contínua do conceito de bem-estar”. Baseando-se em Giddens (2001:22), a autora afirma também que, “empiricamente, o reconhecimento abstrato do seu significado distorce a diferenciação entre risco e perigo, o que pode corresponder ao

facto de a noção de risco ser relativamente recente, enquanto a noção de perigo já sedimentada corresponde às contingências que afectam a atividade humana” (*idem*:396). Aliás, o facto de o conceito de risco ser, ao nível das políticas sociais e da intervenção social, ter sido introduzido recentemente é também observável se compararmos as últimas duas versões da legislação em matéria de proteção de crianças e jovens, através da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, com a Lei nº 142/2015 de 8 de setembro. Na primeira apenas são identificadas as noções de perigo, não existindo, em toda a redação do documento, qualquer referência ao léxico risco, enquanto que nas alterações efetuadas em 2015 já estão previstos os pressupostos para uma intervenção que diagnostique e erradique dos fatores de risco.

Para compreendermos o risco, é necessário entendermos quais os seus fatores. Nesta perspetiva, Costa (2000:37) refere que “Um factor de risco é qualquer situação, hábito, condição ambiental, condição fisiológica ou outra variável que aumenta a vulnerabilidade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos.”

Entender o risco implica, portanto, um conhecimento da realidade individual, familiar e comunitária dos indivíduos, numa lógica de perspetivação do futuro e da incerteza, saber o que são e como interpretar fatores de risco.

“os factores de risco de maus tratos são quaisquer influências que aumentam a probabilidade de ocorrência ou de manutenção de tais situações. São marcadores, correlações e, algumas vezes causas, que se dividem por características individuais, experiências de vida específicas ou factores de ordem contextual.” (Magalhães, 2004:45)

Estes fatores de risco de maus tratos, segundo Magalhães (2004), têm a ver com características individuais dos pais, características das C/J, características do contexto familiar bem como do contexto social e cultural, características essas que constituem sinais (alterações orgânicas objetivas) - ao nível físico -e sintomas (alterações subjetivas do estado de saúde) – ao nível psicológico.

A globalização trouxe alguns efeitos que aumentaram as probabilidades de risco, pelo que o próprio Estado viu-se obrigado a redefinir os seus propósitos de intervenção, o que pressupôs alterações na própria Legislação para tentar precaver essas situações:

“sendo certo que o risco comporta, em geral, um lado positivo - a probabilidade de alcançar as vantagens esperadas - e um lado negativo - a probabilidade de ter de suportar

desvantagens esperadas -, o que parece específico no caso do risco social associado à globalização é a desigual repartição dos aspectos positivos e negativos pelos diferentes grupos e espaços sociais. Neste sentido, torna-se muito importante avaliar o papel das instituições e, designadamente, dos Estados-Providência (...) na gestão do risco social através de meios de segurança e de protecção social para a eventualidade de produção de riscos.” (Hespanha e Carapinheiro, 2002:14)

Moura (2006) alerta para a existência de uma relação equivocada entre o risco e o perigo nas práticas profissionais, devido a uma preocupação existente mais centrada no imediato do que no mediato²⁰, mais no presente do que no futuro devido, por um lado à história da própria intervenção social, que não visava promover a mudança e porque se atuava mais nas consequências do que nas causas, mas também porque o próprio risco não estava devidamente valorizado. Daí a autora referir que “o perigo representa o conjunto de hipóteses que se integram no espectro da não mudança” Moura (2006:397).

Perigo	está relacionado com a inexistência de mudança	localiza-se no imediato	tem uma correlação com a degradação	a intervenção exige interacção
Risco	está relacionado com as consequências do processo de transformação social	distende-se no tempo e no espaço	tem uma correlação com a vulnerabilidade	a intervenção exige uma mediação interpretativa que conduza ao equilíbrio

Quadro 2: Diferenças entre Risco e Perigo
Retirado de Moura (2006)

No caso das crianças e jovens em perigo, a intervenção nas situações de perigo implica a retirada imediata das mesmas dessa situação o que, além de se manter o espectro da não mudança, referido anteriormente, no contexto em que a criança se encontrava, coloca-se a criança em segurança relativamente a esse problema, mas exposta a outras possíveis situações de risco, como será tratado mais adiante.

Atuar no risco, portanto, é atuar para evitar que o risco evolua para situações de perigo, que haja uma agudização ou manutenção dos fatores de risco, numa perspetiva de compreensão e interpretação, com os atores sociais, das problemáticas existentes numa lógica de prevenção que conduza ao equilíbrio, não através de uma intervenção assente no imediato, mas numa lógica de mudança, de alteração de comportamentos e atitudes que promovam esse sentimento de bem-estar social ao longo do tempo.

²⁰ Ver quadro nº2

O Guia de Orientações²¹ da CNPDPCJ, dá orientações para os técnicos atuarem de forma diferenciada nas situações de risco ou perigo. Nas situações de risco dão indicações precisas para, “sempre que necessário, para a superação da situação de risco” se atuar numa lógica de prevenção primária ou secundária, “num trabalho em rede, articulado e integrado a nível local, e numa perspectiva de Prevenção do Perigo para a criança” (Guia de Orientações, s/d:181), entendendo o risco precisamente como antecedente de eventual perigo.

Maus-tratos às crianças e jovens

Quando abordamos a temática da institucionalização das crianças e jovens, bem como os conceitos de risco e perigo, é necessário compreender que tipos de risco ou perigo existem por detrás da institucionalização, quais os fatores que levam à retirada das crianças do seu meio natural de vida. Referiu-se atrás que a negligência é, em Portugal, o principal motivo da retirada das crianças para colocação em casas de acolhimento sendo, portanto, inevitável analisar o que expõe a literatura acerca dos maus-tratos e da negligência, tentando para isso sintetizar as várias perspetivas por onde se poderia analisar estes conceitos, desde a perspetiva médica, sociológica e jurídica.

Algo que é transversal a qualquer análise que se possa efetuar à questão dos maus tratos, é que estes são sempre provocados de forma não acidental, como afirmam Martínez Roig e De Paúl, (1993: 9-23), citados por Azevedo e Maia:

“As lesões físicas ou psicológicas não acidentais ocasionadas pelos responsáveis do desenvolvimento, que são consequência de ações físicas, emocionais ou sexuais, de ação ou omissão e que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança.” (Azevedo e Maia, 2006:24)

Esta definição é bastante objetiva e esclarecedora da tipologia dos maus tratos, cruzando os diferentes tipos com os tipos de danos que podem causar. No entanto, os vários autores, apesar de haver pontos de confluência comuns acerca desta temática, nem sempre coincidem nas suas definições. Calheiros e Monteiro (2000), por exemplo, dividem a temática dos maus tratos e da negligência em quatro conteúdos principais: mau trato psicológico, mau trato físico, negligência psicológica e negligência física.

²¹ “Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças”, disponível no sítio web www.cnpejr.pt

Armando Leandro (1988), citado por Azevedo e Maia (2006:23), refere a necessidade de os vários profissionais, das várias áreas de intervenção, encontrarem uma definição globalmente aceite a este respeito, de uma forma interdisciplinar e sistémica e que “esta interdisciplinaridade pressupõe, que cada uma das ciências perca a unilateralidade da sua perspectiva específica a favor de uma visão mais global, integrada, e, assim, mais próxima da realidade.” As formas como cada área, desde a justiça, a medicina, o Serviço Social ou a Psicologia olham para os maus tratos, a nível profissional, representam diferentes significados, sendo o mais importante perceber qual o significado que as vítimas dão a essas situações.

Alberto (2010:24-33), faz uma análise dos maus tratos²², ou maltrato, que é a expressão mais usada pela autora, separando aquilo que considera como sendo violência ativa e violência passiva.

²² **Negligência e abandono:** quando os pais não assumem plenamente a sua função de cuidadores, ao nível alimentar, médico, escolar, afetivo; quando não dão a atenção necessária, quando a relação, negativa ou positiva, é deficiente ou inexistente; pode ser psicológica, ou seja, são ignoradas as necessidades sócia afetivas, o que pode causar problemas emocionais; **Abuso psicológico:** é transversal nas outras formas de maltrato, segundo a autora, estando presente no abuso físico, sexual, negligência e abandono. Esta dimensão apresenta, segundo ClarkeClark, (1989), citado por Alberto (2010:26) “cinco categorias: rejeitar, aterrorizar (ameaçar de abandono, de castigos corporais, de morte), isolar (impedir de brincar com outros amigos e colegas), ignorar (pode reduzir a estimulação táctil, intelectual e emocional) e corromper (incentiva a actividades anti.-sociais, destrutivas)”. **Abuso físico:** traduz a violência física perpetrada para com uma C/J; é o tipo de agressão melhor identificável, devido a lesões visíveis. Em muitas situações existe devido a pressupostos culturais, em que a criança é considerada propriedade dos adultos. **Abuso fatal:** é todo o tipo de abusos que possam causar a morte de crianças. Apesar de os números, em Portugal, não serem preocupantes, a autora chama a atenção para a existência de muitas situações, nomeadamente nos E.U.A., que passaram despercebidas pelos técnicos de intervenção, em atendimentos prévios, e que acabaram em mortes. **Síndrome do bebé abanado:** praticado geralmente pelos cuidadores principais, consiste em abanar os bebés de forma violenta, resultando em hemorragias, hematomas, edemas ou inflexões da cabeça, podendo provocar lesões físicas e cerebrais. **Síndrome de Munchausen por Procuração:** caracteriza-se “pela indução ou produção de sintomas físicos e/ou psicológicos e sinais de doenças nas crianças, por parte dos principais cuidadores, afim de que elas recebam cuidados médicos e hospitalares” (P.29) Manifesta-se através de cuidadores, normalmente mães, que aparentam ser bons cuidadores, mas que recorrem à mentira e à manipulação e sinais de ansiedade. Apesar de as crianças, quando não acompanhadas pelos seus cuidadores, serem crianças normais, este tipo de situações pode levar a que esta indução de sintomas provoque desde pequenos danos a situações de morte. **Exposição à violência interparental:** a violência nos casais, embora não seja um ato direto ou intencional de violência para com os filhos, quando manifestada diante destes, pode induzir ao surgimento de “diversos problemas de comportamento, baixa auto-estima, sintomatologia depressiva e perturbações de ansiedade” (P.30) **Exploração do trabalho infantil:** são aquelas atividades desenvolvidas por crianças, normalmente até aos 15 anos de idade que possam afetar o seu normal desenvolvimento, a sua saúde ou educação, que impeçam a criança de ter tempos livre para brincar, praticar atividades desportivas, sociais e culturais. **Abuso sexual:** apresenta uma dimensão física e uma dimensão psicológica e pode ser perpetrada de uma forma isolada ou conjugada com outros tipos de maltratos. Apesar de a sua definição ser difícil, devido à sua complexidade, a autora define-a: “como qualquer experiência sexual, forçada ou não, que vai de formas mais passivas, como a exibição de pornografia. Até à relação sexual (genital, anal ou oral), passando pelo recurso à criança para produção de pornografia infantil, que pode num presente imediato ou num futuro mais longínquo. Provocar trauma e dificuldades de desenvolvimento na criança.” Alberto (2010:56). **Maltrato institucional:** as crianças e jovens, quando são acolhidas em instituições, são-no para salvaguardar os seus direitos, a sua segurança e integridade, o que não sucedia no seu meio natural de vida. Mas em alguns casos verifica-se que cuidadores de instituições, bem como pares normalmente mais velhos, mantêm atitudes e atos de maltrato.

Explicação dos maus tratos segundo os modelos sistémico e ecológico

Apesar de o modelo sistémico e o modelo ecológico terem muitas semelhanças, pois “o modelo Ecológico é convergente com o modelo Sistémico mas mais explicitamente dinâmico”, Alberto (2010:37) considera essencial realçar, do modelo sistémico, a questão da importância do estabelecimento de diálogo e colaboração entre os diferentes profissionais que estão envolvidos nas questões a violência, para não serem feitos diagnósticos diferenciados segundo as áreas de intervenção de uma mesma situação, o que pode provocar não só análises distintas, como sujeitar as vítimas à repetição, vezes sem conta, de situações que envolvem estados emocionais negativos, por vezes profundos. Deste modelo, convém também realçar a sua “abordagem complexa e interaccionista do maltrato infantil, integrando: (1) factores familiares, (2) factores sócio-económicos, e (3) factores socioculturais, dando uma dimensão holística, dinâmica e histórica da violência em geral (...)” (*idem*:36).

O modelo Ecológico propõe uma análise aos maus tratos analisando os resultados das interações que compõem os diferentes sistemas. Baseando-se no *Modelo Ecológico do Desenvolvimento* de Bronfenbrenner (1977) - que apresenta este modelo dividido em: microsistema (o contexto familiar), exossistema (sistema social em que a família está inserida) e macrossistema (crenças culturais que influenciam os sistemas anteriores) - Musitu Ochoa *et al.* (1988), identificam cinco grupos de fatores:

- a) Fatores relativos à interação familiar (disciplina familiar, educação)
- b) Fatores pessoais e comportamentais da criança (a forma como facilitam ou causam maus tratos)
- c) Fatores pessoais ou comportamentais dos pais
- d) Fatores de âmbito social (tipo de instrução, profissão, estatuto socioeconómico)
- e) Aprendizagem de comportamentos agressivos (aprendizagem social)

Os maus tratos estendem-se também às instituições, entre os jovens acolhidos, pelo que este fenómeno não pode ser tido em conta apenas nos agregados e pesa na hora de intervir.

“Nas instituições com relatos de abusos há todo um percurso que envolve os mesmos agressores e crianças /adolescentes ao longo de vários anos, acontecendo por vezes entre pares, com as vítimas mais velhas a tornarem-se os agressores dos mais novos, num ciclo de transmissão de relações abusivas a gerirem toda a trama relacional da instituição.

As várias investigações que têm sido conduzidas nos últimos anos encontram evidência de impacto significativo nas vítimas, que se estende até à idade adulta, nomeadamente, estigmatização, falta de confiança, desrespeito pela autoridade, evitamento, perturbações da ansiedade e outros problemas de saúde mental.” (Alberto, 2010:33)

Os modelos sistémico e ecológico, nomeadamente este último, apresentam-se como solução para melhor compreender e intervir nas situações de maus tratos, pois permite-nos analisar de uma forma mais aprofundada e multidimensional esta problemática, que tem origem no quotidiano familiar, devido a fatores variados como a natureza sociocultural, problemas familiares, económicos, de saúde, etc.

Capítulo III

Percurso Metodológico

O modo de pensar e investigar:

Adoção do paradigma metodológico qualitativo

Estudar o modo de estar, agir e pensar do assistente social, bem como compreender as narrativas dos próprios utentes em contextos tão complexos como o da institucionalização de crianças e jovens e o das famílias multiproblemáticas, que exige uma forma de estar atenta e adaptada a várias perspetivas, como se tem dado ênfase ao longo deste trabalho, implica também perceber qual o posicionamento e enquadramento metodológico que deve guiar o próprio investigador. A investigação, como refere Lima (2003), apenas nos possibilita o conhecimento de partes da realidade e, por vezes, apenas uma parte dessa parte. Para podermos conhecer melhor, é necessária a nossa presença no próprio contexto, em diálogo com as próprias pessoas. Quando se investiga em ciências sociais, há uma necessidade de avaliar os posicionamentos teóricos e metodológicos para definir o quadro investigativo. Precisamos, portanto, de um posicionamento perante a metodologia e as teorias que nos permitam, dentro daquilo que é possível investigar, uma melhor compreensão dessa mesma realidade de modo a que possa ser produzido conhecimento científico, o que nos leva a um posicionamento dentro do paradigma qualitativo.

D'Almeida (2009:65) refere que Gutiérrez (1991:174), “caracteriza o paradigma qualitativo “como sendo fenomenológico, interessado em compreender o comportamento humano, subjectivo, “próximo dos dados” numa perspectiva “desde dentro”, e orientado para o processo”,” Este autor elenca também, baseando-se em Bodgan e Biklen (1994:50), cinco características deste paradigma:

- a) O ambiente natural como fonte de dados, em que o investigador é o principal instrumento da recolha dos mesmos;
- b) “Os dados recolhidos são do tipo descritivo”
- c) “Os processos são o foco de atenção do investigador”
- d) “A análise dos dados é indutiva”
- e) “As perspectivas dos participantes são especialmente tidas em conta” (D'Almeida, 2009:65,66).

Estas características levam-nos a uma atitude investigativa de inserção no contexto, ao diálogo direcionado para questões e objetivos de investigação previamente definidos, embora flexíveis o suficiente para, mediante os resultados com que nos vamos

deparando, poderemos aprofundar mais determinada área ou incluir outra que se revele pertinente para o estudo sendo, portanto, uma metodologia que usa e privilegia também a reflexão e interpretação com os próprios utentes, pois, como afirmam Luckmann e Berger (2004:31), “A vida quotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e, de modo subjectivo, dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente.” A problematização da realidade, numa lógica indutiva, “não se efectua a partir da estruturação de conceitos e proposições gerais, mas realiza-se na formulação interativa de questões a partir do sentido dado a uma situação concreta”. (Jacques Chevrier *in* Gauthier, 2003:81)

Encontrar este sentido no meio dos homens e tendo em conta que nas ciências sociais procuramos compreender e estudar no campo das desigualdades e da injustiça social, então é necessário haver dois enfoques na investigação, como defende Lima (2003): um enfoque macro, que perceba as políticas, os contextos em que se dão essas desigualdades, “e, nessa escala, um enfoque suportado por uma perspectiva do conflito que dê a conhecer a génese dos problemas e os seus diversos lados;” (*idem*:72). também deverá haver um enfoque micro, “participativo, que, localmente, torne visíveis as práticas e os conceitos que lhes estão subjacentes, de forma consciente ou não; então os actores envolvidos terão oportunidade de encontrar respostas fundamentadas (...)” (*ibidem*).

D’Almeida (2009:66) refere que “fomos habituados a utilizar o paradigma da simplificação a fim de tornar inteligível o que se nos apresenta como complexo e diverso”, a propósito da dependência que os factos sociais detêm dos determinismos sociais. O autor refere também que “este paradigma da simplificação submeteu deste modo as práticas cognitivas a três princípios:

- a) O princípio da disjunção: separação do sujeito do objeto e a separação das ciências da filosofia;
- b) O princípio da redução: “ao simplificar o que é complexo, o humano é reduzido ao biológico e o biológico ao físico
- c) O princípio da abstração: “a realidade é substituída pelo modelo”

As ciências sociais têm vindo a dar uma importância cada vez maior ao posicionamento qualitativo em detrimento do quantitativo, ainda que este último tenha as suas vantagens, e possa, também, ser tido em conta paralelamente ao qualitativo ou, pelo menos, fazer-se uso de algumas teorias e/ou técnicas de investigação do mesmo de uma forma qualitativa, como defende D’Almeida (2006:69), pois pressupõe um

posicionamento por dentro, pressupondo que “é neste sentido que uma lógica de pesquisa orientada para a descoberta pressupõe o postulado de que os indivíduos são actores que agem e interagem num contexto que é necessário ter em conta.”, tendo em conta “a dimensão da racionalidade individual e da realidade sistémica.”

O paradigma interpretativo defende a compreensão da complexidade através da interpretação do investigador inserido e refletindo no contexto, com os próprios sujeitos, “objectivando, deste modo, a compreensão da sua dinâmica e do seu significado, sendo sensível à ambiguidade inerente à linguagem, reconhecendo a multiplicidade e dinamismo, bem como o contexto em que se situam investigadores e participantes da investigação.”(*idem*), sendo para isso necessário, portanto, que o investigador se insira no contexto e desenvolva e utilize formas e técnicas de comunicação e investigação que lhe permitam uma interação que permita produzir conhecimento científico.

“Deste modo, as pesquisas de cunho interpretativo voltam-se para técnicas basicamente qualitativas, mas que permitem a mediação da intersubjetividade e a manifestação dos sujeitos na investigação. Portanto, propõe entrevistas abertas, discursos onde as pessoas possam expressar opiniões, suas histórias de vida, sendo que o sujeito é o centro do processo do conhecimento.” (*ibidem*:70)

Defender um posicionamento qualitativo nas ciências sociais, neste caso concreto no SS, não implica necessariamente reduzir a importância de um posicionamento quantitativo, ou o retirar de importância de métodos e técnicas de investigação quantitativas. Dada a magnitude e multiplicidade de fenómenos que podem estar interligados na investigação científica em SS, convém que não haja um atamento a um posicionamento específico, senão ter a destreza necessária para articular e mobilizar os métodos e técnicas necessárias ao estudo e compreensão aprofundada do objeto de estudo. Portela (1985:158), citado por Ribeiro (2010:80), “argumenta que para além de não fazer sentido qualquer discussão em torno da superioridade de uma técnica face a outra, o cruzamento entre diferentes técnicas de recolha de dados detém indiscutíveis méritos.”, acrescentando ainda que, citando Grawitz (1996:446), “as técnicas a utilizar deverão ser as que melhor respondam ao problema e objeto da intervenção, sem juízo de, à medida que esta avança, se proceder a ajustamentos” (*idem*).

Quanto à postura profissional do assistente social, relativamente à produção do conhecimento, é de realçar a ideia defendida por Caria (2010), acerca da importância de uma recontextualização da relação, do discurso e saber-estar profissional, devido à

heterogeneidade do social, numa postura reflexiva por parte dos profissionais, por forma a melhor compreender o utente como parte integrante de um meio sociocultural, de sistemas relacionais e culturais, o que levará também a uma recontextualização da produção de conhecimento. Este autor defende ainda que:

“O saber profissional ocorre na consciência prática porque, para mobilizar aquilo que é pré-reflexivo no *habitus*, é necessário uma atitude reflexiva (não naturalizadora do real) que formalize procedimentos tácitos e explicita linguagens silenciadas, deste modo, poderemos dizer que a problematização do saber permite requalificar saberes, que em resultado das lutas simbólicas de legitimidade estavam silenciadas, a capacitar acções que em resultado das hierarquias de capital cultural eram periféricas.”, (Caria, 2010:9)

O posicionamento qualitativo, numa perspetiva de interação com outros profissionais da intervenção social e de interação com os próprios utentes, permite não só o aprofundar do conhecimento social, do contexto e culturas subjacentes não só às comunidades como também a nível institucional, como permite ainda a produção de conhecimento científico provenientes do conhecimento profissional tácito e do conhecimento dos utentes. Este dá-se através do desenvolvimento de “competências reflexivas na interação social que permitam associar os processos de recontextualização do conhecimento à explicitação dos saberes em situação”. (*idem*:15)

D’Almeida (2009:71) refere que “O trabalho heurístico de procurar as ligações entre experiência e os sentidos atribuídos e a respectiva teorização, tendo sempre presente a sua utilidade para as pessoas em causa, é o grande desafio para quem pretende trabalhar no âmbito da pesquisa qualitativa.” Este posicionamento profissional, não só na investigação como também na própria prática profissional, que depende, em grande medida, da capacidade de investigação, permite ao “grupo profissional poder ver oportunidades onde antes apenas pareciam existir impossibilidades”. (Caria, 2008:768)

O posicionamento investigativo qualitativo, em SS, serve, portanto, dois propósitos: o da produção de conhecimento científico, para o investigador, e permitir, de forma participada e reflexiva, a utilidade que a própria investigação pode ter para os utentes, na medida em que a sua participação e reflexão, o facto de terem a oportunidade de serem ouvidas e escutadas, possa fazer sentido para as suas próprias vivências. Com base nas ideias defendidas por D’Almeida (2009), o assistente social, seguindo também

os pressupostos do seu código deontológico, deve, em todos os momentos, manter uma postura ética que permita “dar voz” a quem passou pela problemática da institucionalização bem como às suas famílias e procurar um “trabalho heurístico de procurar as ligações entre experiência e os sentidos atribuídos e a respetiva teorização, tendo sempre presente a sua utilidade para as pessoas em causa.” D`Almeida (2009:71)

Opção metodológica do estudo de caso

Neste sentido, e tendo em conta estes pressupostos, bem como:

- a) a multiplicidade de facetas que se pretendem analisar quando abordamos os fenómenos sociológicos inerentes às crianças e jovens institucionalizadas;
- b) a necessidade de uma flexibilidade que permita a adaptação do estudo e técnicas de recolha de dados ora aos jovens que estiveram institucionalizados, ora aos seus progenitores ou até mesmo família alargada ou outras pessoas significativas dentro dos seus microssistemas;
- c) a necessidade de recolher, devido à natureza da intervenção que recorre às entrevistas semiestruturadas de pendor biográfico, grandes quantidades de informação;
- d) a necessidade e lógica de me manter num paradigma qualitativo, reflexivo e interpretativo.

A escolha metodológica de investigação recai, quase naturalmente, no estudo de caso. Almeida e Pinto (1999:387), com base em Greenwood (1965), referem que o estudo de caso, também designado como análise intensiva,

“consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade”.

D`Almeida (2009:71), também a este propósito, refere que

Um estudo de caso pode seguir uma de duas perspectivas essenciais: uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, cuja intenção fundamental é

proporcionar uma perspectiva global do objecto de estudo, do ponto de vista do investigador, tanto quanto possível completa e coerente.

Tendo em conta a pertinência de estudar casos de várias pessoas, embora com características dos percursos de vida semelhantes, implica estudar diferentes situações para perceber um problema. Neste sentido, Yin (2001:43) refere que uma única pessoa é o caso que se pretende estudar, “e o indivíduo é a unidade primária de análise. Seriam coletadas as informações sobre cada indivíduo relevante, e vários exemplos desses indivíduos, ou “casos”, poderiam ser incluídos em um estudo de casos múltiplos.” ou, como refere Erickson (1976), citado por D’Almeida (2009:71), “se possa encontrar algo de muito universal no mais particular.” Neste sentido, D’Almeida (2009:71) realça o facto de o estudo de caso poder desenvolver-se através de duas perspetivas, “uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, cuja intenção fundamental é proporcionar uma perspectiva global do objecto de estudo (...), tanto quanto possível completa e coerente.” Com esta forma de investigar, é possível compreender a posição que cada indivíduo tem sobre as suas vivências acerca de determinado assunto, fazendo-se depois uma análise àquilo que é transversal às diferenças ou semelhanças evidenciadas, de uma forma comparativa ou, como refere o autor, “esta dupla vertente supõe a realização não de um estudo de caso isolado, mas de um conjunto de estudos de caso que possibilitem uma dimensão comparativa”. (*idem*:71)

As críticas normalmente efetuadas à metodologia do estudo de caso prendem-se com o facto de não se poder generalizar os resultados obtidos através do mesmo. D’Almeida (2009:73), baseando-se em Yin (1984), responde a estas preocupações afirmando que os resultados “não fazem uma generalização em extensão, mas sim em teoria, isto é, ajudam a fazer surgir novas teorias ou a confirmar ou infirmar as teorias existentes.”, pelo que “não faz sentido formular conclusões sob a forma de proposições gerais”, mas antes uma “formulação de “hipóteses de trabalho” a testar em novas investigações.”.

Yacuzzi (2005:6) refere que os métodos de investigação podem apresentar vantagens ou desvantagens mediante o tipo de problemas a abordar, bem como as circunstâncias em que se dão. Neste sentido, antes de escolher a metodologia a utilizar, é necessário ter em consideração três condições: o tipo de questões a apresentar para compreender os objetivos, o controlo que o investigador tem acerca do problema e a “edad del problema”, a história e contemporaneidade do próprio problema. Este autor considera

os casos particularmente pertinentes e válidos quando se apresentam perguntas do tipo “como” e “porquê”, promovem respostas de cariz mais explicativo, “y llevan facilmente al estudio de casos, la historia y los experimentos”,

Esta metodologia tem por objetivo, portanto, compreender os sujeitos no seu contexto de vida, analisando e refletido com eles a forma como vivenciaram, vivenciam ou superaram os seus problemas e, neste caso em concreto, perceber as perspetivas que as crianças e jovens que estiveram em instituição e regressaram às suas famílias biológicas, relativamente à forma como as equipas técnicas dos LIJ trabalharam os seus projetos de vida após a retirada.

Instrumentos de recolha e tratamento de dados

Refletir sobre a própria vida implica tomar consciência sobre os próprios atos, atitudes, comportamentos, enfim, perceber onde, quando, como e porquê determinada situação, ou conjunto de situações tiveram impacto nas dinâmicas de vida. Levar as pessoas a esta reflexão, enquanto investigadores, implica, portanto, a utilização de instrumentos que que ajudem essas pessoas a encontrar e dar resposta àquilo que é o objeto de estudo. “A entrevista biográfica é um dos instrumentos que pode auxiliar nessa recolha de dados, dado que, segundo Bertaux (1997:9), citado por Cavaco (2001:92) “contém uma informação factual rica quando se pretende reconstruir acontecimentos, situações, interacções e acções, o que torna os testemunhos de vida instrumentos fundamentais na captação de saberes práticos.”. A entrevista biográfica pode, segundo esta autora, incidir sobre a totalidade da história de vida ou cingir-se a situações concretas. Pode “identificar momentos-chave ou momentos-charneira²³”, momentos a partir dos quais se pode fazer incidir a investigação de forma mais pormenorizada, pois são os momentos que, de qualquer forma, marcaram as pessoas, normalmente centrados em “fases de ruptura, turbulência, mudança, conflito.”

A fonte principal das narrativas, portanto, é a pessoa entrevistada, bem como o seu testemunho, numa perspetiva de individualidade única inserida na sua própria história.

A história de vida vai moldando as pessoas, no caso das crianças e jovens, como foi visto anteriormente, vai afetando o seu desenvolvimento. A forma como estas relatam

²³ Segundo a autora, citando Josso, (1988:44), “Nestes momentos-charneira, o sujeito confronta-se consigo mesmo, a descontinuidade que vive impõe-lhe transformações mais ou menos profundas e amplas”

hoje situações passadas, a forma como se relacionam com as diversas dimensões sociais, espaciais, culturais e temporais, pode afetar a forma como cada um se vê a si próprio e ao mundo e afetam também a forma como nos relatam as suas vivências. Segundo esta autora, “O que as pessoas dizem no seu testemunho está também dependente dos contextos, expressam o que pensam. O que acham que os outros pensam de si, falam do que são e do que gostariam de ter sido (...)” (idem), entre outros aspetos, dá uma coerência à sua história e à sua narrativa, à sua representação do real, às suas perceções, enfim, o resultado que cada um interpreta sobre si influenciado pelas suas próprias vivências sociais e históricas. A própria postura do investigador e das questões que coloca, irá influenciar as narrativas das pessoas, que além de terem as suas próprias em consideração, esperam também corresponder às expectativas do próprio investigador e, juntos, têm a missão de produzir um conhecimento coproduzido. Para isso, é necessária uma postura com “uma interação o mais natural possível, tornando-a uma situação comunicativa.” (*ibidem*).

Quivi e Campenhoudt (1998:191,192) defendem que os métodos de entrevista são profícuos quando o entrevistador consegue estabelecer uma boa relação de comunicação e interação com o entrevistado, permitindo-lhe “retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados.”, através de uma troca, na medida em que o investigador pode ir devolvendo alguma informação ou perceção daquilo que foi sendo dito, facilitando, deste modo, a resposta de confirmação ou reformulação que permite ir consolidando esse co conhecimento. Para estes autores, a entrevista semidiretiva, ou semidirigida, é a mais indicada em investigação social, pois os outros dois tipos de entrevista, a livre e a diretiva, ora dão demasiada liberdade de resposta, o que pode alargar de tal forma o leque de conteúdos que possa por em causa o teor da investigação, no caso da primeira, ou demasiado fechada que não permita uma análise reflexiva no caso da entrevista diretiva, também designada por fechada. Este tipo de entrevista permite respostas mais amplas, mas não abertas o suficiente, em que o “investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos” (p.193) sempre que o entrevistado se afastar do objetivo do estudo. As grandes vantagens deste instrumento, são “o grau de profundidade dos elementos de análise” (p.194), bem como a sua “flexibilidade e fraca directividade”, directividade essa que pode ser, ao mesmo tempo, um limite ou problema para a investigação, caso o investigador não consiga mestria suficiente para dirigir o diálogo no sentido dos objetivos propostos.

Cavaco (2001:95) defende que a entrevista biográfica segue os mesmos pressupostos do inquérito por entrevista e, citando Porier, Clapier-Valladon, Raubaut (1999:50), refere que esta “privilegia a não directividade, a não directividade, popularizada desde 1942, por Carl Rogers, quer dizer, as atitudes de compreensão, empatia, facilitação e abertura ao outro”. A postura do investigador deve, portanto, ser uma postura de encorajamento e interesse, facilitando desta forma o diálogo e o próprio ambiente da investigação.

O entrevistador deve, portanto, elaborar um guião que possibilite atingir o objetivo de estudo, mas, ao mesmo tempo, deve ser permitida uma certa flexibilidade que permita, embora mantendo um grau de directividade que mantenha o foco no objetivo, dar azo à reflexão conjunta e perceber as várias perceções que existam sobre o problema.

No momento do tratamento dos dados obtidos, o grande volume de informação que se pode obter representa a principal dificuldade com que o investigador se pode deparar. Como refere Cavaco (2001:98), “normalmente, as entrevistas são muito ricas em conteúdo o que torna a análise muito complexa.” Além disso existem algumas divergências conceptuais sobre a forma como devem ser analisadas as entrevistas, havendo quem defenda a análise estrutural, outros a análise temática. “Apesar das divergências, os investigadores consideram que a entrevista biográfica deve ser analisada em função do contexto económico, social, político a que se refere o testemunho.”, neste caso tendo em conta a problemática das famílias multiproblemáticas, das crianças e jovens em risco e da institucionalização.

Recolha, tratamento e análise de dados

Para a recolha de dados desta investigação foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de pendor biográfico a 17 indivíduos (9 jovens: 7 rapazes e duas raparigas, que vivenciaram a institucionalização, e 8 progenitores: 6 mães e 2 pais, residentes no seu meio natural de vida, pertencentes a 8 agregados familiares. A escolha pela entrevista semiestruturada de pendor biográfico prendeu-se com os objetivos do estudo, que pretendia compreender as perspetivas que, tanto os jovens como os adultos, tinham relativamente ao trabalho feito pelas instituições ao nível da reintegração familiar. O recurso aos seus testemunhos de vida bem como à(s) forma(s) como perceberam todo o processo desde a retirada das C/J até ao regresso à família, a forma como os próprios jovens, na sua perspetiva, encararam o trabalho da instituição na sua integração e projetos de vida, permite que cada indivíduo reconstitua a sua própria história, que

sejam identificados momentos e fatores preponderantes para as mudanças ocorridas ao longo dos seus percursos de vida. Chevrier (2003:82,83), *in* Gauthier, (2003), citando McMillians e Schumacher (1989), realça que “uma situação concreta é selecionada pelo investigador porque ela comporta «um fenómeno que pode ser descrito e compreendido a partir dos significados que os participantes dão aos acontecimentos.»”. Este estudo permitirá compreender a singularidade de cada situação, mas, ao mesmo tempo, tentar encontrar paralelos que permitam uma visão abrangente, tendo em conta resultados comuns nas várias entrevistas, do trabalho das equipas técnicas dos LIJ no cumprimento dos objetivos propostos no plano DOM e dos direitos das crianças à família previstos e consagrados na Lei e na Constituição.

O facto de terem sido selecionadas crianças e jovens provenientes de três instituições bem como um dos seus progenitores permite compreender e cruzar a informação obtida de acordo com os pressupostos e objetivo da investigação. A seleção de jovens e progenitores para as entrevistas teve por base dois critérios: terem sido institucionalizados antes ou durante o período de implementação do plano DOM e terem sido trabalhados projetos de vida com vista à reintegração nas suas famílias biológicas. Os jovens selecionados para as entrevistas vivenciaram todos a institucionalização em 4 instituições diferentes: 4 progenitores e 4 jovens de uma instituição; 4 progenitores e 4 jovens de uma segunda instituição; 2 destes últimos jovens tiveram, cada um, uma irmã numa terceira e quarta instituição (apenas foi possível entrevistar uma delas). Quanto às idades, há jovens que neste momento já têm mais de 21 anos, mas no momento da reunificação familiar ainda estavam em idade passível de aplicação de medida de promoção e proteção em instituição. Alguns deles são ainda menores de idade. Tentou-se também um equilíbrio ao nível de género, não sendo possível, no entanto, uma percentagem igual dos dois, havendo mais rapazes que raparigas no grupo dos jovens e, quanto aos progenitores, um número superior mães. Tentou-se e conseguiu-se, apesar de tudo, obter diferentes depoimentos e diversidade de informações ao nível de percursos de vida e de papéis familiares. O percurso pessoal e profissional do investigador também contribuiu para conseguir fazer selecionar tanto jovens como progenitores a ser entrevistados.

As entrevistas foram aplicadas em dois momentos. No primeiro momento houve um contacto apenas para explicar o motivo das entrevistas, centrando-me depois nas entrevistas aos jovens. Neste momento solicitei também autorização para gravação áudio das entrevistas. No segundo momento fizeram-se as entrevistas aos adultos e foram

esclarecidas com alguns jovens algumas dúvidas relativamente às primeiras entrevistas. Tanto no primeiro como no segundo momento, bem como de acordo com os próprios entrevistados, houve necessidade de alterar algumas questões e acrescentar outras que não estavam previstas, que serviram para a consolidação da informação que ia sendo recolhida.

Em momento algum foi denotada qualquer inibição por parte dos entrevistados, talvez pelo facto de saberem, à partida, que o entrevistador era detentor de algum conhecimento sobre o tipo de informações que estava a recolher, pelo facto de ter trabalhado num LIJ. O único material utilizado foi o gravador, por um lado por questões práticas, por outro lado porque o investigador considera o uso do papel e caneta como sendo algo incómodo para quem está a ser entrevistado e também porque pode causar distração e cortes de raciocínio quer para o entrevistador, quer para o entrevistado.

Com exceção de dois progenitores, em que se denotou alguma dificuldade em abordar determinadas situações relativas ao seu passado, mas não sobre a questão relativa ao tempo de institucionalização e pós institucionalização, todos os entrevistados apresentaram um discurso coerente, com capacidade de síntese e reflexão, o que permitiu recolher a informação pretendida sem qualquer constrangimento. Importa referir que um destes dois progenitores (mulher) solicitou a não gravação de parte da entrevista, mas o que contou sem ser gravado auxiliou imenso em perceber e contextualizar a restante informação.

Capítulo IV
Análise das Narrativas

Narrativas biográficas

Os resultados das entrevistas biográficas serão apresentados de forma a perceber as narrativas, tanto dos jovens como das famílias, relativamente a três períodos das suas vidas que supuseram momentos de ruturas e/ou vivências marcantes dentro das próprias famílias e/dos seus contextos de socialização. Haverá uma primeira análise relativamente às narrativas antes da institucionalização, com uma análise às narrativas do ambiente familiar e dos momentos imediatamente antes das retiradas. Tentaremos perceber os motivos, as falhas existentes que levaram à institucionalização.

Numa segunda parte, serão analisadas, principalmente ao nível dos jovens, as narrativas relativas à entrada em instituição e as narrativas relativamente às equipas técnicas dos LIJ. Nesta fase, será também tida em conta a opinião dos progenitores relativamente a essas mesmas equipas. Nesta parte também se tentará perceber o que é que foi feito para minimizar ou eliminar os fatores que levaram à institucionalização para promover o regresso das C/J ao seu meio natural de vida, como foi feito, que grau de implicação tiveram os familiares e as C/J ao longo desse processo.

Num terceiro momento serão analisadas as narrativas com que, de uma forma geral, ficaram todos relativamente ao trabalho desenvolvido pelos técnicos ao longo do percurso de institucionalização e desinstitucionalização.

Irá tentar perceber-se, segundo as perspetivas dos próprios, de que forma foram as crianças e jovens, assim como as suas famílias, envolvidas e ouvidas ao longo dos processos de separação e reaproximação familiar, a forma como as instituições permitiram, ou não, o contacto dos familiares com as C/J acolhidas, perceber como as instituições diagnosticaram os contextos de socialização primários e secundários, as necessidades, as potencialidades, a forma como foram ou não preparados projetos de vida devidamente planeados e a forma como eles próprios foram envolvidos ao longo dos mesmos.

Para tudo isto, analisar-se-ão os testemunhos de 8 jovens e 7 progenitores, que envolveram situações de institucionalização em 4 instituições diferentes, apesar de apenas terem sido entrevistados jovens de 3 dessas instituições, tentando, desta forma, perceber as formas de trabalhar de equipas técnicas diferentes, contextos geográficos diferentes para, desta forma, podermos obter resultados mais válidos.

Por forma a sistematizar a informação e para análise de dados, o tratamento de dados foi dividido em três conteúdos temáticos, antes, durante e pós institucionalização, cada um com subtemas de análise. Desta forma, é possível compreender as narrativas que

cada um tem relativamente às problemáticas que antecederam a institucionalização, as narrativas relativamente à institucionalização e relacionamento com as equipas técnicas, o grau de participação e audição na elaboração dos PSEI e a avaliação geral que cada elemento tem de todo o processo. Ao analisar-se o tempo decorrido após o regresso à família, bem como o grau de satisfação relativamente às equipas técnicas, percebemos o sucesso, ou não, da alteração do projeto de vida. Esta organização dos dados permite não só uma melhor compreensão dos dados obtidos, como respeita a sequencia dos testemunhos obtidos e, ao mesmo tempo, permite uma análise multidimensional do objeto de estudo de uma forma mais estruturada.

Para uma melhor compreensão dos sujeitos entrevistados, passa-se a explicar os códigos utilizados para cada um: J = jovem, 1, 2, 3 e 4, seguido de -01 ou -02, -03 ou -04 (nº da instituição). F = familiar, 1, 2, 3 e 4, que correspondem ao jovem com o mesmo número, também seguido de -01 ou -02, -03 ou -04 (nº de instituição). A título de exemplo, o J01-01 é o jovem entrevistado nº 1 da instituição 1, e o respetivo familiar entrevistado será o F01-01.

Análises dos resultados/Narrativas:

Como se foi dando conta ao longo da presente dissertação, o objetivo principal desta investigação é perceber as narrativas das C/J e seus familiares acerca da institucionalização e do trabalho que as equipas técnicas dos LIJ fizeram tendo em vista a reunificação familiar. Pretende-se compreender também de que forma foram as famílias envolvidas na vida dos filhos durante o período de institucionalização e a forma como participaram na elaboração dos PSEI. Pretende-se saber, portanto, se as equipas técnicas, trabalharam tendo por base os pressupostos da Lei no que ao superior interesse da criança diz respeito, se os direitos das famílias foram salvaguardados e se seguiram os pressupostos técnicos implementados com o Plano DOM.

I - Dos jovens relativamente à vida antes da institucionalização:

Ao analisarem-se os dados obtidos no primeiro tema, antes da institucionalização, ajuda-nos a perceber quais as narrativas relativamente às problemáticas por detrás da retirada, o que vai ajudar também a perceber o trabalho feito para minimização ou eliminação das mesmas com vista à reunificação, bem como perceber as relações ao nível da vinculação e dos grupos de socialização primária e secundária. Neste primeiro

momento de análise, são vários os testemunhos que realçam a importância quer da família, quer dos pais:

“para mim era normal, (...) éramos felizes; tinha as minhas melhores amigas” (J1-02) e *“A minha vida bem boa era! Estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo; lá no bairro estávamos sempre juntos (...), também deixei a minha avó e os meus tios.”* (J4-01).

Alguns progenitores apontam o momento da retirada como sendo

“uma parte complicada da minha vida.” (F1-02), *“foi o momento mais difícil da minha vida toda.”* (F3-02), *“tivemos todos um pouco de culpa, mas não havia motivos para isto ter sido assim; diziam que eu não sabia ser mãe.”* (F4-02).

A tristeza da separação, com algumas referências a situações de vergonha à mistura, perante o meio em que estão inseridos, é observável, durante as entrevistas, quer pelo que é dito, quer pelo que não dito, perceptível apenas para quem faz a investigação, analisando os seus rostos e os seus olhares.

“(...) foi uma vergonha tão grande; queriam que fosse trabalhar (...) como podia fazer tudo ao mesmo tempo?” (F3-02),

ou ainda

“nem tinha coragem de sair à rua, foi uma vergonha.” (F1-02).

A simples presença de técnicos de CPCJ,

“diziam que a minha mãe e o meu avô não sabiam cuidar de mim, e coisas assim. Não percebiam nada.” (J4-02)”

Da Segurança Social ou das forças policiais,

“só foi pena ter vindo a GNR com aquele aparato todo.” (F2/3-01)

Representam, por si só, um fator de sentimentos de exclusão, a vários níveis, a aliar ao facto, também referenciado quer por C/J, quer por familiares, de já viverem em meios que eles próprios identificam como sendo lugares excluídos:

“na escola os professores punham-nos de lado por sermos do bairro (...) a culpa era sempre minha” (J1-02), ou *“é triste ser-se pobre e ter que viver num bairro ao pé de tudo que há de lixo.”* (F4-01).

Através das narrativas, quer por parte dos jovens, na altura da retirada ainda menores, quer dos progenitores, que, apesar de saberem que as suas vidas não eram fáceis, marcadas por sentimentos de exclusão a vários níveis, como a económicos, sociais ou do saber, foram perceptíveis sentimentos de revolta pelos cortes vinculativos ao nível familiar

ou grupos de pertença e também narrativas de incompreensão por parte dos diversos agentes:

“ela (professora) não sabia nada do que se passava” (J2-01), “só que eles (CPCJ) não deram ouvidos a ninguém” (J4-01), “diziam que a minha mãe e o meu avô não sabiam cuidar de mim, e coisas assim. Não percebiam nada.” (J4-02), “queriam que fosse trabalhar (...) como podia fazer tudo ao mesmo tempo?” (F3-02), ou “estávamos a tratar da casa maior, nem quiseram ouvir nem saber” (F4-01).

O que demonstra claramente a perceção de que há sentimentos de que mais poderia ter sido feito, ou feito de maneira diferente, antes de se optar pela retirada das C/J. As narrativas demonstram também a falta de compreensão demonstrada pelos técnicos que intervieram nestas situações.

Relativamente às narrativas dos entrevistados relativamente à adaptação, por parte dos jovens, à institucionalização, estes referem que

“foi muito, muito difícil (...). Nada bom!” (J1-01). “Não gostava” J3(a)-01. A adaptação foi “uma porcaria.” (J4-01). “Nem me quero lembrar.” (J1-02). “Uma seca do caraças (...) também não curtia muito aquilo, sempre a toque de caixa” (J2-02). “Foi uma merda.” (J3-02). “Só fazia asneiras para me expulsarem (...) estavam sempre a meter-se comigo (...). À noite assustavam-me, ameaçavam que me batiam” (colegas). (J4-01).

É perceptível que as narrativas são, no geral, negativas relativamente à avaliação geral que fazem da entrada em acolhimento. A única exceção é o J2-01 que demonstrou narrativas positivas, mas apenas após a mudança para junto de colegas da sua faixa etária: *“mas depois mudaram-me para o quarto dos pequenos e já gostei.”*

pois antes havia referido que

“no princípio não gostei (J2-01)”

e referiu, no entanto, que a vida era

“muito má (...) estava sempre a haver merda. O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado, e eu tinha que ir para o quarto, para dentro do armário”

O que, possivelmente, pode justificar a sua relativamente fácil adaptação à instituição, em que não haveria necessidade de se refugiar dentro de nenhum armário.

Quando questionados acerca das perceções aquando da entrada em instituição, importa também salientar, apesar de estarem há já algum tempo (todos há mais de 3 anos) junto das famílias, são mencionadas as dificuldades que sentiram em deixar para trás

peessoas de referência, apesar das problemáticas que existiam nos seios familiares, o que demonstra o peso que significou a separação para estes jovens:

“tive que cortar com o pessoal do bairro.” (J1-01); “só queria a minha mãe; éramos felizes; tinha as minhas melhores amigas” (J1-02). A minha vida “era boa, não sei para que é que fui para lá” (J4-02). “Éramos pobres, mas vivíamos mais ou menos.” (J1-01). “A minha vida bem boa era! Estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo; lá no bairro estávamos sempre juntos (...); também deixei a minha avó e os meus tios.” (J4-01).

II - Das famílias relativamente às vivências familiares e ao processo de separação:

Ainda acerca deste tema, mas numa análise feita pelas perspetivas dos familiares relativamente à forma como as equipas técnicas lidaram com eles, os mesmos referem que

“eu ia muitas vezes lá, foram sempre muito bons comigo. Às vezes davam-me alguns alimentos.” (F1-02); “dava-me bem, portaram-se muito bem comigo. Acreditaram em mim, sabe?” (F2-02). “Foi muito bom, foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo (...) chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim. Ajudaram a resolver o problema (...).” (F3-02). “Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo. Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles.” (F4-02). “Foram muito profissionais comigo desde o primeiro momento que me contactaram.” (F1-01). “As técnicas ajudaram-me em tudo; (...) ajudaram-me a reorganizar a minha vida.” (F2/3-01). “Esses ainda foram os únicos que se safaram no meio disto tudo. Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher!” (F4-01).

III - Dos jovens durante a institucionalização:

A análise que sobressai das narrativas destes familiares é também positiva, o que demonstra que, além do papel de cuidadores e educadores dentro da instituição, tiveram uma relação com os familiares positiva, de cooperação e confiança, como é possível verificar pelas palavras dos próprios. Apesar do afastamento físico das C/J relativamente aos seus meios de vida, denota-se a preocupação em manter ou reatar laços com os familiares, o que coincide com a opinião dos próprios filhos, como por exemplo o J1-02, que disse que

“A minha mãe ia muitas vezes visitar-me (...) toda a gente (técnicos) gostava dela. (...) eles (técnicos) compreenderam sempre a situação,”

ou ainda a J3(a)-01 que, não podendo ser visitada, pois a mãe encontrava-se num refúgio, recebia e fazia, a pedido das próprias técnicas telefonemas para a progenitora

“todos os dias.” J3(a)-01,

demonstrando, desta forma, uma especial preocupação com as questões da vinculação, dada a tenra idade que a jovem tinha na altura da separação.

Quanto às narrativas relativamente à preocupação das equipas técnicas para com a reunificação familiar, tal como prevê o Plano DOM, as respostas dadas pelos jovens indicam que

“eles (técnicos) compreenderam sempre a situação” (J1-02), que *“foram os doutores do lar”* (equipa técnica) quem tiveram a iniciativa de começar a tratar da reunificação, *“marcaram-lhe umas consultas (ao pai) para deixar os copos, depois arranjou emprego e começaram a marcar-lhe reuniões lá no lar.”* (J2-02).

Denota-se, nesta análise do jovem, o papel da equipa em intermediar os problemas e perspetivas do pai, as vontades do próprio jovem, com outras instituições, neste caso de saúde, para persecução de um objetivo comum.

Apesar de não ter gostado de estar na instituição,

“alguns (técnicos) sim, foram impecáveis. (...). Conseguiram resolver o problema.” (J3-02).

É referido também o papel crucial que as equipas técnicas tiveram para o desenvolvimento de um PSEI com vista à reunificação, dizendo que,

“se não fossem eles ainda lá estava, talvez. Foram eles que falaram com o tribunal para vir embora. (...) Primeiro conseguiram autorização para vir ao fim de semana. Vieram a casa e viram que não era assim tão má. Depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC e disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana.” (J4-02).

Além de preverem o regresso, denota-se, neste s comentários anteriores, a preocupação em minimizar problemas que também estiveram na origem da institucionalização e encontraram estratégias, neste caso a marcação de “TPC” para os próprios familiares, como forma de educação para a parentalidade.

IV - Dos jovens relativamente à possibilidade da reunificação

Relativamente às narrativas sobre a preocupação da equipa na reunificação familiar, J1-01 refere que

“claro que sim, senão não tinha ido morar com ele nem ido buscar a minha irmã à outra instituição! Não gostei de estar lá, mas gostei muito do pessoal, foram muito porreiros” (J1-01)

o que demonstra um trabalho conjunto de equipas de LIJ diferentes, mas com um objetivo também comum.

Há também uma situação digna de realce, que é a preocupação, quando não é possível o regresso à família de origem, de procurar outros elementos da família, neste caso um pai ausente há anos, para procurar uma alternativa viável para as C/J no seu direito à família:

“nos inícios (nas primeiras reuniões com o pai) estavam (presentes) os técnicos. Acho que também o queriam conhecer melhor. Como sabiam que eu não me dava lá muito bem com ele, deviam ter medo que lhe partisse a cara (risos). Mas não lhe ia fazer nada, no fundo sempre gostei dele. (...) sim, falávamos do meu projeto de vida, de definir objetivos e coisas assim.” (J1-01)

Tanto J2-01, como a irmã, J3(a)-01, referem a importância dos técnicos na possibilidade de um regresso após terem vivenciado momentos de grandes cargas emocionais, com episódios de violências de vários tipos, com intervenção de forças de segurança e perante toda uma aldeia onde residiam, referindo que (as técnicas)

“estavam sempre a mandar ligar-lhe (chamadas telefónicas), às vezes era ela que ligava. O meu pai também ligava da prisão, mas não me deixavam falar com ele porque estava sempre a dizer que quando saísse ia matar a minha mãe. (...) eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjam-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro. Depois fomos viver outra vez com ela.” (J2-01)

J3(a)-01, irmã de J2-01, tem narrativas idênticas, afirmando que

“a minha mãe é que me ligava quase sempre. Às vezes era ela «assistente social» que ligava à minha mãe. (...) A «assistente social» era minha amiga. (...),

pois dizia à mãe que

quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre e ele (irmão) também. Depois arranjou e vim.”

O Plano Dom, como se vai dando conta ao longo desta análise, trouxe alterações ao nível da intervenção com as famílias, como se pode verificar pelo testemunho de J4-01, em que refere que houve mudanças na forma como a instituição lidou com o seu caso:

“só autorizaram passados 2 anos, quando foram para lá as técnicas novas (DOM – entre finais de 2008, início de 2009). Conseguiram convencer o juiz a deixar-me ver a

minha família. (...) Depois de ter autorização foi diferente e acabei por voltar para casa. (...) elas (técnicas) perguntaram se eu queria voltar a estar com eles, claro que disse que sim. Depois começou a seca das reuniões delas com os meus pais. Queriam que eles assinassem uns contratos ou lá o que era aqueles papéis. Mas lá foi! (J4-01)

As narrativas apresentadas pelos jovens que vivenciaram, por dentro, o problema da institucionalização, conseguem identificar uma preocupação por parte das equipas técnicas dos LIJ na resolução dos seus problemas. Identificam o papel de mediadores entre os técnicos e os pais, entre os pais e a solução para os problemas destes, sejam eles de necessidades de educação para a parentalidade, sejam problemas que exijam a intervenção de outras entidades ou mesmo na procura de alternativas que permitam a recolocação das C/J em ambientes familiares. Conseguem compreender, apesar de em algumas situações as definirem como “seca”, a importância das reuniões para planificação e definição de objetivos dos PSEI, e conseguem identificar passos dados para conseguirem atingir o grande objetivo da reunificação.

V - Das famílias relativamente à possibilidade da reunificação

Para se tentar compreender este trabalho das equipas técnicas teve-se também em atenção as perspetivas dos próprios progenitores, obtidas em datas diferentes. Segundo estes,

“havia lá duas doutoras (assistente social e psicóloga) que começaram a falar comigo sobre ela poder voltar se eu arranjasse em trabalho. (...) (F1-02).

Esta mãe refere também que

“as doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego.”

Paralelamente a esta necessidade, que tinha sido um dos motivos da retirada da filha mais velha, começou-se também a preparar o regresso, de forma progressiva, da jovem para casa da mãe.

“Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela. Começou aos poucos, só ao fim de semana, depois nas férias de Natal. Nas férias grandes, como correu bem, veio de vez. Tenho muito a agradecer-lhes. Acreditaram em mim, eu acreditei nelas e, todas juntas, resolvemos.” (F1-02).

É de realçar o “como correu bem”, o que significa que estas idas pontuais para casa da mãe eram devidamente supervisionadas e avaliadas pela equipa técnica, caso contrário essas idas não se repetiriam.

O trabalho das equipas, no caso do pai (F2-02), vai mais longe, originando um trabalho em rede e parceria com outras entidades. Segundo o próprio,

“Eles «equipa técnica» lá me convenceram a ir a umas consultas e deram-me uns calmantes. Já não bebo desde essa altura. (...) eles mandaram cá um pessoal da Câmara, deram umas ideias lá com um engenheiro; as doutoras (assistente social e psicóloga) trataram de tudo com o meu irmão e ele com quem conhecia. (...) disseram-me que se deixasse o vinho e compusesse a casa, como ele já era crescido, podia vir e pronto, fiz o que me mandaram. Fui lá às reuniões, fui ao médico, fiz tudo direitinho. (F2-02).

Este trabalho, feito com auxílio de um tio do jovem institucionalizado, envolveu projetos com os serviços de saúde, bem como com os serviços de ação social de uma Câmara Municipal, criando-se, desta forma, as condições necessárias para se trabalhar não só a reunificação como, tendo em conta a proximidade da maioria do jovem, a sua própria autonomização.

Para a mãe F3-02, a problemática da retirada dos filhos viu-se agravada com a possibilidade de colocação para adoção da filha mais nova. Segundo as perceções desta, o papel da equipa técnica revelou-se fundamental, não só para o *volte face* relativamente à adoção, como para a reunificação num cenário que, aquando da retirada, envolveu episódios de violência e autoridades policiais, num contexto de bairro de habitação social.

“Foi muito bom, foram elas «técnicas» que me ajudaram nisto tudo, quase perdia a minha filha mais nova. (...) chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim. Ajudaram a resolver o problema; (...) ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas. (...) fizeram para lá uns projetos comigo e com o meu marido, com o ex-marido e deram à juíza e ela mudou de ideias, deu uma oportunidade e conseguimos.” (F3-02).

Nesta situação, a chave para a resolução estava onde, teoricamente, menos se esperava, no agressor. A sua participação na elaboração dos PSEI, bem como a sua concordância em dar a guarda à mãe das crianças, foi fundamental para convencer o Tribunal a alterar as medidas de acolhimento e adoção para apoio junto da família.

A preocupação em mudar hábitos e atitudes para a promoção de condições que permitissem a reunificação é também observável através das narrativas da mãe F4-02, com vista à alteração das condições que levaram à separação.

“Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles. Quando começou a vir de fim de semana, às vezes vinham trazê-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar.” (F4-02)

Apesar de a escola ser desvalorizada em alguns agregados familiares, a forma como se abordam, no sentido da não imposição, mas antes através de simples alterações de práticas quotidianas, pode fazer a diferença quando se intervém ao nível familiar.

“ Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola.” (idem)

Sem proibir quer o avô, quer o neto de fazerem juntos algo que tanto gostavam, os técnicos apostaram antes em aproveitar algo que lhes pareceu, aparentemente, um reforço positivo, como um prémio para o bom desempenho das tarefas escolares e, ao mesmo tempo, de certa forma, responsabilizar também o avô, enquanto figura de referência, para a educação académica do neto. De uma forma também gradual, como se denota ao longo dos vários testemunhos, as idas pontuais a casa transformaram-se em idas rotineiras, devidamente acompanhadas pelos técnicos. Nessas visitas, os mesmos aproveitavam não só para avaliar as tarefas estabelecidas com os adultos, mas também para avaliarem, entre outros aspetos, as condições habitacionais e o dia a dia em família.

“Os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam (...), e perceberam que não há nada como conversar. Falar das coisas resolve muito. Vieram cá umas duas vezes depois de ele voltar para cá, a partir daí nunca mais os vi. Não eram más pessoas e ajudaram-nos muito. O meu pai também gostava de os ver cá. Graças a eles, resolveu-se tudo. Fizeram umas cartas para o tribunal e para a segurança social e as coisas compuseram-se.” (F4-02)

O pai de J1-01 era um pai (F1-01) ausente há vários anos, como afirmam o jovem e o próprio pai.

Eles (técnicos) ajudaram-me a perceber que isso tinha sido um erro e esta era a hipótese de reaparecer na vida deles; os dois lares trabalharam em conjunto comigo, as técnicas das duas casas prepararam isto juntas, creio. (F1-01).

Perante uma situação trágica como a perda de um progenitor, a primeira hipótese passa sempre por encontrar, na família alargada, uma opção para entregar a guarda das crianças. Neste caso, as opções incluíram, por iniciativa da equipa técnica do LIJ que acolheu o filho mais velho, o pai. O PSEI foi elaborado com pai e filho, contando também com a participação da filha e equipa técnica do LIJ em que se encontrava acolhida.

Este trabalho interinstituições verificou-se também nos casos dos dois jovens entrevistados, F2-01 e F3-01, como referiram os próprios. Não existem em Portugal muitas instituições que permitam acolher irmãos de sexos diferentes, o que obriga puni-los duplamente, através da separação dos progenitores e entrada em instituição e, ao

mesmo tempo, separando-se os próprios irmãos. Isto constitui também outro *handicap* para os pais que os pretendam visitar, pois nem sempre as instituições estão próximas geograficamente. Nestas situações, uma boa articulação entre as equipas técnicas pode ajudar a minimizar estas dificuldades, como se pode verificar, por exemplo, na forma como as instituições chegaram a acordo na definição dos PSEI dos irmãos e na calendarização das idas a fim de semana com a mãe e a avó.

“Quando eu e a minha mãe já estávamos mais estáveis, começámos a ir buscá-lo ao fim de semana. Depois elas falaram com a outra instituição e fiz o mesmo com elas lá (técnicas do LIJ da filha); aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos e, posteriormente, ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego. Consegui reorganizar a vida.” (F2/3-01).

A entrevista ao familiar F4-01 revelou, da parte deste, alguma mágoa na forma como lhe foi retirado o enteado. No entanto, é perceptível, e em sintonia com a entrevista feito ao J4-01, uma alteração na forma como a instituição lidou com esta situação após a entrada ao serviço da equipa técnica do DOM:

“foram umas funcionárias novas que foram para lá. Eram doutoras, acho eu. Começaram a ouvir as pessoas e a perceber. O problema é que ninguém ouve (...)” (F4-01).

Os progenitores reconhecem também às equipas técnicas dos LIJ o papel preponderante que desempenharam para tornar possível a reunificação familiar. Mais uma vez, o papel de escuta e compreensão por parte dos técnicos é realçado pelos familiares, ou seja, o facto de poderem ser ouvidos, dar as suas opiniões relativamente aos seus problemas, às suas vidas, foi, para eles, das perceções que mais realçaram.

VI - As narrativas gerais dos jovens sobre as equipas técnicas dos LIJ

Relativamente às narrativas gerais sobre o trabalho dos técnicos dos LIJ, os jovens, após alguns anos nas suas famílias, além de demonstrarem, na generalidade, narrativas positivas acerca do trabalho desenvolvido, demonstram também que ainda mantêm algum tipo de relacionamento com eles. “

Apesar de me ter separado muito da minha mãe eles compreenderam sempre a situação. Foram sempre impecáveis.” (J1-02). *“Eu ainda falo com algum pessoal de lá de vez em quando. Foram porreiros, demoraram foi muito tempo a resolver a cena.”* (J2-02).

A relação com a instituição

“ficou bem, foram importantes para resolver isto tudo. Ainda lá tenho amigos. Se não fossem elas (técnicas), não sei... a avaliação é muito boa.” (J3-02). *“Nos princípios ligavam para cá, mas nunca mais os vi. (...). Foram porreiros, ajudaram a convencer o tribunal.”* (J4-02). *“Agora já quase não os vejo. Às vezes passo na estrada por eles e apito, são porreiros. Se não fossem eles, se calhar não estava assim com o meu pai e com a minha irmã.”* (J1-01). *“Às vezes ainda vêm cá e falamos no facebook. No ano passado vieram trazer muitas coisas para a comida do Natal e prendas. (...). Gosto deles.”* (J2-01).

A relação com as técnicas ficou

“boa” J3(a)-01. *“Acho que não ficou mal, ajudaram a resolver aquele problema. (...). Foi boa. Se não fossem elas se calhar tinha sido tudo diferente.”* (J4-01).

VII - As narrativas gerais das famílias sobre as equipas técnicas dos LIJ

Quanto aos progenitores, relativamente à avaliação do trabalho das equipas técnicas:

“às vezes ainda as vejo, uma delas costuma ir jantar ao restaurante onde trabalho e conversamos um pouco. Tenho muito a agradecer-lhes. Estão sempre a perguntar por ela e pelas irmãs (...).” A avaliação é *“muito positiva. (...) no Lar trataram-me muito bem.”* (F1-02). *“Olhe, nunca mais os vi. O rapaz dizia-me que às vezes lá falava com eles pelo telefone, mas nunca mais os vi; tenho que agradecer muito (...). Se não fossem eles não estava assim, e não tinha o rapaz comigo. Eles lá falaram com este e aquele, lá na Câmara, trataram de tudo para vir para a escola de cá, do centro de saúde. Foram bons com ele e comigo. Estou muito grato.”* (F2-02). *“Às vezes vejo-as na cidade, ainda vamos falando. Gosto muito de uma delas, principalmente. O meu filho ainda lá vai às vezes visitar a casa e os amigos. As (técnicas) do Lar salvaram a minha família.”* (F3-02). *“Graças a eles, resolveu-se tudo”* (F4-02). *“Agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos. Muitas vezes tinha vontade de falar com eles, mas faltava a coragem. Eles proporcionaram isso. A avaliação é muito boa. Sempre profissionais e atentos a pequenos detalhes na forma como prepararam as minhas conversas com os meus filhos, os passos a dar. Resolveram o problema deles, embora a perda da mãe seja impossível de resolver, e resolveram o meu problema.”* (F1-01). *“Agradeço tudo. Passei por muito na vida, não quero quer conte tudo que eu disse. Eu merecia viver uma vida normal. Elas ajudaram-me muito a conseguir isto.”* (F2/3-01). *“Às vezes passo por elas*

de carro, aceno. Mas não quero mais nada com essa gente. Cada um à sua vidinha. Ajudaram-me a trazer o rapaz para casa. Mas nunca mo deviam ter tirado.” (F4-01)

Pontos comuns e de convergência

O objetivo desta investigação, como já foi referido anteriormente, é conhecer e descodificar as narrativas dos jovens e familiares relativamente ao processo de reunificação, executado pelas equipas técnicas dos LIJ, tendo em consideração os pressupostos do Plano DOM e da LPCJP. Desta forma, conseguir-se-á perceber se estas equipas seguem esses mesmos pressupostos, trabalhando no sentido da reunificação familiar, sempre que possível, e de que forma foram os próprios envolvidos na definição de todas as ações e projetos que compõem o PSEI: se foram ouvidos, se participaram nas tomadas de decisão e se foram tidas em conta as suas necessidades e potencialidades, tal como preconizam os guiões da Segurança Social.

Para evitar cair no erro de obter informações que pudessem ser orientadas para os resultados, foram selecionados 8 agregados, que envolveram, como foi explicado anteriormente, diferentes instituições e áreas geográficas. Houve também o cuidado de realizar as entrevistas aos progenitores e jovens em momentos diferentes, para não surgir a possibilidade de uns poderem ser influenciados por outros. Com exceção de dois jovens, que foram entrevistados em casa, todos os restantes foram entrevistados fora do ambiente familiar para poder evitar “contágios”. Desta forma, é possível comparar as narrativas de uns e de outros, de diferentes instituições, relativamente aos mesmos temas, e obter resultados válidos.

É possível identificar algumas correspondências e/ou pontos de convergência na análise dos resultados obtidos, indo ao encontro daquele que é o objetivo desta investigação, tentando compreender as narrativas dos jovens relativamente às equipas técnicas na preparação e implementação de um PSEI com vista à reunificação familiar. Ainda dentro deste quadro de análise, é também importante comparar os resultados obtidos nos dois grupos principais, de diferentes instituições, e compreender também tanto as narrativas da jovem J3(a)-01, que esteve institucionalizada numa terceira instituição como, apesar de não ter sido entrevistada, a de uma quarta instituição (temos os relatos do irmão (J1-01) e do pai (F1-01), que fornecem dados suficientes para podermos fazer uma análise, ainda que superficial).

É possível também fazer o mesmo tipo de correspondência, mas com as narrativas dos progenitores envolvidos, relativamente às mesmas instituições.

Pode ainda ser feita uma correspondência entre os resultados obtidos no grupo dos jovens com os resultados provenientes do grupo dos progenitores.

Numa perspetiva diferente, interessa também analisar o trabalho desenvolvido pelas equipas técnicas, por um lado na forma como abordaram e envolveram os familiares e jovens ao longo do processo, mas também perceber se, como também preconiza o Plano DOM, foram tidas em conta, para o desenvolvimento do PSEI, as necessidades que levaram à separação, e de que forma foram as mesmas ultrapassadas para permitirem a reunificação.

Para facilitar a compreensão dos quadros de análise²⁴, foram criados quadros síntese²⁵ por forma a facilitar a análise comparativa dos dados recolhidos.

Tal como se pode verificar no quadro no quadro nº 11, do anexo IV, é perceptível, por parte de todos os jovens, a preocupação dos técnicos em manterem o contacto com os progenitores, ao contrário de algumas acusações de que as instituições, por vezes, são alvo, sendo acusadas de serem fechadas e de não permitirem o contacto com os progenitores.

Outro dado que merece destaque, é a noção que quase todos apresentam, da forma gradual como se vai desenvolvendo o seu PSEI e das várias vertentes que cada um pode assumir: os pais são chamados à instituição; são ouvidos; são analisados os problemas que originaram a retirada; aos poucos, começam a ir de fim de semana; em alguns casos, são marcados TPC para os pais poderem acompanhar no estudo em casa; são detetadas necessidades ao nível da saúde, da habitação, de dificuldades de comunicação com a Segurança Social, Tribunais, serviços municipais e, inclusivamente, são feitas pontes com outras instituições para garantir PSEI que envolvam a reaproximação de irmãos. E os técnicos “ajudaram a resolver”.

Relativamente às narrativas dos progenitores, tal como se pode verificar no quadro nº 12, do anexo IV, as narrativas não são muito diferentes das evidenciadas pelos jovens. Dão uma outra perspetiva, alguns detalhes sobre alguns procedimentos que os jovens não conseguiram identificar ou relembrar, mas, no fundo, no que diz respeito ao papel das equipas, não demonstram diferenças assinaláveis. Mais uma vez, é evidenciado o papel das equipas técnicas em várias perspetivas.

Os discursos apresentados mostram que parte da equipa técnica a iniciativa de convidar os progenitores a frequentarem e contactarem a instituição e a reatar os

²⁴ Ver quadros de análise individuais por agregado do anexo IV

²⁵ Ver quadros comparativos dos jovens e dos familiares do anexo IV

relacionamentos com os filhos. posteriormente, são vários os testemunhos relativamente à postura dos técnicos, de escuta ativa, realçando a importância que deram ao facto de serem ouvidos e compreendidos. Denota-se, através dos seus discursos, que esta escuta permitia aos técnicos fazer um diagnóstico das necessidades e potencialidades, bem como perceber os desejos dos progenitores. Após este levantamento, eram definidos projetos de intervenção que incluíam o contacto com outras entidades, resolução dos problemas identificados para, junto dos tribunais, conseguirem permissão para idas a fim de semana das C/J. Estas idas eram devidamente supervisionadas e incluíam, em alguns casos, a marcação de pequenas tarefas aos pais, como era o exemplo de acompanhar a realização dos TPC. Estas idas a fim de semana passavam depois a maiores períodos de tempo dos jovens junto das famílias, de forma progressiva, como eram exemplo disso as férias escolares, até estarem reunidas as condições parentais, habitacionais, de saúde, etc., para os poderem, em definitivo, regressar às suas famílias.

Fazendo a comparação entre os discursos dos jovens e os das famílias, denota-se também que os próprios jovens eram cientes da necessidade das alterações de hábitos de vida, ou seja, também eles deveriam desempenhar um papel ativo e responsável para auxiliar os progenitores na realização das suas tarefas.

Nos quadros do anexo IV, é também possível verificar que as narrativas dos jovens e dos progenitores são compatíveis ao longo das entrevistas, desde as narrativas dos problemas por detrás da retirada, ao longo da institucionalização e consequente delineação e participação ativa nos PSEI, como também na análise francamente positiva que fazem das equipas técnicas.

Apesar das multiproblemas associadas à retirada, este estudo demonstra que tanto os progenitores como os jovens mostraram perceções no sentido de que a mudança é possível. A importância dos técnicos, ainda tendo em conta as suas narrativas, vai no sentido de ouvir, compreender, ajudar, mediar com os próprios familiares e parceiros sociais num sentido de ajuda para solucionar os seus problemas.

As causas da institucionalização

Quando os guiões técnicos da Segurança Social, nomeadamente o Manual da Qualidade dos LIJ, mencionam os diversos projetos que podem integrar o PSEI, é bem claro no que diz respeito à reunificação familiar, indo ao encontro também do que diz a Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, que a criança tem o direito a viver com a sua família, sempre que possível. Este estudo apenas incidiu sobre jovens que regressaram às suas

famílias, ou seja, incidiu apenas nesse grupo no qual foi possível trabalhar o a reunificação.

Começando pela retirada das C/J, é possível identificar as múltiplas problemáticas por detrás da retirada dos mesmos, segundo as narrativas dos próprios. Pobreza, violência, alcoolismo, falta de condições habitacionais, inexistência de emprego por parte dos progenitores, problemas e negligência relacionados com a escola ou abandono, premeditado ou por morte, estiveram na origem da separação.

A pobreza (falta de recursos económicos) é evidenciada por:

“estava sem emprego” (F1-02); *“Sempre fomos pobres cá em casa”* (F2-02); *“Bem pode ver que é casa de pobre”* (F4-02); *“Éramos pobres, mas vivíamos mais ou menos”* (J1-01); *“É triste ser-se pobre e ter que viver num bairro”* (F4-01); *“Havia falta de dinheiro. Elas mandaram fazer obras, mas... e dinheiro?”* (J2-02)

Também a violência/mortes, fatores que envolvem grande desgaste emocional, está presente em vários contextos familiares, o que é verificável também pelos dados obtidos, apesar de alguma informação não poder estar disponível devido ao pedido expresso por alguns familiares:

“depois de o meu pai morrer de acidente” (J1-02); *“quando a minha avó morreu”* (J2-02); *“o meu pai vinha de madrugada berrar à minha mãe e atirar pedras para as janelas; depois um dia bateu à minha mãe no café”* (J3-02); *“O meu ex-marido batia-me muito; perseguia-me, vinha para a rua lá em baixo e começava a chamar-me nomes, atirava pedras”* (F3-02); *“Mas eles não se davam, estavam sempre a acusarem-se, a minha mãe dizia que ele não fazia nada, não punha dinheiro em casa, ele desconfiava dela de outras coisas, mas não quero falar disso”* (J1-01); . *“O meu pai batia-nos; os colegas grandes batiam-me e eu atirava-lhes com pedras”* (J2-01); *“O meu pai era mau”* (J3-01); *“O meu padrasto bateu-me; bateu-me mais uma ou duas (...) eram só uns cachaços”* (J4-01); *“mandei-lhe duas lambadas. Isso é violência? E aqueles que lhes dão com o cinto por bem menos?”* (F4-01)

Foram também identificados problemas de alcoolismo, presente em três agregados:

“batia-me muito cada vez que bebia” (F3-02); *“O meu pai era só copos”* (J2-02); *“eu bebia um pouco, sabe?”* (F2-02); *“O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado”* (J2-01); *“o que ele ganhava era só para ele, para gastar no café com os amigos”* (F2/3-01).

Ao analisarmos a falta de condições habitacionais, identificadas em três agregados, deparamo-nos, sem querer, também com um conflito de diagnóstico entre a

primeira linha de intervenção e a equipa técnica do LIJ. Há três agregados que mencionam as condições habitacionais como um problema:

“a casa era um barraco” J2-02; *“elas implicaram com a casa, nem sanita tinha”* (F2-02); *“bem pode ver que é casa de pobre”* (F4-02); *“eu bem sabia que dois quartos para a canalha toda não chegavam”* (F4-01).

No caso da família de J e F4-02, a mãe mencionou também que

“os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam”

o que demonstra que o diagnóstico efetuado pela equipa técnica do LIJ não coincidia com o diagnóstico feito antes da retirada. Apesar de esse não ter sido o único motivo para a retirada, é importante sublinhar a importância que um diagnóstico com erros na sua elaboração pode ter quando dele estão dependentes vidas de pessoas.

O desemprego pode também desempenhar um papel preponderante nas vidas das famílias. Apesar de estar diretamente ligado às questões da falta de recursos económicos, convém realçá-lo de forma independente, pois pode acarretar, por exemplo, a ida de elementos do agregado para o RSI, não poder fazer as obras necessárias na habitação, implicar pedidos de ajuda para adquirir bens alimentares, o que só por si pode, também, ser fator de exclusão:

“Como a minha mãe recebia o subsídio (RSI), controlavam muito” (J1-02); *“estava sem emprego”* (F1-02); *“O meu velho não tinha emprego sempre”* (J2-02); *“abriu falência e fui para o desemprego”* (F2-02); *“acusaram-me de tudo, de não trabalhar”* (F3-01); *“Eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjam-lhe trabalho”* (J2-01); *“Ela dizia que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela”* (J3-01); *“só tinha a minha mãe a quem recorrer, numa zona onde não há empregos; Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego”* (F2/3-01); *“o meu padrasto não trabalhava, e eles implicaram e por causa disso”* (J4-01); *“Nem quiseram saber do meu problema de costas, e o que tive que esperar para conseguir receber a reforma de invalidez”* (J4-01).

Também a negligência ao nível do acompanhamento escolar, por parte dos familiares e o absentismo por parte dos jovens, quer pela negligência dos pais quer por sentimentos de exclusão dentro da própria escola, foi evidente:

“na escola os professores punham-nos de lado por causa de sermos do bairro, se alguém fizesse barulho na sala, a culpa era sempre minha e das colegas do bairro, mesmo quando não éramos nós. (A professora) não acreditava em nós; a minha mãe achava que a escola não serve para nada” (J1-02); *“começou a faltar à escola e a fumar. A escola*

avisou a CPCJ” (F1-02) “os professores fizeram queixa à CPCJ por causa de eu estar sempre a faltar. Tinha semanas que nem lá (escola) punha os pés” (J2-02); “olha, comecei a faltar à escola, o meu pai dizia que nos ia levar com ele” (J3-02); “O meu rapaz mais velho também não se estava a portar bem na escola, talvez por causa disso. O pai ia à escola esperá-lo e dizia-lhe que eu era uma puta.” (F3-02) “era por faltar à escola para ir trabalhar com o meu avô para a terra” (J4-02); “O meu rapaz faltava à escola porque nunca gostou de lá andar; A doutora da segurança social, quando a escola fez queixa na CPCJ, fez-nos isto” (F4-02); “os stresses eram por causa de eu não querer ir para a escola, por fumar, sair com o pessoal à noite, coisas dessas” (J1-01); “A minha professora era maluca. Estava sempre a implicar comigo e a pôr-me de castigo, os colegas grandes batiam-me” (J2-01); “claro que o rapaz não podia portar-se bem na escola; lidava muito mal com tudo isto e na escola deram conta.” (F2/3-01) “eu tirava más notas e portava-me mal, e ele não gostava de ouvir as queixas, ficava muito nervoso” (J4-01); “Ele nem da escola queria saber, dizia que nunca tinha nada para estudar. Aqui o burro ia depois passar as vergonhas para ao pé dos outros, não é?” (F4-01).

Os problemas ao nível da escola são vários, como se pode depreender dos próprios discursos, desde a negligência por parte dos progenitores, falta de acompanhamento, desinteresse das C/J, por vezes provocado pela falta de motivação devido aos problemas em casa, mas também devido à falta de compreensão dos seus problemas por parte da própria escola e algum sentimento de excluídos do sistema escolar.

“Era da turma dos malucos, e os professores também eram todos malucos. Os rapazes pobres eram tratados de maneira diferente” (J4-02).

É sabido, através de vários estudos realizados em Portugal ao longo das últimas décadas, que as escolas continuam a manifestar “um padrão de regularidades sociais que tendem a verificar-se nas relações entre a instituição escolar e os sistemas de desigualdades sociais (Costa, 1992:28) que, nestes casos concretos, não se manifesta através de números representativos de resultados escolares, senão pelas narrativas vivenciadas por este grupo de jovens entrevistados. O facto de serem alunos provenientes de bairros sociais, famílias afetadas por problemáticas e exclusão ou mesmo das instituições, como se pode verificar ao longo das entrevistas, é quase um bilhete garantido para ingressarem em turmas com currículos escolares “alternativos”. “Na maioria dos casos o que está em causa não é uma dificuldade do ponto de vista cognitivo ou de nível de desenvolvimento intelectual, mas sim um bem-estar emocional que crie

disponibilidade interna para manter vivo um desejo de conhecer (...).” (Strecht, 1999:181)

São também identificadas algumas situações de abandono de um dos progenitores ou outros familiares de referência, de forma premeditada, por cumprimento de pena de prisão ou por morte:

“conseguiu cuidar das três depois de o meu pai morrer de acidente de mota” (J1-02); “O meu marido morreu num acidente” (F1-02); “até a minha velha fugir para a França com outro, era boa. Depois o velho não saía do tasco, a minha avó morreu...” (J2-02); “A minha ex-mulher tinha um patrão para onde ia às horas e acabou por se meter com um que lá trabalhava com ela. Quando soube, ela e ele foram para a França.” (F2-02); “foi quando os meus pais se separaram” (J3-02); “O meu ex-marido batia-me muito cada vez que bebia. Acabámos por separar-nos.” (F3-02); “O meu pai não existia, sabe como é²⁶” (J1-01); “Quando eu e a minha ex-mulher nos divorciamos, talvez tenha cometido um erro grande em quase deixar de ver os meus filhos. Na altura pensava que era o melhor para eles” (F1-01); “depois quando ele (pai) foi para a prisão” (F2-01);

São vários os tipos de abandono identificados neste estudo. Cada um deles, de formas diferentes, afetou de sobremaneira a vida destas famílias, de uma forma particular as C/J que tiveram que enfrentar o dia-a-dia, a escola e os amigos com essa realidade. Mas também o cônjuge que ficou com os filhos teve que suportar as dificuldades inerentes a essas separações, como foi perceptível ao longo das entrevistas. Para além destas separações, todos eles tiveram que se separar dos seus progenitores, dos seus irmãos, dos seus amigos e das suas vidas passadas. A separação, além do sofrimento provocado, afeta também, por exemplo, o desempenho escolar, em que “São frequentes: lentidão, passividade, desinteresse pela escola, esquecimento do que foi ensinado, queda irreversível dos resultados.” (Berger, 2003:37). Apesar de os agregados apresentarem elevados índices de disfuncionalidades, apesar de todos os defeitos que lhes possam ser apontados, a vinculação, ainda que com fragilidades, não permite a estas C/J analisarem com a mesma clareza de quem vê a situação desde fora as problemáticas nem o risco ou perigo. Daí, um dos jovens, que sofria de violência física por parte do padrasto, considerar que eram só uns cachacos de raspão, apesar de lhe serem detetadas marcas físicas das mesmas. “A criança interioriza o mundo dos pais como sendo o mundo, e não como o mundo pertencente a um contexto institucional específico.” Berger e Luckman,

²⁶ A mãe do jovem faleceu, mas não foi dada autorização para se abordar esse assunto

2004:149). São também vários os relatos, quer por parte dos jovens, quer por parte dos progenitores, que indiciam que a separação não seria propriamente necessária, apesar de mais tarde reconhecerem que gostaram de trabalhar com as equipas técnicas na resolução dos problemas que, afinal, reconhecem ter existido.

Os fatores de exclusão e de risco identificados são, e tendo em conta apenas oito agregados, diversificados e colocavam em causa um saudável desenvolvimento e respetiva socialização das C/J. “O risco sociocultural diz respeito ao empobrecimento do mundo da criança, de tal maneira que esta não consegue satisfazer as necessidades psicológicas e sociais básicas para o seu desenvolvimento.” (Costa, 2000:73). A colocação em instituição, apesar de não ser a resposta idónea para as crianças e jovens, torna-se, muitas vezes, a solução para fazer uma pausa nas problemáticas, e nos próprios progenitores, apesar de, por vezes, esse risco ou exclusão não residir somente na família. “A origem de muitos factores que colocam o desenvolvimento da criança em risco reside no seu meio familiar, escolar e social.” (*Idem*:73).

Institucionalização, PSEI e reunificação familiar

O período de adaptação à instituição, após estes períodos de vida marcado por várias problemáticas, algumas delas traumáticas, foi mais uma fase negativa na vida destas famílias. É transversal a todos os jovens a ideia negativa que têm sobre a entrada em instituição, bem como sobre a sua adaptabilidade às regras institucionais:

“muito, muito difícil; naquela noite queria fugir” (J1-01)); A adaptação foi *“uma porcaria.”* (J4-01) *“nem me quero lembrar. Éramos quarenta e tal, uma confusão. Campanha para aqui, campanha para ali. (...) lá no fundo estávamos todas sozinhas.”* (J1-02); *“também não curtia muito aquilo, sempre a toque de caixa (muitas regras), agora para aqui, agora fazer esta cena, depois a outra”* (J2-02); *“foi uma merda.”* (J3-02); *“só fazia asneiras para me expulsarem (...); (...) estavam sempre a meter-se comigo (...). À noite assustavam-me, ameaçavam que me batiam (colegas)”* (J4-02).

Antes de se preparar o regresso, é necessário perceber se as crianças demonstram interesse por esse regresso. A este respeito, Gomes (2010:47), refere que

“O planeamento da intervenção deve levar em conta, principalmente, os seguintes factores: o nível da vinculação da criança à família de origem; a capacidade da família de origem para proteger a criança; a necessidade ou o desejo da criança fazer parte de uma família; a conveniência da permanência da criança na sua

comunidade (...); os seus antecedentes culturais, linguísticos e religiosos; a sua relação com os irmãos, com vista a evitar a separação.”

Também a separação dos seus meios de socialização primário e secundário está bem patente, com referências aos seus familiares e grupos de pares, à vida nas aldeias ou bairros onde residiam.

“Tive que cortar com o pessoal do bairro, à noite íamos sempre para o café, tínhamos os jogos de futebol, o bilhar.” (J1-01) *“só queria a minha mãe”* (J1-02); *“estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo”* (J4-01).

Estas narrativas mudam o seu timbre, no entanto, quando questionados acerca do papel que os técnicos das instituições tiveram relativamente à possibilidade da reunificação familiar sendo, na totalidade, positivas. Este sentimento estende-se também aos progenitores, principalmente a partir do momento em que começaram a ser trabalhados os PSEI tendo como objetivo a reunificação familiar. Tanto os familiares como os jovens referem que partiu da instituição, nomeadamente das equipas técnicas, a iniciativa de retomar contactos (visitas, telefonemas, idas dos técnicos aos domicílios), contactos esses que serviram dois propósitos: manterem o contacto entre familiares e os seus filhos e, ao mesmo tempo, fazerem um diagnóstico situacional, de forma a enquadrarem a institucionalização. Após esta fase inicial, começam a delinear estratégias e ações, sob a forma de projetos (ou papéis, como alguns referem), com vista à supressão das dificuldades que possam evitar a reunificação. Esta reunificação é sentida como necessidade por parte dos jovens, que não veem a instituição como solução para os seus problemas, nem compreendem a separação das suas famílias. “São necessários graves choques biográficos para desintegrar a sólida realidade interiorizada na primeira infância.”, como referem Berger e Luckman, (2004:150). Nesta fase, é interessante, senão pertinente, fazer um paralelo com as problemáticas elencadas que estiveram na origem da retirada, e a forma como a sua resolução foi sendo integrada nos PSEI. Relativamente aos problemas relacionados com a falta de emprego, ou recursos económicos e habitação, é referido que:

“A minha mãe, entretanto, arranjou um emprego” (J1-02); *“as doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego. Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela”* (F1-02); *“marcaram-lhe umas consultas para deixar os copos, depois arranjou emprego e começaram a marcar-lhe reuniões lá no lar; o meu tio e os doutores falaram lá com a Câmara Municipal e ajudaram com o material para as obras”* (J2-02); *“eles lá me convenceram a ir a umas consultas; eles mandaram cá um pessoal da Câmara, deram*

umas ideias lá com um engenheiro, e depois ofereceram as loiças para fazer uma casa de banho, tijolos, cimento, areia. Um pessoal amigo e eu mais o meu irmão fizemos as obras. Depois outros amigos fizeram a parte eléctrica, um deu-me as tintas; as doutoras trataram de tudo com o meu irmão e ele com quem conhecia” (F2-02); “conseguiram resolver o problema do apartamento com a Segurança Social e com a Câmara, e o meu pai depois de falar também com elas acalmou e aceitou que ficássemos com a minha mãe” (J3-02); “ajudaram a resolver o problema do apartamento” (F3-02); “Os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam. Bem pode ver que é casa de pobre, mas não falta pão e está sempre assim, limpinha.” (F4-02); “eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjaram-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro. Depois fomos viver outra vez com ela” (J2-01); “ela dizia que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre” (J3-01); “as técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego” (F2/3-01); “confirmaram que a casa dava para todos” (F4-01).

É perceptível o papel que as equipas técnicas tiveram em ajudar a solucionar estas problemas, intermediando com as famílias e outras entidades e/ou familiares para eliminar fatores que levaram à institucionalização. A questão do emprego, por exemplo, não desempenha apenas um papel económico para os agregados. “Nas sociedades modernas, ter um emprego é importante para manter a auto-estima” (Queiróz, 2005:139). O facto de determinados agregados subsistirem à custa de subsídios, mantêm-nos reféns do sistema de proteção social, sujeitos, perante a comunidade envolvente, ao controlo dos técnicos dessa resposta social. Há algumas referências, também, a ajudas alimentares de familiares e da própria instituição que acolhe a filha. Diretamente relacionado com o problema de falta de emprego e dinheiro, as pessoas sujeitam-se a estas ajudas, o que incrementa a sua própria exclusão. Hespanha *et al.* (2002:46-48) realçam precisamente este tipo de situações. Estas famílias, apesar de passarem por grandes dificuldades económicas, conseguem ajudar-se mutuamente, ainda que se verifique a escassez de bens, neste caso alimentares. Mas, ao mesmo tempo, esta situação, quando verificada em aldeias ou bairros onde a vizinhança conhece e se apercebe do dia a dia de cada um, pode desencadear, ou fortalecer sentimentos de vergonha. O facto de não terem emprego é também um entrave para manterem a unidade familiar, com tudo que isso acarreta, sendo vários os testemunhos que utilizam a palavra vergonha, quando se referem à parte das suas vidas em que os filhos lhes foram retirados, ao facto de serem beneficiários de RSI ou de habitação social, ou de recorrerem a ajuda para poderem ter alimentos, vestuário

ou mobiliário. “A humilhação é reactivada com cada diligência efectuada para obter um emprego ou pedir uma ajuda financeira ou um pacote alimentar. (...) o recurso aos serviços de acção social traz como consequência muito sofrimento”. (Paugan, 2003:58) dando, por vezes, e como também foi referido em algumas entrevistas, a sensação de que os outros olham para si como incapaz, como incompetente para organizar a vida de acordo com os padrões comumente aceites e socialmente válidos.

O facto de muitas destas famílias também não saberem ou conseguirem movimentar-se por meandros mais burocráticos dos serviços públicos, ou, a saberem, terem vergonha de o fazer, pode ser, também, fator de exclusão. Há um pai que foi separado de um filho, após ser abandonado pela mulher, perdendo depois o emprego, e depois a sua mãe, pelo motivo de não ter uma habitação com condições básicas de higiene, o que foi solucionado, talvez, com uma exposição por escrito ou através de um simples telefonema para os serviços de acção social municipal, num trabalho de mediação feito pela equipa técnica. “A mediação entre a população e os diferentes sistemas sociais é essencial quando essa relação se torna difícil por incapacidade da população, seja por doença, dependência, poder e/ou legitimidade relacionada com o estatuto social, capacidade de argumentação” (Granja, 2008:208). Tanto J2-02 como o seu pai, F2-02, referem também um tratamento a que o pai acedeu para deixar o problema do alcoolismo, evidenciando ambos o trabalho da equipa técnica com os serviços de saúde. O facto de deixar o consumo de álcool permitiu-lhe também regressar ao emprego de uma forma mais estável, bem como controlar o dinheiro auferido.

Ao nível do desempenho escolar, são também vários os relatos de um trabalho das equipas dos LIJ para a sua resolução:

“Não, a minha mãe achava que a escola não serve para nada, que era uma perda de tempo. Agora já mudou de opinião, ficou toda contente por ter feito o 12º; agora sou eu que ponho as minhas irmãs na linha na escola, não quero que façam como eu.” (J1-02); *“depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC e disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana; falaram, disseram-lhe que eu só podia ir para o pé dele depois de fazer os TPC”* (J4-02); *“até com o diretor de turma da escola falaram; depois elas foram lá e ele começo a ter boas notas”* (F3-02); *“às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar. Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola”* (F4-02); *“às vezes ainda peço ajuda às técnicas com coisas da escola”* (F2/3-01); *“vinham ver se eu e a mulher*

ajudávamos a ver as coisas na mochila e a fazer os TPC e estudar para os testes” (F4-01).

Além do trabalho na instituição, ao nível do acompanhamento escolar, denota-se que houve um trabalho feito, de forma concertada com as C/J e com os progenitores, no sentido da responsabilização a este nível, numa lógica de educação parental, o que parece ter sido aceite, tendo por base as percepções e discursos, com alguma naturalidade. Uma das jovens, que não sentia gosto pela escola, refere, a este propósito, que agora é ela quem se preocupa com o sucesso escolar das irmãs mais novas, o que também demonstra e comprova mudanças ao nível da sua própria socialização, das suas crenças e valores.

São vários os sinais, identificados através destas narrativas, que as equipas técnicas cumpriram, ao nível técnico e teórico, os pressupostos dos guiões legais na elaboração dos PSEI, e, numa perspectiva de trabalho Ecológica, envolveram as famílias e os jovens, de forma participada e reflexiva, para os voltarem a reunir. De facto, o Manual da Qualidade dos LIJ dá orientações específicas para, numa fase inicial, se proceder a entrevistas (reuniões, segundo os entrevistados), que devem ser, e como bem foi referido pelos progenitores, mais de escuta e de interpretação dos relatos que as famílias vão fazendo. Na página nº62 do Manual, são referidas algumas técnicas e atitudes a adotar por parte do entrevistador, que deve “permitir e incentivar a liberdade de expressão”, “Não fazer juízos de valor”, ou ainda “manter o silêncio, durante algum tempo, com o objectivo de que o entrevistado sinta necessidade de retomar a sua narrativa”, regras que se denota terem sido respeitadas, tendo em conta as narrativas relativamente aos técnicos, *que souberam ouvir, compreenderam a situação, nada como falar para solucionar os problemas*, ou ainda, *esses foram os únicos que me ouviram e perceberam*. Por parte dos técnicos, estas entrevistas serviram também para fazer o diagnóstico das famílias, das suas necessidades e potencialidades, algo que também percebemos que foi feito, pois várias vezes é referido que foram os próprios técnicos a ajudar a solucionar os seus problemas e, embora não de forma implícita, foram tidas em conta as suas potencialidades, pois conseguiram reaver os seus filhos cumprindo as tarefas para isso necessárias. Gomes (2010:47), refere que “A análise da situação, nos moldes anteriormente descritos, dará origem a um relatório que deve constituir uma ferramenta essencial para uma tomada consciente de decisões (...)”, pelo que a mesma, como refere esta autora e como refere também o Manual de Qualidade, deverá ser elaborada pela equipa técnica multidisciplinar para poder integrar todos os componentes das diversas áreas científicas, nomeadamente da psicologia, sociologia e serviço social.

O próprio Manual, refere também que “A perspectiva ecológica de abordagem e de avaliação da situação familiar é concretizada em colaboração com todos os técnicos e agentes da comunidade” (Sem data: 66), outro aspeto que foi verificado e confirmado, através do trabalho envolvendo escolas, instituições, serviços de saúde ou serviços municipais.

Outra orientação dada às equipas técnicas, é a marcação de visitas domiciliárias e respetiva avaliação, facto confirmado em quase todas as entrevistas, dado que os procedimentos foram idênticos em várias situações. A avaliação das condições habitacionais e familiares realizou-se de duas formas, numa primeira visita para conhecer o contexto do agregado, e depois através de visitas de acompanhamento e supervisão as C/J que iam a fim de semana ou férias com tarefas específicas para eles e progenitores, avaliando também o cumprimento das tarefas quer por parte das C/J como por parte dos seus progenitores.

Relativamente aos pressupostos de ter em conta as origens familiares, comunitárias e culturais, do trabalho no sentido da não separação de irmãos e também ao nível da vinculação, observável pelas vontades e necessidades das C/J, é também observável que as mesmas foram satisfeitas no conjunto dos entrevistados.

A avaliação geral que os próprios fazem das equipas técnicas, bem como o tempo de permanência nas famílias após a desinstitucionalização, permitem-nos, portanto, fazer uma avaliação positiva do trabalho destas equipas relativamente a estes agregados familiares.

O assistente social nas equipas técnicas dos LIJ

Foi-se dando conta, ao longo deste estudo, do papel do assistente social ao longo da história da proteção das crianças e jovens em risco. Neste sentido, e tendo em conta os resultados obtidos, onde se verificou também o papel do assistente social enquanto membro das equipas multidisciplinares dos LIJ, tentar-se-á perceber quais as funções do assistente social, de uma forma mais abrangente do que aquela que nos é dada, e foi já referida anteriormente, através do Manual da Qualidade dos LIJ.

Tendo em conta que a prática do serviço social “assenta nos ideais humanitários e está centrada na satisfação das necessidades humanas e no desenvolvimento das suas potencialidades” (Gomes, 2010:138), neste contexto de trabalho com crianças e jovens institucionalizados, bem como com as suas famílias, são vários os eixos de intervenção nos quais o assistente social pode fazer a diferença. Desde logo, e tendo em consideração

o contexto da intervenção, espera-se deste profissional a capacidade de poder trabalhar com os sujeitos de forma individual, familiar, em grupos, em comunidade e de forma inter e intrainstitucional. Desta forma, fará todo o sentido partir para a intervenção tendo em conta os pressupostos sistémicos e ecológicos, dada a especificidade, por um lado, e a multiplicidade, por outro, da intervenção necessária, para poder satisfazer as suas próprias necessidades profissionais.

Trabalhar com crianças e jovens em risco implica conhecer as causas da institucionalização, o que exige, necessariamente, deslocações aos seus contextos familiares e sociais de origem, onde se deram os problemas, de forma a elaborar diagnósticos condizentes com a própria realidade. Uma vez elaborado o diagnóstico,

“são objectivos da intervenção do assistente social”, uma vez identificados os problemas e necessidades das pessoas, grupos ou comunidades, “capacitá-los para a tomada de consciência dos seus problemas, de modo a assumirem uma atitude crítica da realidade onde estão inseridos, e promover o desenvolvimento de recursos/respostas que satisfaçam as necessidades e aspirações individuais e coletivas, na prossecução da justiça social. “Gomes, (*idem*:138)

Trabalhar num LIJ implica, portanto, intervir em vários eixos:

- 1) trabalho individual com as crianças e jovens: acompanhá-los no dia-a-dia, perceber as suas necessidades e potencialidades, e na procura, reflexiva, de estratégias que vão ao encontro das mesmas. Perceber a importância da família para as C/J, e fomentar o seu relacionamento com ela.
- 2) Trabalho em grupo dentro da instituição²⁷: além do trabalho burocrático inerente aos LIJ, que inclui toda a documentação onde deve ser registado todo o trabalho desenvolvido, com as informações pertinentes para a elaboração dos PSEI, ou informações sociais para Tribunais, Segurança Social ou CNPCJ, o assistente social deve também fazer parte na definição, organização e calendarização de todo o PSEI. A própria vida dentro da instituição, tão marcada por regras e horários, como foi também evidenciado nos discursos dos jovens entrevistados, pode levar à necessidade de fomentar a participação dos jovens em tomadas de decisão sobre a vida dentro de casa, de forma individual ou grupal, cabendo

²⁷ Tendo por base as narrativas identificadas e também as perspectivas de Isabel Gomes (2010:138-140)

também ao assistente social fomentar esses espaços de participação e reflexão, para defender os interesses das C/J.

- 3) O trabalho de equipa multidisciplinar: o assistente social deve, também, participar em todas as fases dos processos da instituição, desde o diagnóstico à avaliação ou redefinição de objetivos. A sua formação de base permite-lhe, numa postura sistémica e ecológica, poder fazer pontes entre as várias áreas do saber, entre a equipa, as C/J e as famílias ou outras instituições, dando um contributo precioso nas várias etapas dos processos.
- 4) Trabalho de rede e parceria: uma vez feito o diagnóstico e identificadas as necessidades e potencialidades na intervenção, é necessário articular a intervenção envolvendo os parceiros sociais e institucionais, de forma a proporcionar às famílias e C/J uma intervenção que lhes permita ficar, a todos, desinstitucionalizados do LIJ, ou seja, que a intervenção lhes proporcione condições para ser autónomos dentro dos seus próprios meios naturais de vida, com os recursos endógenos dos próprios e das próprias comunidades.

O assistente social, como membro de uma equipa munido de ferramentas que lhe permitem conhecer as problemáticas e a realidade social de diferentes perspetivas de análise, pode ajudar a proporcionar, nos LIJ, uma intervenção que vá no sentido da resolução dos fatores de risco, perigo e exclusão social, mas também no sentido da prevenção de que os mesmos se voltem a repetir, pois espera-se dele uma intervenção baseada na reflexão e no *empowerment*, ou seja, numa intervenção que permita aos sujeitos aprendizagens significativas e duradouras. Para isso, é necessária uma postura reflexiva sobre a prática, em termos de práticas profissionais, mas também de reflexão com os próprios sujeitos, pois “também as condições complexas do contexto social em que se desenvolve o serviço social obrigam os profissionais a um esforço de análise sistémica, de auto-reflexão e confronto com a complexidade das opções políticas.” Granja (2008:136). Estas reflexões com os sujeitos, nos seus próprios contextos de vida, permitem aos profissionais uma perceção mais próxima da realidade, pois, como foi possível verificar, as problemáticas nem sempre são inerentes apenas aos próprios sujeitos, mas antes o resultado das suas interações com o meio envolvente, o que lhes permite também diminuir as incertezas relativamente aos caminhos da intervenção a seguir.

Considerações finais

Falar do Plano DOM sem incluir os preciosos contributos e perspectivas dos técnicos que tiveram e têm o difícil trabalho de implementar uma metodologia tão diferente de trabalho nos LIJ poderá ser considerada uma limitação a esta investigação, por forma a triangular a informação. Não foi feita pelo facto de existir pouca bibliografia que dê voz àqueles e àquelas que, devido às peculiaridades, constrangimentos e vicissitudes das suas vidas as tornaram vítimas. Não foi também efetuado pelo motivo de haver sempre algum cuidado e contingência na forma como os próprios profissionais se salvaguardam nos seus discursos e pela forma pouco aberta com que explicam e assumem os seus próprios fracassos. Com este trabalho pretendeu-se compreender a forma como foram trabalhados os PSEI nos LIJ, pelas equipas técnicas, sob a perspectiva de jovens e famílias que conseguiram ultrapassar as suas dificuldades, constrangimentos e situações limite, que vivenciaram depois o doloroso processo de separação e institucionalização, que enfrentaram não só a justiça legal, mas também a justiça social, mas que conseguiram o tão desejado final feliz, que foi a reunificação familiar. Ninguém melhor que os próprios para nos fornecer as perceções, na primeira pessoa do singular, sobre as suas próprias vivências. Por vezes, analisarmos apenas a literatura mais formal, de cariz profissional, dá-nos uma visão muito teórica e técnica dos problemas, mas não nos fornece uma visão clara do outro lado, pois apenas quem lá está os vivenciou. Mas, para este trabalho não poder ser alvo de críticas por recorrer apenas a essas narrativas, foi tida em conta toda uma contextualização e fundamentação teórica abrangente, de tal forma que pudesse englobar a multiplicidade de problemáticas inerentes a este tipo de situações familiares e institucionais. Também foi encontrada uma forma de ultrapassar esse obstáculo, recorrendo de narrativas de jovens e famílias com ligação a instituições diferentes.

Desta forma, parece ser possível apresentar uma análise às narrativas das pessoas entrevistadas que nos mostram o mundo das próprias famílias em três momentos marcantes das suas vidas: as vivências multiproblemáticas que antecederam a institucionalização, a separação e institucionalização dos seus filhos, e todo o trabalho desenvolvido por si próprios em conjunto com as equipas técnicas dos LIJ tendo em vista a reunificação familiar. Falar de famílias multiproblemáticas poderia ser mais enriquecedor se tivesse sido abordada a questão das famílias multidesafiadas mas, por uma questão de limites da própria dissertação, optou-se por também não aprofundar mais essa

questão, por pertinente que se apresentasse. No entanto, ao abordar a questão dos tipos e níveis de exclusão, ainda que de uma forma mais superficial, acabou por se perceber os desafios que estas crianças e famílias enfrentam nas suas vidas.

Os resultados desta análise demonstram claramente que, após um século desde a primeira legislação em matéria de infância e juventude ter sido criada, e quase trinta anos após a ratificação, por Portugal, da Convenção dos Direitos da Criança, temos, finalmente, uma metodologia de trabalho a começar a dar os seus frutos no que ao direito de as crianças viverem junto das suas famílias diz respeito. De facto, e sem ter em conta uma análise à evolução da taxa de natalidade neste mesmo período, o que pode desvirtuar esta análise, desde a implementação do Plano DOM, agora SERE+, o número de crianças e jovens institucionalizadas em Portugal baixou de 11.362, em 2007, para 8.175 em 2016²⁸, o que representa uma redução próxima dos 30%. Poderá não ser o ideal, mas é, sem dúvida, de assinalar. Mas este estudo não visa, obviamente, análises quantitativas, até porque o número de participantes no estudo é demasiado pequeno para isso, mas mostra-nos através de um estudo de caso, como bem referem Pardal e Lopes, (2011:33), de exploração, ou seja, “visa essencialmente abrir caminho a futuros estudos”. No entanto, há algumas conclusões a retirar deste estudo:

- 1) Algumas das famílias (a totalidade da amostra estudada) envolvidas nos processos de separação são capazes de identificar, claramente, as suas problemáticas e as suas dificuldades inerentes ao processo de retirada dos filhos, identificando, apesar de nem sempre concordarem com os serviços responsáveis pela retirada, ponto por ponto onde e como falharam enquanto responsáveis por garantir a segurança, conforto e condições de desenvolvimento dos seus filhos. Demonstram, através das suas narrativas, que as equipas trabalharam numa lógica de reflexão, procurando as suas necessidades e potencialidades, daí o reconhecimento das situações em que estavam no momento que antecedeu a retirada.
- 2) Alguns jovens (a totalidade da amostra estudada) são também capazes de identificar essas mesmas problemáticas, apesar de nem sempre as considerarem como tal, pois fazem parte do mundo que elas interiorizaram. Mas, ao mesmo tempo, demonstram alguma revolta por determinadas situações, nos grupos de pares e na escola, e sentem que a

²⁸ Dados do Relatório Casa 2016, consultável online

própria escola não é capaz de os compreender, mas sentem-se, pelo contrário, excluídos dentro da mesma. São diversas as situações em que são detetados tipos e dimensões de exclusão social, e demonstram que as equipas souberam identifica-los e trabalhar a partir desses pressupostos.

- 3) Os jovens não aceitam a institucionalização como solução para os seus problemas, pois cortam os seus vínculos sociais, familiares e afetivos, mas, por outro lado, veem os técnicos que trabalharam com eles como figuras centrais nas soluções dos seus problemas, e nos problemas dos seus progenitores.
- 4) São vários os relatos de familiares que evidenciam o trabalho das equipas técnicas dos 4 LIJ envolvidos, diferenciando estes técnicos dos de outros serviços sociais, pela sua capacidade de escuta e compreensão, pela preocupação demonstrada em manter os laços com os seus filhos e na resolução dos seus problemas.

Mais uma vez, confirmou-se que as famílias tiveram voz ativa nas fases de diagnóstico e também na planificação dos projetos de vida.

- 5) A avaliação de jovens e familiares relativamente a estas equipas é francamente positiva.
- 6) A avaliação que o estudo faz entre os pressupostos da intervenção e as narrativas analisadas leva também à conclusão que as equipas técnicas cumprem esses mesmos pressupostos, e que os mesmos estão a dar resultados positivos, pelo que se poderia questionar a existência de tão elevado número de crianças e jovens institucionalizados em Portugal.

O sucesso da intervenção verificado nos casos estudados leva também a algumas conclusões que, e tendo em conta o quadro teórico mobilizado, demonstram que o Plano DOM foi a escolha acertada na mudança do paradigma da intervenção com crianças e jovens, bem como com as suas famílias. Tudo começa num bom diagnóstico para perceber quais as verdadeiras problemáticas que afetavam estas famílias. Estar com elas no seu meio natural de vida, permite uma perceção global da situação familiar e até mesmo comunitária. O que afeta as dinâmicas familiares, qual o(s) tipo(s) de exclusão social, quais as suas dimensões, que tipo(s) de violência(s), no fundo, perceber os “porquês” e os “como” se chegou à situação da retirada. A partir daqui, percebe-se se é ou não possível trabalhar o regresso à família, pois estão identificadas as falhas a ser trabalhadas, como as questões de negligência ou situações económicas. Havendo

possibilidade, a família é convidada a visitar a instituição e, conjuntamente com os filhos, trabalhar sob a forma de projetos com vista à reunificação familiar. Ao mesmo tempo, está a dar-se estabilidade às C/J acolhidas, o que permite trabalhar possíveis falhas ao nível escolar, de saúde, comportamental. A constituição multidisciplinar destas equipas permite que todas estas fases e dimensões da intervenção possam ser devidamente planeadas e fundamentadas, fazendo uma reflexão tendo em conta diversas áreas do saber, mediando, ao mesmo tempo, com os envolvidos, com parceiros sociais, instituições, família alargada e comunidade, como foi observável em quase todas as entrevistas.

Este estudo demonstra que é possível alcançar resultados positivos na complexidade da intervenção nestes contextos, e que o caminho a seguir é apostar no reforço destas políticas. As problemáticas são várias, por vezes inter cruzadas, mas a constituição de equipas com profissionais de várias áreas do saber, seguindo os pressupostos da intervenção atualmente em vigor, numa análise da realidade ecológica, sistémica, permite perceber, sempre com a participação e reflexão dos sujeitos, as necessidades e potencialidades existentes, e definir as linhas de intervenção necessárias para um desfecho que vá ao encontro, em primeiro lugar, do superior interesse das crianças, que é viver em família e, sobretudo, na família. Para isso, não faz qualquer sentido centrar a atuação das equipas única e exclusivamente nas C/J, mas antes dotar as famílias dos recursos necessários para poderem prosseguir as suas vidas juntamente com os seus filhos. Esta “dotação” não pode nem deve ser numa lógica de educação de fora para dentro, mas descobrir com elas as suas próprias necessidades e potencialidades, de forma a que as suas próprias aprendizagens sejam significativas. Desta forma, a intervenção não se centra exclusivamente nas crianças e jovens acolhidos, mas vai ao encontro não só das suas expectativas, como também das expectativas das suas famílias, numa perspetiva de análise e compreensão de todo o sistema.

Ficaria mal, por questões de lógica profissional e conceptual, técnica, mas também devido à sua importância tanto para este estudo como para estudos posteriores, terminar esta Dissertação sem fazer uma referência ao serviço social

Foi ponderada, mais que uma vez, a eliminação da primeira parte do capítulo I desta Dissertação. A opção por mantê-la, prendeu-se, precisamente, com o facto de se poder fazer uma reflexão acerca da postura profissional não só do assistente social, mas de todos os técnicos de intervenção social. É uma pena não se poder ter alargado mais este estudo, pelo menos no número de casos estudados. No entanto, tendo em conta o elevado número de crianças e jovens acolhidos em instituição, e tendo em conta partes das narrativas que

não foram tidas em conta para este estudo, não deixa de ser preocupante perceber que, e como confirma este estudo, é possível fazer-se uma intervenção diferente que permita minimizar os efeitos nefastos da separação, trabalhando numa lógica de aproximação, compreensão e reflexão com os familiares, tendo por objetivo a desinstitucionalização, e não apenas a adaptação, como se fazia até aos anos 70, das crianças e jovens às instituições, às normas e valores instituídos, numa lógica meramente humanista e assistencialista.

Como se foi dando conta ao longo do trabalho, o serviço social tem acompanhado, quase que de forma intencional, a própria evolução da matéria de proteção de crianças e jovens em Portugal.

Em matéria de políticas e práticas sociais na área das crianças e jovens em acolhimento, o assistente social foi evoluindo também de uma lógica assistencialista e humanista, para uma lógica mais burocrática entre os anos 60 até aos 80, atuando de uma forma a proteger as crianças e jovens, mas mantendo-as na sua condição de assistidas e de adaptação às normas e valores então vigentes, afastadas dos “ambientes tóxicos” familiares, numa época em que as certezas da intervenção não davam azo, sequer, a questionamentos profissionais. Uma certa sacralização da ciência e, tal como nos confirma a história, uma quase aceitação cega das próprias políticas sociais, mantiveram, durante décadas, os assistentes sociais num papel assistencialista quer relativamente às crianças e jovens e famílias, quer mesmo relativamente às instituições, incluindo o Estado. Havia uma racionalidade instrumental que lhes permitia um certo conformismo e facilidade profissional, pois as certezas relativamente aos fins para os quais trabalhavam, as previsibilidades dos resultados esperados e a confiança no seu próprio saber profissional assim o impunham, criando-se um certo *habitus*, como defende Claude Dubar (1997) na forma como se intervinha.

Hoje, num mundo marcado pelos riscos e incertezas, em que a estabilidade e imprevisibilidade, como defende Caria (2005), baseando-se em Schon (2000), deram lugar à instabilidade e imprevisibilidade, pois os sistemas, como se pode verificar ao longo desta dissertação, são sistemas complexos e de risco, pois falamos de sistemas vivos, em que os próprios profissionais põem em dúvida as suas antigas certezas, o assistente social apresenta-se como peça central na intervenção social, não sujeito a disciplinas específicas e rígidas, ou fiel cumpridor de políticas, mas antes flexível o suficiente, com uma bagagem teórica que lhe permite uma reflexão profissional e fundamentada antes de intervir, sendo capaz de promover pontes entre sujeitos,

profissionais, serviços e instituições, fomentar a participação ativa, a reflexão sobre os problemas pelos próprios sujeitos, intervir em vários contextos e, sobretudo, nas várias frentes, qual canivete suíço da intervenção social. Intervir não é apenas identificar e compreender os problemas, mas refletir com os próprios sujeitos sobre esses mesmos problemas, compreendê-los com eles, procurar formas, por vezes endógenas, de os conseguir ultrapassar, transformando esses problemas em oportunidades para a mudança.

Bibliografia

- Alarcão**, Madalena (2006). (Des)Equilíbrios Familiares. 3ª edição, Coimbra: Quarteto.
- Alberto**, Isabel M. (2010). Maltrato e Trauma na Infância. 2ª edição, Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Almeida**, João F. *et al.* (1995) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida**, João F.; Pinto, José P. (1999). *Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais*. In Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento.
- Amaro**, Inês (2008). *Os Campos Paradigmáticos do Serviço Social: Proposta Para uma Categorização das Teorias em Presença*. Locus Soci@l 1/2008, pp. 65-80
- Amaro**, Rogério R. (2000). *A Inserção Económica de Populações Desfavorecidas, Factor de Cidadania*. Revista sociedade e trabalho nº 8 e 9. PP.1-14.
- Azevedo**, Maria; **Maia**, Ângela (2006). *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Berger**, Maurice (2003). *A Criança e o Sofrimento da Separação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Berger**, P.; **Luckman**, Thomas (2004). *A Construção Social da Realidade, um livro sobre a sociologia do conhecimento*. 2ª edição, Lisboa: Dinalivro.
- Bowlby**, J. (1969). *Attachment*. London: Penguin.
- Branco**, Francisco; **Fernandes**, Ernesto (2005). *O Serviço Social em Portugal: Trajetória e Encruzilhada*. Lisboa (original: Branco, Francisco; Fernandes, Ernesto. (2005) *Le service social au Portugal: trajectoire et enjeux*, in Jean-Pierre Deslauriers e Yves Hurtubise (dir.), *Le travail social internacional. Éléments de Comparaison*. (2005). Canadá: Les Presses de l'Université Laval, pp.165-186.
- Bronfenbrenner**, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando os Seres Humanos mais Humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Capucha**, Luís *et al.* (2002) *Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social*. Oeiras: Celta Editora.
- Caria**, Telmo (2005). *Trajetória, Papel e Reflexividade Profissionais*. In Saber Profissional, PP.43-92. Coimbra: Almedina
- Caria**, Telmo (2008). *O Uso do Conceito de Cultura na Investigação Sobre Profissões*. In Análise Social, vol. XLIII (4º), PP 749-773.

- Caria**, Telmo (2010). *A Mobilização de Conhecimento em Situação de Trabalho Profissional*. Texto revisto e ampliado, a partir da versão original publicada em: Fartes, Vera e Sá, Maria Roseli (orgs), *Currículo, Formação e Saberes Profissionais*. Bahia: EDUFBA, pp.165-193.
- Carneiro**, Roberto *et al.* (2005). *Casa Pia de Lisboa: um projecto de esperança*. Parede: Principia Editora.
- Carvalho**, Maria; **Netto**, José (2000). *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez.
- Carvalho**, Maria (2010). *Serviço Social em Portugal: Percurso Cruzado entre a Assistência e os Direitos*. Revista Serviço Social e Saúde, v. IX, nº10. Campinas: UNICAMP
- Cavaco**, Carmem J. (2001). *Processo de Formação de Adultos Não Escolarizados – A Educação Informal e a Formação Experiencial*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Chevrier**, Jacques (2003). *A Especificação da Problemática*. In Gauthier, Benoît (dir.). *Investigação Social, da Problemática à Colheita de Dados*. 3ª edição, Loures: Lusociência.
- Costa**, Alfredo B. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- Costa**, António F. (1992). *Sociologia*. Lisboa: Difusão Cultural
- Costa**, José G. (2000). *Risco e Vulnerabilidade no Desenvolvimento*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- D'Almeida**, José L. (2009). *Perdidos e Achados: Análise da experiência dos jovens do PIEF, na sua relação com o saber: escola e trabalho. Um estudo de caso no Vale do Sousa*. Dissertação de Doutoramento. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto.
- Delgado**, Paulo (2006). *Acolhimento Familiar. Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições, Lda.
- Delgado**, Paulo (2007). *Os Direitos da Criança da participação à responsabilidade. O sistema de protecção e educação de crianças e jovens*. Porto: Profedições, Lda.
- Deus**, Paula N. (2017). *Intervir Fora da Caixa: Terapia Familiar no Sistema de Protecção de Crianças e Jovens, em Risco*. In Mosaico, Revista de la Federación Española de Asociaciones de Terapia Familiar Nº66. Barcelona: F.E.A.T.F.
- Gaspar**, Ana M. (Respons.) (2000). *Crianças e Jovens que Vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*. Instituto Para o Desenvolvimento Social.
- Giddens**, Anthony (2007). *Sociologia*. 7ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gleitman**, Henry *et alli* (2003). *Psicologia*. 3ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes**, Isabel (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores, Lda.
- Granja**, Berta (2008); *Assistente Social – Identidade e Saber*. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Serviço Social. Universidade do Porto.
- Hespanha**, Pedro; **Carapinheiro**, Graça (orgs.) (2002). *Risco Social e Incerteza*. Porto: Edições Afrontamento.
- Idáñez**, Maria; **Ander-Egg**, Ezequiel (2007). *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*. Porto: REAPN.
- Lima**, Rosa (2003). *Desenvolvimento Levantado do Chão... Com os Pés Assentes na Terra: Desenvolvimento Local – Investigação Participativa – Animação Comunitária*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto.
- Magalhães**, Laura P. (2011). *Mediação Social: investigação-intervenção em contextos sociofamiliares debilitados*. Relatório de Estágio de Mestrado. Instituto de Educação da Universidade do Minho
- Martins**, Alcina (1993). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português – A Escola Normal Social de Coimbra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins**, Edna; **Szymanski**, Heloisa (2004). *A Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner Em Estudos com Famílias*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Ano 4, Nº1, 1º semestre.
- Martins**, Ernesto (2009). *A Política Portuguesa de Educação e de Assistência Social no Período do Estado Novo (1930-1974)*. Série-Estudos. ISSN 1414-5138. nº 27, jan./jun., PP. 151-176.
- Martins**, Ernesto C. (2005). *O Retrato Histórico-educativo da Criança Abandonada: Monarquia Constitucional e 1ª República*. In Fernandes, Rogério; Vidigal, Luis (Coords.) - *Infantia et puerita* : introdução à história da infância em Portugal. PP. 151-167.
- Martins**, Ernesto C. (2006). *A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Revista Infância e Juventude. ISSN 0870-6565 (N. °4), PP. 93-130.
- Minuchín**, Salvador. (2004). *El arte de La Terapia Familiar*. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, SA.

- Morais**, Normanda *et al.* (2012). *Rede de Apoio, Eventos Estressores e Mau Ajustamento na Vida das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social*. Universitas Psychologica Nº 11, PP. 779-791.
- Mota**, Catarina (2006). *Dimensões Relacionais no Processo de Adaptação Psicossocial de Adolescentes: Vulnerabilidade e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Porto.
- Mota**, Catarina; **Matos**, Paula (2008). *Adolescência e Institucionalização numa Perspectiva da Vinculação*. Revista Psicologia e Sociedade, volume 20 Nº 3. P. 370
- Moura**, Maria H. (2006). *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco*. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Serviço Social. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.
- Olivares**, Sandra I. (2001). *Perspectivas Teóricas de las Familias: Como interacción, como sistemas y como construcción social*. In Conflictos Familiares ¿Cómo resolverlos?. CED: Universidad Católica del Norte.
- Pardal**, Luís; **Lopes**, Eugénia (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Paugan**, Serge (2003). *A Desqualificação Social Ensaio Sobre a Nova Pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Payne**, Malcolm (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto
- Queiroz**, Maria C. (2005). *Classes, identidades e transformações sociais*. Porto: Campo das Letras editores, SA.
- Quivi**, Raymond; **Campenhoudt**, Luc (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Ribeiro**, Fernando B. (2010). *Entre Martelos e Lâminas: Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento
- Rocha**, Gilberta *et al.* (coord.) (2008). *Socializações Alternativas: Crianças e jovens em instituições nos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Santos**, Boaventura S. (2007). *Um Discurso Sobre as Ciências*. 15ª edição, Porto: Edições Afrontamento.

Schiefer, Ulrich *et al.* (2006). *Mapa – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*. Estoril: Príncipia Editora, Lda.

Serrano, Glória P. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais*. Casos práticos. Porto: Porto Editora.

Silva, Augusto S.; **Pinto**, José M. (Eds). (2007). *Metodologia das Ciências Sociais*. 14ª edição, Porto: Edições Afrontamento.

Sousa, Cristina; **Figueiredo**, Bárbara (2000). *Perspectiva Ecológica na Compreensão dos Maus Tratos Infantis*. Revista infância e juventude (s/d). Repositório Universidade do Minho: <http://hdl.handle.net/1822/41712>

Sousa, Liliana (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.

Sousa, Liliana *et al.* (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.

Sousa, Liliana; Hespanha, Pedro (Coord.) 2003). *Horizontes Sociais*, edição nº 3. Universidade de Aveiro

Sousa, Paula; **D'Almeida**, José L. (2016). *Avaliação Diagnóstica na Prática do Serviço Social*. Viseu: Psico e Soma.

Sprinthall, Norman A.; Collins W. Andrew (2003). *Psicologia do adolescente uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Strecht, Pedro (1999). *Preciso de Ti – Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Strecht, Pedro (2003). *À Margem do Amor*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Urra, Javier (2016). *O pequeno Ditador Cresceu. Pais e filhos em conflito*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Yacuzzi, Enrique (2005). *El Estudio de Caso Como Metodología de Investigación: Teoría, Mecanismos Causales, Validación*. Universidad del Cema. Buenos Aires.

Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 2ª edição, Porto Alegre: Bookman.

Legislação consultada

Diário do Governo nº 204, de 12 de Setembro de 1901

Lei de 27 de Maio de 1911

Decreto número 5.620 de 10 de Maio de 1919
Declaração de Genebra, de 29/09/1924
Declaração dos Direitos do Homem 1948
Decreto-Lei nº47727, de 23 de Maio de 1967
Decreto-Lei nº44288, de 20 de abril de 1969
Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976
Decreto-Lei nº 314/ 78, de 27 de Outubro de 1978
Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio de 1991
Lei nº 147/99, de 1 de Setembro de 2001
Lei 31/2003, de 22 de Agosto de 2003
Despacho nº 8393/2007, de 10 de Maio de 2007
Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de Janeiro de 2008
Despacho nº 9016/2012, de 4 de Julho de 2012
Lei nº 142/2015, de 8 de setembro de 2015

Consultas Web:

CNPCJ (s/d). Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Consultável em http://www.CNPDPDJ.pt/guias/Guia_Acao_Social.pdf

Ffv <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1265> Consultado entre setembro e dezembro de 2017

http://www.fpce.up.pt/sac/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf Consultado entre setembro e dezembro de 2017

http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-Publicacoes/BDDC8384Dir_Crianca.pdf
Consultado entre setembro e dezembro de 2017

http://www.seg-ocial.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7 (relatório casa 2016) Consultado entre outubro de 2017 e janeiro de 2018

<http://www.seg-social.pt> Consultado entre setembro e dezembro de 2017

<http://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas> consultado em 16/11/2017

<http://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas> consultado em 18/10/2017

<https://dre.pt> consultado entre setembro e dezembro de 2017

https://issuu.com/medull/docs/isntegra_issuuu consultado entre setembro e dezembro de 2017
Consultado entre outubro de 2017 e janeiro de 2018

https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf consultado
entre setembro e dezembro de 2017

Anexo I

Guiões das entrevistas biográfica a aplicar:

Aos jovens que foram desinstitucionalizados regressando à família de origem

I Parte

Investigação sobre o percurso de vida antes da institucionalização

Como referi antes da entrevista, gostaria de saber um pouco sobre a tua história de vida.

- 1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?
- 2) Porque é que foste retirado da tua família?

II Parte

Investigação sobre o período da institucionalização/Relação com os familiares

- 3) Como foi a tua adaptação à instituição?
- 4) Quanto tempo estiveste institucionalizado?
- 5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em manteres os laços com a tua família?
- 6) Como passou a ser a relação com a tua família?
- 7) Como surgiu a possibilidade do regresso à família?

III Parte

Investigação sobre o regresso à família

- 8) Há quanto tempo estás na tua família?
- 9) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?
- 10) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como a instituição trabalhou contigo e com a tua família?

Às famílias dos jovens

I Parte

Investigação sobre o percurso de vida antes da institucionalização

- 1) O que é que aconteceu para que a sua filha/o seu filho fosse para a instituição?**

II Parte

Investigação sobre o período da institucionalização/Relação com os familiares

- 2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?**
- 3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?**

III Parte

Investigação sobre o regresso à família

- 4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?**
- 5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?**

Anexo II
Transcrições das entrevistas

Nota: nenhuma entrevista foi escrita na íntegra. Em alguns casos, os entrevistados não autorizaram gravar tudo quanto foi dito, noutras apenas transcrevi, sendo o mais fiel possível ao que foi dito, aquilo que considero ter sido pertinente para o objetivo do estudo, tendo cortado outros comentários ou ideias que iam para além daquilo que estava previsto. Em algumas delas, tive a necessidade de reformular questões, ou acrescentar outras, tendo em conta a forma como se foi desenvolvendo o discurso dos entrevistados.

Entrevista J1-02

Feminino, 23 – 5 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?

Para mim era normal. A relação com a minha mãe era boa e com as minhas irmãs (2) também. Não éramos ricas, mas éramos felizes. Ela (mãe) sozinha, com a ajuda da minha avó e da minha tia conseguiu cuidar das três depois de o meu pai morrer de acidente de mota.

2) Porque é que foste para a instituição?

Coisas da adolescência. Faltava muito às aulas, comecei a fumar... as técnicas da Segurança Social andavam sempre a ameaçar, não saiam lá do bairro. Como a minha mãe recebia o subsídio (RSI), controlavam muito. Ela não podia trabalhar por causa da bebé. Como eu faltava muito às aulas.... Na escola os professores punham-nos de lado por causa de sermos do bairro, se alguém fizesse barulho na sala, a culpa era sempre minha e das colegas do bairro, mesmo quando não éramos nós.

a. Falavas com o professor acerca disso que me estás a dizer?

Que adiantava? Não acreditava em nós. Comecei a faltar. As companhias também influenciaram, mas quando o meu pai morreu foram as únicas que me compreenderam.

b. Hoje ainda tens amigos desse grupo?

Claro, são as minhas melhores amigas. Uma ainda está na instituição, entrou depois de mim.

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

Nem me quero lembrar! Éramos quarenta e tal, uma confusão. Campanha para aqui, campanha para ali. À noite era a solidão e a tristeza. Não estava sozinha, mas lá no fundo estávamos todas sozinhas. Só queria a minha mãe e arrependi-me de ter faltado à escola

e de me portar assim. Quando a minha amiga entrou foi diferente, também fiz uma ou outra amiga lá.

a. Como era o teu relacionamento com os educadores e técnicos?

Eram todos gente muito boa, menos um, era um camelo, mau, sempre a ameaçar. Mas na escola ajudaram muito, era obrigada a fazer os TPC, iam à escola falar com o diretor de turma.

b. A tua mãe, nesse aspeto, também te ajudava?

Não, a minha mãe achava que a escola não serve para nada, que era uma perda de tempo. Agora já mudou de opinião, ficou toda contente por ter feito o 12º.

4) Quanto tempo estiveste institucionalizada?

5 anos. Muito tempo, não é?

5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com a tua família?

A minha mãe ia muitas vezes visitar-me e levar-me umas bolachas. Toda a gente gostava dela. Quando tinha para aí uns 17, começamos a trabalhar para voltar para casa.

a. Porquê nessa altura?

Eu sempre disse que aos 18 ia sair. A minha mãe, entretanto, arranjou um emprego, a minha avó já conseguia ficar com as minhas irmãs. Eu já estava a estagiar num restaurante como cozinheira e o patrão dizia que me arranjava lá emprego, gostava de mim. Ainda lá trabalho!

6) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Às vezes ainda lá vou visitar o pessoal, alguns funcionários vão ao restaurante. A minha mãe já lá não vai, mas ficaram a dar-se bem.

7) Há quanto tempo estás na tua família?

Há 3 ou 4 anos. Agora sou eu que ponho as minhas irmãs na linha na escola, não quero que façam como eu.

8) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como as técnicas da instituição trabalharam contigo e com a tua família?

Apesar de me ter separado muito da minha mãe eles compreenderam sempre a situação. Foram sempre impecáveis.

Data da entrevista: 09/05/2017

Entrevista J2-02

Masculino, 24 – 6 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?

Até a minha velha fugir para a França com outro, era boa. Depois o velho não saía do tasco, a minha avó morreu...

2) Porque é que foste para a instituição?

Por causa disso tudo. O meu velho não tinha emprego sempre, e quando arranjava uns trocos nas obras ia para o tasco. Quando a minha avó morreu, chegava a casa e tinha que pedir comida à vizinha. Os professores fizeram queixa à CPCJ por causa de eu estar sempre a faltar. Tinha semanas que nem lá (escola) punha os pés. As técnicas da CPCJ quando lá foram a casa o velho até atinou, mas não havia graveto (dinheiro) e a casa era um barraco. Elas mandaram fazer obras, mas... e dinheiro? A coisa não compunha e lá fui eu...

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

Uma seca do caraças.

a. Podes explicar?

Sabes como é, ter que ir à escola e cenas dessas. Também não curtia muito aquilo, sempre a toque de caixa, agora para aqui, agora fazer esta cena, depois a outra.

4) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

6 anos. Bué.

5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com a tua família?

Naquela altura não valia a pena. A minha mãe, bazou. O meu pai era só copos. Só o meu tio é que ainda queria saber alguma coisa. O meu pai passados uns anos lá ressuscitou.

6) E depois de o teu pai ressuscitar?

Aí as coisas mudaram um pouco. Foi o meu tio e os doutores que lhe f... o juízo.

a. Como assim?

Olha, começaram outra vez a falar do emprego, dos copos, das obras no barraco..., mas demorou muito.

b. E quem teve a iniciativa de falar nesses assuntos?

Foram os doutores do lar (equipa técnica). Marcaram-lhe umas consultas para deixar os copos, depois arranjou emprego e começaram a marcar-lhe reuniões lá no lar.

c. Ele aparecia?

Às vezes faltava, mas normalmente ia.

d. E depois, o que aconteceu?

Depois comecei eu a ir a casa. O meu tio e os doutores falaram lá com a Câmara Municipal e ajudaram com o material para as obras. O meu pai, com o meu tio e com os colegas fizeram as obras e comecei a ir de fim-de-semana. Fui de vez pouco antes dos 18.

e. E como correu esse regresso?

Foi fixe. Voltei a estar com o meu pessoal. Ele deixou de beber, agora está fino. Já passou a vergonha daquela cena da minha mãe.

7) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

O meu velho nunca mais voltou lá. Eu ainda falo com algum pessoal de lá de vez em quando.

8) Há quanto tempo estás com o teu pai?

Quase há 6 anos.

9) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como a equipa técnica da instituição trabalharam contigo e com a tua família?

Foram porreiros, demoraram foi muito tempo a resolver a cena.

Data da entrevista: 09/05/2017

Entrevista J3-02

Masculino, 22 – 3 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?

Bem melhor, estragaram tudo.

2) Porque é que foste para a instituição?

Foi quando os meus pais se separaram, a minha mãe tinha engravidado do namorado novo, e as técnicas da Segurança Social começaram a implicar por causa da casa social, queriam tirar a casa.

a. Porque é que queriam tirar a casa?

As vizinhas fizeram queixa porque o meu pai vinha de madrugada berrar à minha mãe e atirar pedras para as janelas.

b. E queriam tirar a casa por causa disso?

Não, é que a casa estava em nome deles os dois (pais). As técnicas depois disseram à minha mãe que estava ilegal lá.

c. E como é que foste para a instituição por causa disso?

Olha, comecei a faltar à escola, o meu pai dizia que nos ia levar com ele. Não nos queria com o meu padrasto. Depois um dia bateu à minha mãe no café, o meu irmão e a minha irmã estavam lá, veio a PSP e tudo, e fomos para a instituição.

3) Como foi a tua adaptação à instituição? Os teus irmãos foram contigo?

Fomos os 3. Foi uma merda, depois queriam por a minha irmã para adoção.

a. E foi para adoção? Que aconteceu?

As técnicas e a minha mãe não deixaram, era a juíza que era maluca. Foi uma confusão, estávamos sempre a chorar os 3. Depois lá se compôs e ficámos os 3 lá.

4) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

2 anos, mais ou menos.

5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com a tua família?

Alguns sim, foram impecáveis. Outros só lá andavam para ganhar o deles.

a. O que é que eles fizeram para regressarem para a tua mãe?

Conseguiram resolver o problema do apartamento com a Segurança Social e com a Câmara, e o meu pai depois de falar também com elas acalmou e aceitou que ficássemos com a minha mãe.

b. E regressaram para casa...

Sim, quando o meu pai aceitou. Agora estamos todos bem.

6) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Ficou bem, foram importantes para resolver isto tudo. Ainda lá tenho amigos.

7) Há quanto tempo estás na tua família?

Há 4 ou 5 anos, mais ou menos. Tinha 16 quando voltei para casa, por isso...

8) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como as técnicas da instituição trabalharam contigo e com a tua família?

Se não fossem elas, não sei... a avaliação é muito boa.

Data da entrevista: 10/05/2017

Entrevista J4-02

Masculino, 19 – menos de 2 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?

Era boa, não sei para que é que fui para lá.

2) Porque é que foste para a instituição?

Porque me mandaram para lá.

a. Pois... Mas quem te mandou para lá, e que motivo te deram?

Olha, era por faltar à escola para ir trabalhar com o meu avô para a terra, mas eu ia porque queria. Depois diziam que a minha mãe e o meu avô não sabia cuidar de mim, e coisas assim. Não percebiam nada.

b. Quem dizia isso?

Todos, a escola, os outros da comissão (CPCJ), a vaca da Segurança Social.

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

Só fazia asneiras para me expulsarem, mas não me expulsaram.

a. Então não gostavas da instituição?

De alguns empregados sim, dos colegas não.

b. Porque é que não gostavas dos colegas?

Sei lá, estavam sempre a meter-se comigo por eu dizer que queria vir embora para casa. À noite assustavam-me, ameaçavam que me batiam. E lá na escola da cidade a mesma coisa, os professores eram piores que os daqui.

c. Porque é que dizes isso dos professores de lá?

Era da turma dos malucos, e os professores também eram todos malucos. Os rapazes pobres eram tratados de maneira diferente.

d. Como assim?

No recreio, sempre que havia merda, a culpa era sempre nossa.

4) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

Um ano e pico, não me lembro bem.

5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com a tua família?

Se não fossem eles ainda lá estava, talvez. Foram eles que falaram com o tribunal para vir embora.

a. Como é que fizeram isso?

Primeiro conseguiram autorização para vir ao fim de semana. Vieram a casa e viram que não era assim tão má. Depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC e disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana. O tribunal deixou fazer assim e, como me portei bem, comecei a vir todos os fins de semana.

b. Também falaram com o teu avo?

Falaram, disseram-lhe que eu só podia ir para o pé dele depois de fazer os tpc. Quando foi para vir de vez, falaram para só me deixar ir se eu me portasse bem na escola.

c. E fizeste isso?

Claro que sim! Não queria ir para lá outra vez.

6) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Nos princípios ligavam para cá, mas nunca mais os vi.

7) Há quanto tempo estás na tua família?

Há para aí 4 anos.

8) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como as técnicas da instituição trabalharam contigo e com a tua família?

Foram porreiros, ajudaram a convencer o tribunal.

Data da entrevista: 10/05/2017

Entrevista F1-02

F, 45

1) O que é que aconteceu para que a sua filha fosse para a instituição?

Foi uma parte complicada da minha vida. O meu marido morreu num acidente, estava eu grávida da minha filha mais nova, estava sem emprego. A minha mãe e a minha irmã ajudaram bastante, mas foi complicado. Ela (filha mais velha) teve a forma dela de reagir a tudo isto. Começou a faltar à escola e a fumar. A escola avisou a CPCJ e, em pouco tempo, foi para o Lar. Não adiantou de nada eu ter explicado a situação, disseram que era melhor para ela e para mim, mas custou muito. Nem tinha coragem de sair à rua, foi uma vergonha.

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Eu ia muitas vezes lá, foram sempre muito bons comigo. Às vezes davam-me alguns alimentos.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Havia lá duas doutoras (assistente social e psicóloga) que começaram a falar comigo sobre ela poder voltar se eu arranjasse em trabalho. Quando a bebe fez dois anos e deixou de mamar já podia ficar com a minha mãe e com a minha irmã, que me ajudaram muito. A partir daí começamos a ver-nos mais vezes, e ela começou a vir aos fins-de-semana. Depois as coisas compuseram e ela veio de vez. As doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego. Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela. Começou aos poucos, só ao fim de semana, depois nas férias de Natal. Nas férias grandes, como correu bem, veio de vez. Tenho muito a agradecer-lhes. Acreditaram em mim, eu acreditei nelas e, todas juntas, resolvemos.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?

Às vezes ainda as vejo, uma delas costuma ir jantar ao restaurante onde trabalho e conversamos um pouco. Tenho muito a agradecer-lhes. Estão sempre a perguntar por ela e pelas irmãs, como se portam as mais novas na escola. Eu e a mais velha agora apertamos mais com elas na escola, não podem fazer o que fez a irmã.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Muito positiva. Tive azar na vida, tive azar em cruzar-me com quem me tirou, e ter que enfrentar as vizinhas do bairro. Eu não era incompetente, só tive azar. Mas no Lar trataram-me muito bem. Agora estamos todas juntas.

Data da entrevista: 17/05/2017

Entrevista F2-02

M, 52

1) O que é que aconteceu para que o seu filho fosse para a instituição?

Foi uma fase má, sabe? Sempre fomos pobres cá em casa. Sempre fomos honestos, mas sou filho de pobres e a minha ex nunca aceitou isso.

Há uns anos atrás trabalhava para um sujeito na construção. (...) abriu falência e fui para o desemprego.

A minha ex-mulher tinha um patrão para onde ia às horas e acabou por se meter com um que lá trabalhava com ela. Quando soube, ela e ele foram para a França.

Pouco depois a minha mãe, que era quem cuidava do rapaz, morreu de repente. Eu ainda falei com as doutoras que ficava com o rapaz, mas o trabalho não abundava e levaram-no. Sempre gostei do rapaz, mas sem dinheiro... elas implicaram com a casa, nem sanita tinha. O meu irmão disse que me ficava com ele, mas sei que eles também não viviam lá muito bem. E como ia eu pagar o trabalho com o rapaz?

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Isso nos inícios foi o meu irmão que tratou. Eu bebia um pouco, sabe? Eles lá me convenceram a ir a umas consultas e deram-me uns calmantes. Já não bebo desde essa altura.

a. O seu filho disse que também ajudaram com as obras

Pois foi. Eles mandaram cá um pessoal da Câmara, deram umas ideias lá com um engenheiro, e depois ofereceram as loiças para fazer uma casa de banho, tijolos, cimento,

areia. Um pessoal amigo e eu mais o meu irmão fizemos as obras. Depois outros amigos fizeram a parte elétrica, um deu-me as tintas.

b. Isso é que foi um bom trabalho de equipa!

Foi mais de amigos! Aqui somos assim! O pessoal bem sabe que eu não tinha culpa nisto e botaram uma mão! Eu também lha boto a eles quando precisam.

c. E como é que se dava com a equipa do Lar?

Dava-me bem, portaram-se muito bem comigo. Acreditaram em mim, sabe? Quando assim é, nós também acreditamos neles e as coisas lá se compõem.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Deu-se bem. Como já disse, tenho também muito a agradecer ao meu irmão. Ele é que combinou lá com eles. Disseram-me que se deixasse o vinho e compusesse a casa, como ele já era crescido, podia vir e pronto, fiz o que me mandaram. Fui lá às reuniões, fui ao médico, fiz tudo direitinho.

a. Mas também ficou contente com essa mudança?

Então não havia de ficar?

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?

Olhe, nunca mais os vi. O rapaz dizia-me que às vezes lá falava com eles pelo telefone, mas nunca mais os vi.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Tenho que agradecer muito, olhe para isto (casa). Se não fossem eles não estava assim, e não tinha o rapaz comigo. É o que dá vontade de continuar. Eles lá falaram com este e aquele, lá na Câmara, trataram de tudo para vir para a escola de cá, do centro de saúde. Foram bons com ele e comigo. Estou muito grato.

Data da entrevista: 17/05/2017

Entrevista F3-02

F, 41

1) O que é que aconteceu para que os seus filhos fossem para a instituição?

Foi o momento mais difícil da minha vida toda. O meu ex-marido batia-me muito cada vez que bebia. Acabámos por separar-nos. Algum tempo depois comecei a namorar com o meu marido atual. Ele era muito bom com as crianças quando vinha cá a casa, não veio logo viver para cá. Quando o outro descobriu foi um inferno. Perseguiu-me, vinha para a rua lá em baixo e começava a chamar-me nomes, atirava pedras. Uma vez partiu o vidro da vizinha de baixo. Foi uma vergonha tão grande... vinha a polícia, mas no dia seguinte estava cá outra vez.

O meu rapaz mais velho também não se estava a portar bem na escola, talvez por causa disso. O pai ia à escola esperá-lo e dizia-lhe que eu era uma puta. Eu tentava conversar com ele, mas não adiantava.

Depois as doutoras da Câmara e da Segurança Social também não ajudavam nada, ainda pioraram a situação. Como este apartamento foi pedido em nome dos dois, deu confusão quando eu trouxe para cá o meu atual marido. Queriam tirar-mo e acusaram-me de tudo, de não trabalhar, de não saber educar os meninos. Quando souberam da situação dele vir para aqui fazer aquele circo todo, tiraram-mos. Depois queriam por a mais nova opara adoção. Olhe, nem sei como isto tudo se resolveu. Sofri muito, entretanto grávida outra vez. E queriam que eu fosse trabalhar, a médica disse que tinha que estar de repouso e calma, como podia fazer tudo ao mesmo tempo?

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Foi muito bom, foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo, quase perdia a minha filha mais nova. A juíza que os mandou para a instituição, também por causa das informações da Segurança Social, queria por a menina para adoção, mas elas ajudaram-me muito. Chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim. Ajudaram a resolver o problema do apartamento, esperamos que nascesse a mais nova e eu depois fui trabalhar. O meu marido também trabalho sempre, começámos a ter dinheiro. O mais velho cuidou deles lá dentro e sempre disse que havíamos de conseguir. Foi também ele que convenceu o pai a ganhar juízo, aquilo eram ciúmes.

a. E o seu relacionamento com as técnicas do LAR?

Era bom, muito bom. Ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas e, pouco a pouco, conseguimos. Eram boas para os meninos e foram boas comigo e com o meu marido. Depois também ajudaram muito a não deixar ir a menina para adoção. Fizeram para lá uns projetos comigo e com o meu marido, com o ex-marido e deram à juíza e ela mudou de ideias, deu uma oportunidade e conseguimos.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Eu acho que começou tudo porque acreditaram em mim. Toda a gente me achava incompetente, mas mostrei que não sou. Só não sabia como resolver as coisas. As técnicas do lar sabiam com quem falar, onde ir. Até com o diretor de turma da escola falaram. O meu filho, comigo, não era mal comportado, como diziam. Depois elas foram lá e ele começo a ter boas notas. Também calei muita gente. As vizinhas gozaram muito comigo, mas nunca me vou esquecer do dia em que chegou a carrinha com os meus filhos.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?

Às vezes vejo-as na cidade, ainda vamos falando. Gosto muito de uma delas, principalmente. O meu filho ainda lá vai às vezes visitar a casa e os amigos.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Os do lar, ou os outros?

a. A opinião de uns e de outros é diferente?

Claro que sim! As da segurança social queriam acabar com a minha vida. As do Lar salvaram a minha família.

Data da entrevista: 17/05/2017

Entrevista F4-02

1) O que é que aconteceu para que o seu filho fosse para a instituição?

Olhe, ainda hoje não percebo como é que isto aconteceu. Tivemos todos um pouco de culpa, mas não havia motivos para isto ter sido assim. O meu rapaz faltava à escola porque nunca gostou de lá andar. Fugia para pé do avo, gostava era de andar nas terras. A doutora da segurança social, quando a escola fez queixa na CPCJ, fez-nos isto. Foram eles todos,

mais o tribunal. Diziam que eu não sabia ser mãe. E levaram-mo. Foi preciso vir cá a GNR em frente à aldeia toda a ver.

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo. Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles. Quando começou a vir de fim de semana, às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar. Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam. Bem pode ver que é casa de pobre, mas não falta pão e está sempre assim, limpinha. E perceberam que não há nada como conversar. Falar das coisas resolve muito.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?

Vieram cá umas duas vezes depois de ele voltar para cá, a partir daí nunca mais os vi. Não eram más pessoas e ajudaram-nos muito. O meu pai também gostava de os ver cá.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Graças a eles, resolveu-se tudo. Fizeram umas cartas para o tribunal e para a segurança social e as coisas compuseram-se. Se eu soubesse escrever cartas dessas, nunca o meu filho tinha ido para lá nem passado a vergonha que passámos.

Data da entrevista: 17/05/2017

Entrevista J1-01

Masculino, 22 – 1 ano em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família? Porquê?

Bastante diferente. Antes vivia com a minha mãe, irmã e padrasto, antes de acontecer aquilo. O meu pai não existia, sabe como é. Agora percebo, mas antes não era assim.

a. E como era a vida lá em casa, com a tua mãe, padrasto e irmã?

Éramos pobres, mas vivíamos mais ou menos. Às vezes stressava com ela (mãe) e com ele (padrasto) por cenas, mas estava-se na boa. Os stresses eram por causa de eu não querer ir para a escola, por fumar, sair com o pessoal à noite, coisas dessas.

b. E como era o teu relacionamento com o teu padrasto?

Não ia muito à bola com ele. Armava-se em pai. Nem o meu pai mandava em mim, ia mandar ele? Depois eram as discussões com a minha mãe todos os dias, ameaças, sabes... e sempre a falar do meu pai. Depois acabou por matá-la.

c. Já que falas do teu pai, como era o teu relacionamento com ele?

Enquanto viveu junto com a minha mãe, era muito bom! Mas eles não se davam, estavam sempre a acusarem-se, a minha mãe dizia que ele não fazia nada, não punha dinheiro em casa, ele desconfiava dela de outras coisas, mas não quero falar disso.

d. Depois de se separarem continuavas a falar com ele?

Às vezes via-o, mas desde que o outro veio para cá viver era raro falarmos.

e. Quanto tempo estiveram assim, quase sem falar?

Desde os 9 aos 17, mais ou menos.

2) Consegues explicar porque é que foste para a instituição?

Não coloquei a questão, pois teria que retomar um momento traumático sem necessidade nem pertinência para a investigação.

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

Muito, muito difícil...a situação foi, já sabes... não consigo descrever. Naquela noite queria fugir dali...

4) Não me refiro ao momento exato da entrada, mas sim à adaptação, como é que foi mudares o teu dia-a-dia, ao nível das regras, horários...

Ah! Isso! Pensei que era sobre aquilo... nada bom! Tive que cortar com o pessoal do bairro, à noite íamos sempre para o café, tínhamos os jogos de futebol, o bilhar. Depois nada, só pessoal a dar na cabeça para ir à escola, fazer TPC, e tal.

5) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

Menos de um ano, entretanto resolveu-se com o meu pai.

6) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com o teu pai?

Claro que sim, senão não tinha ido morar com ele nem ido buscar a minha irmã à outra instituição! Não gostei de estar lá, mas gostei muito do pessoal, foram muito porreiros.

7) 5.1) podes explicar, assim resumidamente, como surgiu essa possibilidade de ires morar com o teu pai, como é que aconteceu?

É assim. A primeira vez que falaram comigo sobre isso, pensei que estavam a gozar comigo. Mas depois eles (equipa do LIJ) lá me convenceram a falar com ele. Um dia ele foi-me esperar à instituição quando vinha da escola e fomos para dentro falar. A partir daí começou a ir visitar-me à instituição, falámos várias vezes. Depois comecei a ir passar um fim de semana ou outro com ele e com a minha irmã, e pronto!

8) Essas visitas à instituição eram acompanhadas pelos técnicos, ou estas sozinho com o teu pai?

Nos inícios estavam os técnicos. Acho que também o queriam conhecer melhor. Como sabiam que eu não me dava lá muito bem com ele, deviam ter medo que lhe partisse a cara (risos). Mas não lhe ia fazer nada, no fundo sempre gostei dele. Só foram duas ou três vezes que lá estiveram, depois comecei a ficar sozinho com ele.

9) E como passou a ser a relação com a tua irmã? Separaram-se...

Ela é mais nova, na altura não lhe ligava assim muito, era pequena. Mas custou muito quando ela foi para outro sítio. A polícia teve que me tirar à força de junto dela. Mas depois os técnicos resolveram, deixaram-me ir visitá-la. Quando comecei a ir para casa do meu pai ao fim de semana ela também foi, depois fomos viver os três juntos. Acabou bem.

10) Planificavam alguma coisa relativamente ao teu futuro com o teu pai na instituição?

Sim, falávamos do meu projeto de vida, de definir objetivos e coisas assim.

11) Como passou a ser a relação com o teu pai?

Por incrível que pareça, estamos a dar-nos bem. Agora já vivo sozinho com a namorada e com a minha filha, mas estamos muitas vezes juntos. A namorada dele é porreira, vou ver muitas vezes a minha irmã.

12) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Agora já quase não os vejo. Às vezes passo na estrada por eles e apito, são porreiros. Se não fossem eles, se calhar não estava assim com o meu pai e com a minha irmã.

13) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como a instituição trabalhou contigo e com a tua família?

Muito boa.

Data da entrevista: 19/05/2017

Entrevista J2-01

M, 14 anos – 4 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ingressares na instituição? Como era a tua relação com a tua família?

Muito má.

a. Porquê?

Olha, estava sempre a haver merda. O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado, e eu tinha que ir para o quarto para dentro do armário.

b. e como era na escola e lá na aldeia?

Mais ou menos. A minha professora era maluca. Estava sempre a implicar comigo e a pôr-me de castigo, os colegas grandes batiam-me e eu atirava-lhes com pedras. Depois ficava de castigo.

c. Porque é que dizes que a professora era maluca?

Olha, metiam-se comigo. Eu estava nervoso e chamava-lhes nomes e ela berrava comigo. Depois olha, ainda fazia pior. Ela não sabia nada do que se passava e era sempre eu a ficar de castigo.

d. E na aldeia? Tinhas amigos? Brincavas com eles?

Às vezes. Só quando o meu pai não estava lá. A minha mãe ia ao café e eu brincava lá com os outros meninos. Mas alguns eram os da escola, não queriam brincar comigo.

e. Porque é que não queriam brincar contigo?

Acho que era por causa dos problemas lá em casa. Ouvia-se tudo cá fora. Eles tinham medo ao meu pai. Ele tinha lá a pistola e a caçadeira.

2) Porque é que foste retirado da tua família?

Foi a GNR. Por causa do meu pai.

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

No princípio não gostei. Só regras e mais regras. Mas depois mudaram-me para o quarto dos pequenos e já gostei.

4) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

Quatro anos

5) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em manteres os laços com a tua família?

O meu pai e a minha mãe iam lá nos princípios. Depois a minha mãe foi para a outra casa (refúgio para vítimas de violência doméstica) e depois só ia o meu pai. A minha mãe podia entrar, mas o meu pai não, estava sempre a ameaçar os trabalhadores. Depois

quando ele (pai) foi para a prisão a minha mãe voltou a começar a ir lá. Antes era só ao telefone.

6) 5.1) mas os técnicos deixavam-te falar com ela?

Estavam sempre a mandar ligar-lhe, às vezes era ela que ligava. O meu pai também ligava da prisão, mas não me deixavam falar com ele porque estava sempre a dizer que quando saísse ia matar a minha mãe.

7) E com a tua mãe falavas muito?

Falava. Quando voltou para a outra aldeia da minha avó voltou a ir visitar-me.

8) Como passou a ser a relação com a tua mãe?

Depois foi boa. Ela vinha buscar-me muitas vezes e íamos à outra instituição buscar a minha irmã para irmos de fim-de-semana. Mas ela tinha sempre que nos ajudar a fazer os TPC.

9) Como surgiu a possibilidade do regresso à família?

Eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjam-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro. Depois fomos viver outra vez com ela.

10) Há quanto tempo estás na tua família?

Há três anos.

11) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Às vezes ainda vêm cá e falamos no facebook. No ano passado vieram trazer muitas coisas para a comida do Natal e prendas.

12) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como a instituição trabalhou contigo e com a tua família?

Gosto deles.

Data da entrevista: 22/05/2017

Entrevista J3(a)-01

F, 11 anos (irmã de J2-01 – 4 anos em instituição)

1) Ainda te lembras como era a tua vida antes de ingressares na instituição?

Como era a tua relação com a tua família?

Não me lembro, era muito pequenina.

2) Sabes porque foste para a instituição?

A minha mãe contou-me. O meu pai era mau e ela teve que fugir.

3) Como era a tua vida na instituição?

Não gostava, elas (colegas) não me emprestavam as coisas delas e berravam muito com as pequeninas porque à noite faziam barulho.

4) E das técnicas, gostavas?

Algumas. A (assistente social) era minha amiga.

5) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

Não sei, não me lembro. (3 anos)

6) A assistente social deixava-te telefonar à tua mãe?

A minha mãe é que me ligava quase sempre. Às vezes era ela (assistente social) que ligava à minha mãe.

7) A tua mãe ia visitar-te lá?

Primeiro não (quando estava no refúgio) mas depois ia.

8) E falavas com ela e com a assistente social ao mesmo tempo?

Sim.

9) Sobre o que falavam?

Sobre vir ao fim-de-semana, para ela me ajudar a fazer os TPC.

10) Gostavas quando podias passar mais tempo com a tua mãe?

Sim, ao fim de semana e nas férias. Mas depois tinha que voltar para lá.

11) Como surgiu a possibilidade do regresso à família?

Ela dizia que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre. Depois arranjou e vim. E ele (irmão) também.

12) Há quanto tempo estás na tua família?

Não sei muito bem. (3 anos)

13) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Não sei.

14) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como a assistente social trabalhou contigo e com a tua mãe?

Boa.

Data da entrevista: 22/05/2017

Entrevista J4-01

Masculino, 22 – 3 anos em instituição

1) Como era a tua vida antes de ires para a instituição? Consegues explicar porque é que foste para lá?

Se lembro! A minha vida bem boa era! Estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo. Foi por causa da diretora de turma e da CPCJ. O meu padrasto bateu-me uma vez por lhe ter roubado cigarros para fumar com o pessoal do prédio e fiquei com uma marca da mão dele na cara. A diretora de turma não gostava dele por causa das reuniões de notas. Eu tirava más notas e portava-me mal, e ele não gostava de ouvir as queixas, ficava muito nervoso. Ligou para a CPCJ e fui para o lar.

a. Foi só esse o motivo da CPCJ?

O meu padrasto não trabalhava, e eles implicaram e por causa disso e por causa da casa estar toda desarrumada e por causa dos meus irmãos.

b. Quantos são, ao todo, em casa?

Sete: eu, os meus quatro irmãos e eles (mãe e padrasto).

c. Ele batia-te muitas vezes, ou foi só dessa vez?

Bateu-me mais uma ou duas. Eu também só fazia asneiras. Mas dessa vez foi mais a sério, as outras não, eram só uns cachaços (palmadas na cabeça) de raspão. Só que eles (CPCJ) não deram ouvidos a ninguém, foram dizer ao tribunal que havia muita violência em casa e era mentira.

2) Depois foste para a instituição...

Pois fui. Mas não devia ter ido. Passado pouco tempo a Câmara (Municipal) deu-nos um apartamento maior e o meu padrasto conseguiu reformar-se por causa do problema das costas.

3) Como foi a tua adaptação à instituição?

Uma porcaria. Sabe o que é viver tão perto de casa e não poder ir lá? Nos inícios nem os podia ver por causa de o tribunal ter proibido. Só autorizaram passados 2 anos, quando foram para lá as técnicas novas (DOM – entre finais de 2008, início de 2009).

a. 3.1) o que é que elas mudaram?

Conseguiram convencer o juiz a deixar-me ver a minha família. Os meus irmãos na escola falavam comigo, mas sempre com medo que alguém fosse dizer ao juiz, porque um professor de lá era da CPCJ e a diretora de turma também era perigosa.

Depois de ter autorização foi diferente e acabei por voltar para casa.

4) Deixaste para trás também os teus amigos...

Na escola estava com eles, mas não era igual. Lá no bairro estávamos sempre juntos, jogávamos ao fim de semana. Também deixei a minha avó, e os meus tios. Volta e meia iam visitar-me, mas não podia vir eu a casa deles, porque fica mesmo ao lado da nossa onde morávamos na altura.

5) Quanto tempo estiveste institucionalizado?

3 anos e pico.

6) Sentiste preocupação dos funcionários da instituição em reatar os laços com o teu pai?

Senti sempre, eles ouviam, mas não podia fazer nada. Depois lá conseguiram, mas demoraram muito tempo.

7) Como passou a ser a relação com o teu padrasto e coma tua mãe a partir desse momento?

Aos poucos lá foi tudo ao normal. Começaram a ir visitar-me, depois comecei a ir aos fins de semana a casa, até que voltei.

8) As técnicas é que organizavam isso? Sozinhas, ou contigo?

Elas perguntaram se eu queria voltar a estar com eles, claro que disse que sim. Depois começou a seca das reuniões delas com os meus pais. Queriam que eles assinassem uns contratos ou lá o que era aqueles papéis. Mas lá foi!

9) Termos de responsabilidade para ires a casa, queres tu dizer?

Isso, acho que sim

10) Alguma vez te falaram em projeto de vida?

Era aquela papelada toda, que seca. Tinha que ver com elas os objetivos, tinha que ver isto e mais aquilo. Depois assinava. Na semana a seguir lá estávamos nós no mesmo. Depois faziam isso também comigo e com os meus pais.

11) Acreditas que valeu a pena esse esforço, com os papéis?

Então não valeu? Voltei para casa!

12) Como ficou a relação entre a instituição e a tua família?

Mais ou menos. Acho que não ficou mal, ajudaram a resolver aquele problema.

13) Se não fosse o papel das técnicas, o que achas que teria acontecido?

Tinha lá ficado até aos 18.

14) Há quanto tempo estás na tua família?

Há 4 ou 5 anos.

15) Que avaliação fazes, no geral, sobre a forma como as técnicas da instituição trabalharam contigo e com a tua família?

Foi boa. Se não fossem elas se calhar tinha sido tudo diferente

Data da entrevista: 22/05/2017

Entrevista F1-01

M, 43

1) O que é que aconteceu para que o seu filho fosse para a instituição?

Não coloquei a questão, por razões óbvias. (homicídio da ex-mulher)

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Foram muito profissionais comigo desde o primeiro momento que me contactaram. Depois daquilo tudo, soube que ele estava lá no Lar e a minha filha no outro Lar. Quando me ligaram fui logo lá. Disseram-me que eu era a única pessoa que agora tinha, e queriam saber a minha posição. Claro que não ia abandonar o meu filho e a minha filha naquela situação.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Quando eu e a minha ex-mulher nos divorcíamos, talvez tenha cometido um erro grande em quase deixar de ver os meus filhos. Na altura pensava que era o melhor para eles. Eles (técnicos) ajudaram-me a perceber que isso tinha sido um erro e esta era a hipótese de reaparecer na vida deles. Por sorte, tanto um como outro aceitaram tentar ir morar comigo e acabou por correr tudo bem. Sinto que fui importante para eles.

a. A sua filha estava noutra instituição diferente. A equipa de lá também fez o mesmo?

Os dois lares trabalharam em conjunto comigo, as técnicas das duas casas prepararam isto juntas, creio.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso dos seu filhos?

Muito sinceramente só lá fui mais uma vez. Mas agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos. Muitas vezes tinha vontade de falar com eles, mas faltava a coragem. Eles proporcionaram isso.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Muito boa. Sempre profissionais e atentos a pequenos detalhes na forma como prepararam as minhas conversas com os meus filhos, os passos a dar. Resolveram o problema deles, embora a perda da mãe seja impossível de resolver, e resolveram o meu problema.

Data da entrevista: 25/05/2017

Entrevista F2/3-01

F, 40

1) O que é que aconteceu para que o seu filho fosse para a instituição?

Eu conto-lhe tudo, mas não quero que grave tudo.

a. Muito bem. Daquilo que posso gravar, o que me pode então contar sobre os motivos de os seus filhos terem ido para as instituições?

Depois de tudo que o meu homem me fazia, claro que o rapaz não podia portar-se bem na escola. Havia falta de dinheiro por dois motivos: o que ele ganhava era só para ele, para gastar no café com os amigos e andar a passear. E também porque eu não podia trabalhar, achava que eu podia arranjar outro homem. Então ficava em casa. Ia à minha mãe de vez em quando buscar comida, mas ficava muito longe e só lá podia ir se ele me levasse. A maior parte das vezes era a família dele que nos dava comida. E eu tinha que estar calada e aceitar tudo assim, senão já sabe.

b. E os seus filhos...

A mais pequena, antes de mos tirarem, vivia comigo como já sabe, dentro daquele ambiente todo. O meu filho, por um lado por sorte, lidava muito mal com tudo isto e na escola deram conta. Não sabiam ao certo o que se passava, mas foi aí que veio a CPCJ e o tribunal. Só foi pena ter vindo a GNR com aquele aparato todo e toda a gente ficar a saber, mas teve que ser assim.

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Não tenho palavras para agradecer tudo quanto fizeram, principalmente a partir do momento em que ele foi preso. Vim para cima, da casa abrigo, e só tinha a minha mãe a

quem recorrer, numa zona onde não há empregos. As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego, conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela.

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Foram as técnicas do Lar do meu filho que trataram de tudo. Quando fui para o refúgio ligava para lá todos os dias para falar com ele. E também falava com elas ao telefone. Quando ele foi preso (marido), vim para cima e elas convidaram-me para lá ir. Conversámos e fomos marcando sempre outras reuniões. Quando eu e a minha mãe já estávamos mais estáveis, começámos a ir busca-lo ao fim de semana. Depois elas falaram com a outra instituição e fiz o mesmo com elas lá (técnicas do LIJ da filha).

Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego. Ajudaram-me a reorganizar a minha vida. Aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso dos seus filhos?

Muito bem. Ele ainda fala muito com as técnicas e com os colegas no facebook. Às vezes ainda peço ajuda às técnicas com coisas da escola. Quando vou à cidade, às vezes vou visitar o Lar.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Agradeço tudo. Passei por muito na vida, não quero quer conte tudo que eu disse. Eu merecia viver uma vida normal. Elas ajudaram-me muito a conseguir isto.

Data da entrevista: 26/05/2017

Entrevista F4-01

M, 48

1) O que é que aconteceu para que o seu filho fosse para a instituição?

É triste ser-se pobre e ter que viver num bairro ao pé de tudo que há de lixo. E depois, porque eu sou padrasto dele. Se fosse pai, talvez nunca tivesse acontecido. O que é que você fazia se descobrisse que o seu filho lhe andava a roubar cigarros, com 12 ou 13 anos? Diga lá?

a. Pois... sinceramente, não sei bem. O que é que o senhor lhe fez?

Mandei-lhe duas lambadas. Isso é violência? E aqueles que lhes dão com o cinto por bem menos? E vem a puta da professora, que nem filhos tem, ensinar-me o que é ser pai? Ou os da CPCJ? As crianças devem perceber que há regras e limites. Ele nem da escola queria saber, dizia que nunca tinha nada para estudar. Aqui o burro ia depois passar as vergonhas para ao pé dos outros, não é? Foi apenas isso que eu lhe fiz. Não foi só pelos cigarros, foi porque deu um a um colega com oito anos, as pessoas não sabem o porque das coisas.

Depois estávamos a tratar da casa maior, nem quiseram ouvir nem saber. Eu bem sabia que dois quartos para a canalha toda não chegavam. Tiraram-no e pronto. Conseguia ser pai para os outros 4, pelos vistos para ele não. Nem quiseram saber do meu problema de costas, e o que tive que esperar para conseguir receber a reforma de invalidez. Acha normal? Então elas não estão para ajudar, ou é só para f... as pessoas?

2) Durante o tempo da institucionalização, como foi o seu relacionamento com a equipa técnica?

Esses ainda foram os únicos que se safaram no meio disto tudo. Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher. Depois resolveu-se. Mas foram mais de 3 anos!

3) Como se deu a possibilidade do regresso e qual o papel da equipa técnica no mesmo?

Foram umas funcionárias novas que foram para lá. Eram doutoras, acho eu.

a. O que é que aconteceu?

Começaram a ouvir as pessoas e a perceber. O problema é que ninguém ouve, só porque se é pobre ou se mora no bairro dos malucos.

b. Bairro dos malucos?

Claro! Não juntam cá tudo? Drogados, pobritainas, ciganada, tudo? Não é fácil!

c. E o que essas técnicas fizeram de diferente, além, de o ouvirem?

Como já disse, ouviram! E confirmaram que a casa dava para todos, que eu só queria o bem do rapaz, que fosse educado e não fizesse asneiras. Aos poucos deixaram-no vir, depois veio com supervisão delas. Vinham ver se eu e a mulher ajudávamos a ver as coisas na mochila e a fazer os TPC e estudar para os testes. E agora, que já não há supervisão nenhuma, cá o vê! Pergunte-lhe se fez mal em vir para cá! Não era preciso passar por esta vergonha toda.

4) Como ficou a sua relação com a instituição após o regresso do(a) seu (sua) filho(a)?

Às vezes passo por elas de carro, aceno. Mas não quero mais nada com essa gente. Cada um à sua vidinha.

5) Que avaliação faz do trabalho dos técnicos?

Ajudaram-me a trazer o rapaz para casa. Mas nunca mo deviam ter tirado.

Data da entrevista: 26/05/2017

Anexo III
As narrativas

As narrativas:

Dos jovens relativamente à vida antes da institucionalização:

Antes da institucionalização, a relação com a família, a minha vida, *para mim era normal, (...) éramos felizes; tinha as minhas melhores amigas (J1-02); bem melhor (J3-02); era boa, não sei para que é que fui para lá (J4-02); bastante diferente, (..), mas estava-se na boa (...) éramos pobres, mas vivíamos mais ou menos. (J1-01); A minha vida bem boa era! Estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo; lá no bairro estávamos sempre juntos (...); também deixei a minha avó e os meus tios. (J4-01)*

A maioria dos jovens entrevistados referiu aspetos positivos relativamente às suas vivências familiares, com exceção do J2-01, que referiu que a vida era *muito má (...) estava sempre a haver merda. O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado, e eu tinha que ir para o quarto, para dentro do armário.*

Apesar de alguns referirem problemas em casa, como violência e, sobretudo, sentimentos de exclusão, são várias as referências positivas relativamente aos meios de socialização primários e secundários: família, amigos, grupos de pares.

Houve também algumas referências a sentimentos de incompreensão dos seus próprios problemas por parte de outros adultos: *ela (professora) não sabia nada do que se passava e era sempre eu a ficar de castigo (J2-01); só que eles (CPCJ) não deram ouvidos a ninguém (J4-01); na escola os professores punham-nos de lado por sermos do bairro (...) a culpa era sempre minha (J1-02) diziam que a minha mãe e o meu avô não sabiam cuidar de mim, e coisas assim. Não percebiam nada. (J4-02)*

Das famílias relativamente às vivências familiares e ao processo de separação:

Para os progenitores entrevistados, os momentos em que se deram as retiradas dos seus filhos: *foi uma parte complicada da minha vida. (...) nem tinha coragem de sair à rua, foi uma vergonha. (F1-02) foi uma fase má (...). (F2-02). Foi o momento mais difícil da minha vida toda. (...) foi uma vergonha tão grande; queria que fosse trabalhar (...) como podia fazer tudo ao mesmo tempo? (F3-02); tivemos todos um pouco de culpa, mas não havia motivos para isto ter sido assim; diziam que eu não sabia ser mãe. (F4-02).*

Havia falta de dinheiro (...). A maior parte das vezes era a família dele que nos dava comida; só foi pena ter vindo a GNR com aquele aparato todo. (F2/3-01). É triste ser-se pobre e ter que viver num bairro ao pé de tudo que há de lixo. E vem a (...) professora, que nem filhos tem, ensinar-me o que é ser pai? (...); estávamos a tratar da casa maior, nem quiseram ouvir nem saber (F4-01).

As narrativas dos jovens durante a institucionalização:

Relativamente à entrada e à adaptação à instituição, os jovens referiram que foi *muito, muito difícil* (...). *Naquela noite queria fugir.* (...). *Nada bom! Tive que cortar com o pessoal do bairro.* (J1-01) *Não gostava, elas (as colegas) não me emprestavam as coisas delas e berravam muito com as pequeninas porque à noite faziam barulho* (...) *A assistente social era minha amiga.* J3(a)-01. *A adaptação foi uma porcaria.* (J4-01). *Nem me quero lembrar. Éramos quarenta e tal, uma confusão. Campainha para aqui, campainha para ali.* (...) *lá no fundo estávamos todas sozinhas. Só queria a minha mãe.* (J1-02). *Uma seca do caraças.* (...) *ter que ir à escola* (...). *Também não curti muito aquilo, sempre a toque de caixa* (muitas regras), *agora para aqui, agora fazer esta cena, depois a outra.* (J2-02). *Foi uma merda.* (J3-02). *Só fazia asneiras para me expulsarem* (...) *estavam sempre a meter-se comigo* (...). *À noite assustavam-me, ameaçavam que me batiam* (colegas). (J4-02)

É praticamente consensual, tendo em conta o contexto de três instituições diferentes, a existência de narrativas negativas relativamente à entrada em instituição, sendo as regras e horários destacados como os motivos principais dessas narrativas.

O ambiente familiar no período anterior à retirada, marcado por episódios de violência, bem como a incompreensão que o jovem afirma ter havido por parte da escola, podem ter contribuído para esta perceção menos negativa relativamente à entrada em instituição.

As narrativas das famílias relativamente ao trabalho da equipa técnica dos LIJ durante o período de institucionalização:

As narrativas dos familiares relativamente ao seu relacionamento com as equipas técnicas dos LIJ foram, segundo os próprios: *eu ia muitas vezes lá, foram sempre muito bons comigo. Às vezes davam-me alguns alimentos.* (F1-02). *Dava-me bem, portaram-se muito bem comigo. Acreditaram em mim, sabe? Quando assim é, nós também*

acreditamos neles e as coisas lá se compõem. (F2-02). Foi muito bom, foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo, quase perdia a minha filha mais nova. (...). Chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim. Ajudaram a resolver o problema (...). O relacionamento com a equipa técnica Era bom, muito bom. Ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas e, pouco a pouco, conseguimos. Eram boas para os meninos e foram boas comigo e com o meu marido. Depois também ajudaram muito a não deixar ir a menina para adoção. Fizeram para lá uns projetos comigo e com o meu marido, com o ex-marido e deram à juíza e ela mudou de ideias, deu uma oportunidade e conseguimos. (F3-02). Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo. Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles. Quando começou a vir de fim de semana, às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar. Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola. (F4-02). Foram muito profissionais comigo desde o primeiro momento que me contactaram. (F1-01). Não tenho palavras para agradecer tudo quanto fizeram (...). As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego, conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela. Ajudaram-me a reorganizar a minha vida. (F2/3-01). Esses ainda foram os únicos que se safaram no meio disto tudo. Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher. (F4-01).

As narrativas dos familiares relativamente aos técnicos dos LIJ são, no geral, positivas. São vários os testemunhos relativamente a serem ouvidos, serem percebidos, poderem ter participado “nas reuniões” dos PSEI, aos quais chamam projetos ou planificações.

As narrativas relativamente ao trabalho das equipas técnicas relativamente à reunificação familiar:

Pelos jovens:

Quanto ao papel das equipas técnicas dos LIJ quanto à reunificação familiar, denotaram-se as seguintes narrativas: *A minha mãe ia muitas vezes visitar-me (...) toda a gente (técnicos) gostava dela. (...) eles (técnicos) compreenderam sempre a situação da separação e a necessidade de manterem os laços. (J1-02). Foram os doutores do lar (equipa técnica) que começaram a tratar da questão da reunificação familiar. Marcaram-me umas consultas para deixar os copos, depois arranjou emprego e começaram a*

*marcar-lhe reuniões lá no lar. (J2-02). Alguns (técnicos) sim, foram impecáveis. (...). Conseguiram resolver o problema. (J3-02). Se não fossem eles ainda lá estava, talvez. Foram eles que falaram com o tribunal para vir embora. (...) Primeiro conseguiram autorização para vir ao fim de semana. Vieram a casa e viram que não era assim tão má. Depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC e disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana. (J4-02). Relativamente às narrativas sobre a preocupação da equipa na reunificação familiar, J1-01 refere que *claro que sim, senão não tinha ido morar com ele nem ido buscar a minha irmã à outra instituição! Não gostei de estar lá, mas gostei muito do pessoal, foram muito porreiros*. Relativamente ao reatar do relacionamento com o pai, ausente há anos, *nos inícios* (nas primeiras reuniões com o pai) *estavam* (presentes) *os técnicos*. *Acho que também o queriam conhecer melhor. Como sabiam que eu não me dava lá muito bem com ele, deviam ter medo que lhe partisse a cara (risos). Mas não lhe ia fazer nada, no fundo sempre gostei dele. (...) sim, falávamos do meu projeto de vida, de definir objetivos e coisas assim*. Relativamente aos contactos com os progenitores, numa situação de retirada de emergência, com participação de forças policiais, J2-01 refere que (as técnicas) *estavam sempre a mandar ligar-lhe* (chamadas telefónicas), *às vezes era ela que ligava. O meu pai também ligava da prisão, mas não me deixavam falar com ele porque estava sempre a dizer que quando saísse ia matar a minha mãe. (...) eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjaram-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro. Depois fomos viver outra vez com ela*. J3(a)-01, irmã de J2-01, tem narrativas idênticas, afirmando que *a minha mãe é que me ligava quase sempre. Às vezes era ela* (assistente social) *que ligava à minha mãe. (...) A* (assistente social) *era minha amiga. (...), pois dizia à mãe que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre e ele* (irmão) *também. Depois arranjou e vim*. J4-01 refere que houve mudanças na forma como a instituição lidou com o seu caso: *só autorizaram passados 2 anos, quando foram para lá as técnicas novas* (DOM – entre finais de 2008, início de 2009). *Conseguiram convencer o juiz a deixar-me ver a minha família. (...) Depois de ter autorização foi diferente e acabei por voltar para casa. (...) elas* (técnicas) *perguntaram se eu queria voltar a estar com eles, claro que disse que sim. Depois começou a seca das reuniões delas com os meus pais. Queriam que eles assinassem uns contratos ou lá o que era aqueles papéis. Mas lá foi!**

Os jovens apresentam narrativas muito idênticas relativamente ao papel das equipas técnicas dos LIJ. Atribuem aos técnicos o papel de mediadores entre eles e os pais, entre os pais e a solução para os problemas destes. Conseguem compreender, apesar de em

algumas situações as definirem como “seca”, a importância das reuniões para planificação e definição de objetivos dos PSEI.

Pelas famílias:

Quanto às narrativas dos familiares relativamente ao trabalho desenvolvido pelas equipas, relativamente ao regresso: *havia lá duas doutoras (assistente social e psicóloga) que começaram a falar comigo sobre ela poder voltar se eu arranjasse em trabalho. (...) as doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego. Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela. Começou aos poucos, só ao fim de semana, depois nas férias de Natal. Nas férias grandes, como correu bem, veio de vez. Tenho muito a agradecer-lhes. Acreditaram em mim, eu acreditei nelas e, todas juntas, resolvemos. (F1-02). Eles (equipa técnica) lá me convenceram a ir a umas consultas e deram-me uns calmantes. Já não bebo desde essa altura. (...) eles mandaram cá um pessoal da Câmara, deram umas ideias lá com um engenheiro; as doutoras (assistente social e psicóloga) trataram de tudo com o meu irmão e ele com quem conhecia. (...) dava-me bem (com a equipa técnica), portaram-se muito bem comigo. Acreditaram em mim, sabe? Quando assim é, nós também acreditamos neles e as coisas lá se compõem. (...) disseram-me que se deixasse o vinho e compusesse a casa, como ele já era crescido, podia vir e pronto, fiz o que me mandaram. Fui lá às reuniões, fui ao médico, fiz tudo direitinho. (F2-02). Foi muito bom, foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo, quase perdia a minha filha mais nova. (...) chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim. Ajudaram a resolver o problema; O relacionamento com a equipa técnica do LAR era bom, muito bom. Ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas e, pouco a pouco, conseguimos. Eram boas para os meninos e foram boas comigo e com o meu marido (...); fizeram para lá uns projetos comigo e com o meu marido, com o ex-marido e deram à juíza e ela mudou de ideias, deu uma oportunidade e conseguimos. (F3-02). Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo. Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles. Quando começou a vir de fim de semana, às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar. Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola; Os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam (...), e perceberam que não há nada como conversar. Falar das coisas resolve muito. Vieram cá umas duas vezes depois de ele voltar para cá, a partir daí nunca mais os vi. Não eram más pessoas e ajudaram-nos muito. O meu pai também gostava de*

os ver cá. Graças a eles, resolveu-se tudo. Fizeram umas cartas para o tribunal e para a segurança social e as coisas compuseram-se. (F4-02). Eles (técnicos) ajudaram-me a perceber que isso tinha sido um erro e esta era a hipótese de reaparecer na vida deles; os dois lares trabalharam em conjunto comigo, as técnicas das duas casas prepararam isto juntas, creio. (F1-01). Não tenho palavras para agradecer tudo quanto fizeram (...) As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego, conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela. (...) foram as técnicas do Lar do meu filho que trataram de tudo (...) quando ele foi preso (marido), vim para cima e elas convidaram-me para lá ir. Conversámos e fomos marcando sempre outras reuniões. Quando eu e a minha mãe já estávamos mais estáveis, começámos a ir buscá-lo ao fim de semana. Depois elas falaram com a outra instituição e fiz o mesmo com elas lá (técnicas do LIJ da filha). Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego. Consegui reorganizar a vida. Aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos. (F2/3-01). Esses (equipa técnica do LIJ) ainda foram os únicos que se safaram no meio disto tudo. Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher. Depois resolveu-se (o regresso do filho). Foram umas funcionárias novas que foram para lá. Eram doutoras, acho eu. Começaram a ouvir as pessoas e a perceber. O problema é que ninguém ouve (...) (F4-01).

Os progenitores reconhecem às equipas técnicas dos LIJ o papel preponderante que desempenharam para tornar possível a reunificação familiar. Mais uma vez, o papel de escuta e compreensão por parte dos técnicos é realçado pelos familiares, ou seja, o facto de poderem ser ouvidos, dar as suas opiniões relativamente aos seus problemas, às suas vidas, foi, para eles, das narrativas que mais realçaram.

As narrativas gerais sobre o trabalho das equipas técnicas dos LIJ:

Pelos jovens:

Apesar de me ter separado muito da minha mãe eles compreenderam sempre a situação. Foram sempre impecáveis. (J1-02). Eu ainda falo com algum pessoal de lá de vez em quando. Foram porreiros, demoraram foi muito tempo a resolver a cena. (J2-02) (A relação com a instituição) ficou bem, foram importantes para resolver isto tudo. Ainda lá tenho amigos. Se não fossem elas (técnicas), não sei... a avaliação é muito boa. (J3-02). Nos princípios ligavam para cá, mas nunca mais os vi. (...). Foram porreiros, ajudaram

a convencer o tribunal. (J4-02). Agora já quase não os vejo. Às vezes passo na estrada por eles e apito, são porreiros. Se não fossem eles, se calhar não estava assim com o meu pai e com a minha irmã. (J1-01). Às vezes ainda vêm cá e falamos no facebook. No ano passado vieram trazer muitas coisas para a comida do Natal e prendas. (...). Gosto deles. (J2-01). A relação com as técnicas ficou boa J3(a)-01. Acho que não ficou mal, ajudaram a resolver aquele problema. (...). Foi boa. Se não fossem elas se calhar tinha sido tudo diferente. (J4-01).

Pelas famílias:

Quanto aos progenitores, relativamente à avaliação do trabalho das equipas técnicas:

Às vezes ainda as vejo, uma delas costuma ir jantar ao restaurante onde trabalho e conversamos um pouco. Tenho muito a agradecer-lhes. Estão sempre a perguntar por ela e pelas irmãs (...). A avaliação é muito positiva. (...) no Lar trataram-me muito bem. (F1-02). Olhe, nunca mais os vi. O rapaz dizia-me que às vezes lá falava com eles pelo telefone, mas nunca mais os vi; tenho que agradecer muito (...). Se não fossem eles não estava assim, e não tinha o rapaz comigo. Eles lá falaram com este e aquele, lá na Câmara, trataram de tudo para vir para a escola de cá, do centro de saúde. Foram bons com ele e comigo. Estou muito grato. (F2-02). Às vezes vejo-as na cidade, ainda vamos falando. Gosto muito de uma delas, principalmente. O meu filho ainda lá vai às vezes visitar a casa e os amigos. As (técnicas) do Lar salvaram a minha família. (F3-02). Graças a eles, resolveu-se tudo (F4-02). Agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos. Muitas vezes tinha vontade de falar com eles, mas faltava a coragem. Eles proporcionaram isso. A avaliação é muito boa. Sempre profissionais e atentos a pequenos detalhes na forma como prepararam as minhas conversas com os meus filhos, os passos a dar. Resolveram o problema deles, embora a perda da mãe seja impossível de resolver, e resolveram o meu problema. (F1-01). Agradeço tudo. Passei por muito na vida, não quero quer conte tudo que eu disse. Eu merecia viver uma vida normal. Elas ajudaram-me muito a conseguir isto. (F2/3-01). Às vezes passo por elas de carro, aceno. Mas não quero mais nada com essa gente. Cada um à sua vidinha. Ajudaram-me a trazer o rapaz para casa. Mas nunca mo deviam ter tirado. (F4-01).

Anexo IV
Quadros resumo das entrevistas

J1/F1-02			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<i>Para mim era normal Coisas da adolescência. Faltava muito às aulas, comecei a fumar Na escola os professores punham-nos de lado por causa de sermos do bairro As companhias também influenciaram, mas quando o meu pai morreu foram as únicas que me compreenderam.</i>	<i>Foi uma parte complicada da minha vida. O meu marido morreu num acidente, estava eu grávida da minha filha mais nova, estava sem emprego.</i>
	Relação com a família	<i>A relação com a minha mãe era boa e com as minhas irmãs (2) também A minha mãe achava que a escola não serve para nada</i>	<i>A minha mãe e a minha irmã ajudaram bastante, mas foi complicado. Ela (filha mais velha) teve a forma dela de reagir a tudo isto. Começou a faltar à escola e a fumar.</i>
Tema			
Narrativas durante a institucionalização	Adaptação à institucionalização	<i>Nem me quero lembrar Éramos quarenta e tal, uma confusão Campainha para aqui, campainha para ali. À noite era a solidão e a tristeza Mas na escola ajudaram muito, era obrigada a fazer os TPC, iam à escola falar com o diretor de turma.</i>	<i>Eu ia muitas vezes lá, foram sempre muito bons comigo. Às vezes davam-me alguns alimentos.</i>
	A possibilidade da reunificação	<i>Toda a gente gostava dela (mãe) Quando tinha para aí uns 17, começamos a trabalhar para voltar para casa</i>	<i>Havia lá duas doutoras (assistente social e psicóloga) que começaram a falar comigo sobre ela poder voltar se eu arranjasse em trabalho. Quando a bebe fez dois anos e deixou de mamar já podia ficar com a minha mãe e com a minha irmã, que me ajudaram muito</i>

			<p><i>As doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego. Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela. Começou aos poucos, só ao fim de semana, depois nas férias de Natal. Nas férias grandes, como correu bem, veio de vez.</i></p> <p><i>Eu não era incompetente, só tive azar</i></p>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<p><i>eles compreenderam sempre a situação. Foram sempre impecáveis.</i></p>	<p><i>Tenho muito a agradecer-lhes. Acreditaram em mim, eu acreditei nelas e, todas juntas, resolvemos. Muito positiva</i></p> <p><i>Mas no Lar trataram-me muito bem. Agora estamos todas juntas.</i></p>

Quadro 3: Família 1-02 - Comparação de respostas

J2/F2-02			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<i>Até a minha velha (mãe) fugir para a França com outro, era boa;</i>	<i>Foi uma fase má Sempre fomos pobres cá em casa</i>
	Relação com a família	<i>Depois o velho não saía do tasco, a minha avó morreu...</i>	<i>A minha ex-mulher tinha um patrão para onde ia às horas e acabou por se meter com um que lá trabalhava com ela. Quando soube, ela e ele foram para a França. Pouco depois a minha mãe, que era quem cuidava do rapaz, morreu de repente O meu irmão disse que me ficava com ele, mas sei que eles também não viviam lá muito bem.</i>
Tema		<i>Uma seca do caraças Também não curtia muito aquilo, sempre a toque de caixa, agora para aqui, agora fazer esta cena, depois a outra.</i>	<i>Isso nos inícios foi o meu irmão que tratou Eu bebia um pouco Eles lá me convenceram a ir a umas consultas</i>
Narrativas durante a institucionalização	Adaptação à institucionalização		
	A possibilidade da reunificação	<i>Naquela altura não valia a pena A minha mãe, bazou O meu pai era só copos ó o meu tio é que ainda queria saber alguma coisa Foram os doutores do lar (equipa técnica)</i>	<i>Como já disse, tenho também muito a agradecer ao meu irmão. Ele é que combinou lá com eles Disseram-me que se deixasse o vinho e compusesse a casa, como ele já era crescido, podia vir e pronto, fiz o que me mandaram. Fui lá às reuniões, fui ao médico, fiz tudo direitinho.</i>

		<i>Marcaram-lhe umas consultas para deixar os copos, depois arranjou emprego e começaram a marcar-lhe reuniões lá no lar.</i>	
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<i>Foram porreiros, demoraram foi muito tempo a resolver a cena</i>	<i>Tenho que agradecer muito Se não fossem eles não estava assim, e não tinha o rapaz comigo Eles lá falaram com este e aquele, lá na Câmara, trataram de tudo para vir para a escola de cá, do centro de saúde. Foram bons com ele e comigo. Estou muito grato.</i>

Quadro 4: Família 02-02 - Comparação de respostas

J3/F3-02			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<p><i>Foi quando os meus pais se separaram, a minha mãe tinha engravidado do namorado novo, e as técnicas da Segurança Social começaram a implicar por causa da casa social, queriam tirar a casa.</i></p> <p><i>As vizinhas fizeram queixa porque o meu pai vinha de madrugada berrar à minha mãe e atirar pedras para as janelas.</i></p> <p><i>Comecei a faltar à escola, o meu pai dizia que nos ia levar com ele. Não nos queria com o meu padrasto. Depois um dia bateu à minha mãe no café, o meu irmão e a minha irmã estavam lá, veio a PSP e tudo, e fomos para a instituição.</i></p>	<p><i>Foi o momento mais difícil da minha vida toda. O meu ex-marido batia-me muito cada vez que bebia.</i></p> <p><i>Acabámos por separar-nos</i></p> <p><i>Algum tempo depois comecei a namorar com o meu marido atual.</i></p> <p><i>Quando o outro descobriu foi um inferno.</i></p> <p><i>Como este apartamento foi pedido em nome dos dois, deu confusão quando eu trouxe para cá o meu atual marido. Queriam tirar-mo e acusaram-me de tudo, de não trabalhar, de não saber educar os meninos.</i></p> <p><i>Depois queriam por a mais nova opara adoção.</i></p>
	Relação com a família	<i>Bem melhor, estragaram tudo</i>	<i>O meu rapaz mais velho também não se estava a portar bem na escola, talvez por causa disso.</i>
Tema	Adaptação à institucionalização	<i>Foi uma merda, depois queriam por a minha irmã para adoção</i>	<i>Foi muito bom, foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo, quase perdia a minha filha mais nova.</i>
Narrativas durante			

	A possibilidade da reunificação	<p><i>Conseguiram resolver o problema do apartamento com a Segurança Social e com a Câmara, e o meu pai depois de falar também com elas acalmou e aceitou que ficássemos com a minha mãe.</i></p>	<p><i>Chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim.</i></p> <p><i>Ajudaram a resolver o problema do apartamento, esperamos que nascesse a mais nova e eu depois fui trabalhar.</i></p> <p><i>Ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas e, pouco a pouco, conseguimos.</i></p> <p><i>Depois também ajudaram muito a não deixar ir a menina para adoção.</i></p> <p><i>Fizeram para lá uns projetos comigo e com o meu marido, com o ex-marido</i></p> <p><i>A juíza mudou de ideias, deu uma oportunidade e conseguimos</i></p> <p><i>Eu acho que começou tudo porque acreditaram em mim. Toda a gente me achava incompetente, mas mostrei que não sou. Só não sabia como resolver as coisas</i></p>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<p><i>Foram importantes para resolver isto tudo. Ainda lá tenho amigos</i></p> <p><i>Se não fossem elas, não sei... a avaliação é muito boa.</i></p>	<p><i>Às vezes vejo-as na cidade, ainda vamos falando</i></p> <p><i>As do Lar salvaram a minha família.</i></p>

Quadro 5: Família 03-02 - Comparação de respostas

J4/F4-02			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<i>Olha, era por faltar à escola para ir trabalhar com o meu avô para a terra, mas eu ia porque queria. Depois diziam que a minha mãe e o meu avô não sabiam cuidar de mim, e coisas assim. Não percebiam nada.</i>	<i>Tivemos todos um pouco de culpa, mas não havia motivos para isto ter sido assim O meu rapaz faltava à escola porque nunca gostou de lá andar. Fugia para pé do avo, gostava era de andar nas terras Diziam que eu não sabia ser mãe. Foi preciso vir cá a GNR em frente à aldeia toda a ver.</i>
	Relação com a família	<i>Era boa, não sei para que é que fui para lá</i>	
Tema			
Narrativas durante a institucionalização	Adaptação à institucionalização	<i>De alguns empregados sim, dos colegas não Sei lá, estavam sempre a meter-se comigo por eu dizer que queria vir embora para casa. À noite assustavam-me, ameaçavam que me batiam. E lá na escola da cidade a mesma coisa, os professores eram piores que os daqui.</i>	<i>Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo. Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles. Às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar. Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola.</i>
	A possibilidade da reunificação	<i>Primeiro conseguiram autorização para vir ao fim de semana. Vieram a casa e viram que não era assim tão má. Depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC e disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana. O tribunal deixou fazer assim e, como me portei bem, comecei a vir todos os fins de semana.</i>	<i>Os do Lar perceberam logo que a casa não era má como diziam. E perceberam que não há nada como conversar. Falar das coisas resolve muito.</i>

Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<i>Foram porreiros, ajudaram a convencer o tribunal.</i>	<i>Graças a eles, resolveu-se tudo. Fizeram umas cartas para o tribunal e para a segurança social e as coisas compuseram-se.</i>

Quadro 6: Família 04 -02 - Comparação de respostas

J1/F1-01			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<p><i>Éramos pobres, mas vivíamos mais ou menos. Às vezes stressava com ela (mãe) e com ele (padrasto) por cenas, mas estava-se na boa. Os stresses eram por causa de eu não querer ir para a escola, por fumar, sair com o pessoal à noite, coisas dessas.</i></p> <p><i>Enquanto viveu junto com a minha mãe, era muito bom</i></p> <p><i>Mas eles não se davam, estavam sempre a acusarem-se, a minha mãe dizia que ele não fazia nada, não punha dinheiro em casa, ele desconfiava dela de outras coisas, mas não quero falar disso.</i></p>	<p><i>Depois daquilo tudo, soube que ele estava lá no Lar e a minha filha no outro Lar. Quando me ligaram fui logo lá. Disseram-me que eu era a única pessoa que agora tinha, e queriam saber a minha posição. Claro que não ia abandonar o meu filho e a minha filha naquela situação.</i></p>
	Relação com a família	<p><i>Antes vivia com a minha mãe, irmã e padrasto, antes de acontecer aquilo. O meu pai não existia, sabe como é. Agora percebo, mas antes não era assim.</i></p> <p><i>Não ia muito à bola com ele. Armava-se em pai</i></p>	<p><i>Quando eu e a minha ex-mulher nos divorcíamos, talvez tenha cometido um erro grande em quase deixar de ver os meus filhos. Na altura pensava que era o melhor para eles.</i></p>
Tema		<p><i>Nada bom</i></p> <p><i>Tive que cortar com o pessoal do bairro, à noite íamos sempre para o café, tínhamos os jogos de futebol, o bilhar. Depois nada, só pessoal a dar na cabeça para ir à escola, fazer TPC, e tal.</i></p>	<p><i>Foram muito profissionais comigo desde o primeiro momento que me contactaram.</i></p>
Narrativas durante a institucionalização	Adaptação à institucionalização		
	A possibilidade da reunificação	<p><i>A primeira vez que falaram comigo sobre isso, pensei que estavam a gozar comigo. Mas depois eles (equipa do LIJ) lá me convenceram a falar com ele. Um dia ele foi-</i></p>	<p><i>Eles (técnicos) ajudaram-me a perceber que isso tinha sido um erro e esta era a hipótese de reaparecer na vida deles. Por sorte, tanto um como outro aceitaram tentar ir morar comigo e acabou por correr tudo bem. Sinto que fui importante para eles.</i></p>

		<p><i>me esperar à instituição quando vinha da escola e fomos para dentro falar. A partir daí começou a ir visitar-me à instituição, falámos várias vezes. Depois comecei a ir passar um fim de semana ou outro com ele e com a minha irmã, e pronto!</i></p> <p><i>Ela é mais nova, na altura não lhe ligava assim muito, era pequena.</i></p> <p><i>Quando comecei a ir para casa do meu pai ao fim de semana ela também foi, depois fomos viver os três juntos. Acabou bem.</i></p>	<p><i>Os dois lares trabalharam em conjunto comigo, as técnicas das duas casas prepararam isto juntas, creio. Agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos. Muitas vezes tinha vontade de falar com eles, mas faltava a coragem. Eles proporcionaram isso.</i></p>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<p><i>Às vezes passo na estrada por eles e apito, são porreiros. Se não fossem eles, se calhar não estava assim com o meu pai e com a minha irmã.</i></p>	<p><i>Muito boa. Sempre profissionais e atentos a pequenos detalhes na forma como prepararam as minhas conversas com os meus filhos, os passos a dar. Resolveram o problema deles, embora a perda da mãe seja impossível de resolver, e resolveram o meu problema.</i></p>

Quadro 7: Família 01-01 - Comparação de respostas

J2/F2/3-01			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<p><i>Estava sempre a haver merda.</i></p> <p><i>O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado, e eu tinha que ir para o quarto para dentro do armário.</i></p> <p><i>A minha professora era maluca</i></p> <p><i>Estava sempre a implicar comigo e a pôr-me de castigo, os colegas grandes batiam-me e eu atirava-lhes com pedras. Depois ficava de castigo.</i></p> <p><i>Eu estava nervoso e chamava-lhes nomes e ela berrava comigo. Depois olha, ainda fazia pior.</i></p> <p><i>Acho que era por causa dos problemas lá em casa. Ouvia-se tudo cá fora. Eles tinham medo ao meu pai. Ele tinha lá a pistola e a caçadeira.</i></p>	<p><i>Eu conto-lhe tudo, mas não quero que grave tudo.</i></p> <p><i>Depois de tudo que o meu homem me fazia, claro que o rapaz não podia portar-se bem na escola. Havia falta de dinheiro por dois motivos: o que ele ganhava era só para ele, para gastar no café com os amigos e andar a passear.</i></p> <p><i>E também porque eu não podia trabalhar, achava que eu podia arranjar outro homem. Então ficava em casa. Ia à minha mãe de vez em quando buscar comida, mas ficava muito longe e só lá podia ir se ele me levasse. A maior parte das vezes era a família dele que nos dava comida.</i></p> <p><i>E eu tinha que estar calada e aceitar tudo assim, senão já sabe.</i></p>
	Relação com a família	<p><i>O meu pai batia-nos, estava sempre bêbado, e eu tinha que ir para o quarto para dentro do armário.</i></p>	<p><i>A mais pequena, antes de mos tirarem, vivia comigo como já sabe, dentro daquele ambiente todo. O meu filho, por um lado por sorte, lidava muito mal com tudo isto e na escola deram conta.</i></p>
Tema	Adaptação à institucionalização	<p><i>No princípio não gostei. Só regras e mais regras. Mas depois mudaram-me para o quarto dos pequenos e já gostei.</i></p>	<p><i>Não tenho palavras para agradecer tudo quanto fizeram, principalmente a partir do momento em que ele foi preso. Vim para cima, da casa abrigo, e só tinha a minha mãe a quem recorrer, numa zona onde não há empregos. As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego, conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela.</i></p>
Narrativas durante a institucionalização			

	A possibilidade da reunificação	<p><i>Ela vinha buscar-me muitas vezes e íamos à outra instituição buscar a minha irmã para irmos de fim-de-semana. Mas ela tinha sempre que nos ajudar a fazer os TPC.</i></p> <p><i>Eles (técnicos) puseram-na a fazer cursos e arranjaram-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro. Depois fomos viver outra vez com ela.</i></p>	<p><i>Foram as técnicas do Lar do meu filho que trataram de tudo. Quando fui para o refúgio ligava para lá todos os dias para falar com ele. E também falava com elas ao telefone. Quando ele foi preso (marido), vim para cima e elas convidaram-me para lá ir. Conversámos e fomos marcando sempre outras reuniões. Quando eu e a minha mãe já estávamos mais estáveis, começámos a ir buscá-lo ao fim de semana. Depois elas falaram com a outra instituição e fiz o mesmo com elas lá (técnicas do LIJ da filha).</i></p> <p><i>Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego. Consegui reorganizar a vida. Aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos</i></p>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<p><i>Às vezes ainda vêm cá e falamos no facebook. No ano passado vieram trazer muitas coisas para a comida do Natal e prendas.</i></p> <p><i>Gosto deles.</i></p>	<p><i>Agradeço tudo. Passei por muito na vida, não quero quer conte tudo que eu disse. Eu merecia viver uma vida normal. Elas ajudaram-me muito a conseguir isto.</i></p>

Quadro 8: Família 02-01 - Comparação de respostas

J3/F2/3-01			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<i>Não me lembro, era muito pequenina.</i>	<i>Eu conto-lhe tudo, mas não quero que grave tudo. Depois de tudo que o meu homem me fazia, claro que o rapaz não podia portar-se bem na escola. Havia falta de dinheiro por dois motivos: o que ele ganhava era só para ele, para gastar no café com os amigos e andar a passear. E também porque eu não podia trabalhar, achava que eu podia arranjar outro homem. Então ficava em casa. Ia à minha mãe de vez em quando buscar comida, mas ficava muito longe e só lá podia ir se ele me levasse. A maior parte das vezes era a família dele que nos dava comida. E eu tinha que estar calada e aceitar tudo assim, senão já sabe.</i>
	Relação com a família	<i>A minha mãe contou-me. O meu pai era mau e ela teve que fugir.</i>	<i>A mais pequena, antes de mos tirarem, vivia comigo como já sabe, dentro daquele ambiente todo. O meu filho, por um lado por sorte, lidava muito mal com tudo isto e na escola deram conta.</i>
Tema	Adaptação à institucionalização	<i>Não gostava, elas (colegas) não me emprestavam as coisas delas e berravam muito com as pequeninas porque à noite faziam barulho. Algumas. A (assistente social) era minha amiga. A minha mãe é que me ligava quase sempre. Às vezes era ela (assistente social) que ligava à minha mãe.</i>	<i>Não tenho palavras para agradecer tudo quanto fizeram, principalmente a partir do momento em que ele foi preso. Vim para cima, da casa abrigo, e só tinha a minha mãe a quem recorrer, numa zona onde não há empregos. As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego, conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela.</i>
Narrativas durante a institucionalização		A possibilidade da reunificação	<i>Sobre vir ao fim-de-semana, para ela me ajudar a fazer os TPC.</i>

		<i>Ela dizia que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre. Depois arranhou e vim. E ele (irmão) também.</i>	<i>elas convidaram-me para lá ir. Conversámos e fomos marcando sempre outras reuniões. Quando eu e a minha mãe já estávamos mais estáveis, começámos a ir buscá-lo ao fim de semana. Depois elas falaram com a outra instituição e fiz o mesmo com elas lá (técnicas do LIJ da filha). Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranhei emprego. Consegui reorganizar a vida. Aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos</i>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<i>Boa.</i>	<i>Agradeço tudo. Passei por muito na vida, não quero quer conte tudo que eu disse. Eu merecia viver uma vida normal. Elas ajudaram-me muito a conseguir isto.</i>

Quadro 9: Família 03-01 - Comparação de respostas

J4/F4-01			
Tema	Subtema(s)	Jovem	Progenitor
Narrativas antes da institucionalização	Sobre as problemáticas	<p><i>A minha vida bem boa era!</i> <i>O meu padrasto bateu-me uma vez por lhe ter roubado cigarros para fumar com o pessoal do prédio e fiquei com uma marca da mão dele na cara.</i> <i>O meu padrasto não trabalhava, e eles implicaram e por causa disso e por causa da casa estar toda desarrumada e por causa dos meus irmãos.</i> <i>Bateu-me mais uma ou duas. Eu também só fazia asneiras. Mas dessa vez foi mais a sério, as outras não, eram só uns cachacos (palmadas na cabeça) de raspão.</i> <i>Lá no bairro estávamos sempre juntos, jogávamos ao fim de semana.</i></p>	<p><i>É triste ser-se pobre e ter que viver num bairro ao pé de tudo que há de lixo. E depois, porque eu sou padrasto dele. Se fosse pai, talvez nunca tivesse acontecido. Depois estávamos a tratar da casa maior, nem quiseram ouvir nem saber. Tiraram-no e pronto.</i></p>
	Relação com a família	<p><i>Estava com os meus irmãos e com os meus amigos, depois perdi isso tudo.</i></p>	<p><i>Mandei-lhe duas lambadas. Isso é violência? As crianças devem perceber que há regras e limites. Foi apenas isso que eu lhe fiz. Não foi só pelos cigarros, foi porque deu um a um colega com oito anos, as pessoas não sabem o porque das coisas.</i></p>
Tema	Adaptação à institucionalização	<p><i>Uma porcaria. Sabe o que é viver tão perto de casa e não poder ir lá?</i> <i>Lá no bairro estávamos sempre juntos, jogávamos ao fim de semana.</i> <i>Também deixei a minha avó, e os meus tios.</i> <i>Senti sempre, (apoio) eles ouviam, mas não podia fazer nada</i></p>	<p><i>Esses ainda foram os únicos que se safaram no meio disto tudo. Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher. Depois resolveu-se. Mas foram mais de 3 anos!</i></p>
Narrativas durante a institucionalização			

	A possibilidade da reunificação	<p><i>Aos poucos lá foi tudo ao normal. Começaram a ir visitar-me, depois comecei a ir aos fins de semana a casa, até que voltei.</i></p> <p><i>Elas perguntaram se eu queria voltar a estar com eles, claro que disse que sim. Depois começou a seca das reuniões delas com os meus pais. Queriam que eles assinassem uns contratos ou lá o que era aqueles papéis.</i></p> <p><i>Era aquela papelada toda, que seca. Tinha que ver com elas os objetivos, tinha que ver isto e mais aquilo. Depois assinava. Na semana a seguir lá estávamos nós no mesmo. Depois faziam isso também comigo e com os meus pais.</i></p>	<p><i>Foram umas funcionárias novas que foram para lá. Eram doutoras, acho eu.</i></p> <p><i>Começaram a ouvir as pessoas e a perceber. O problema é que ninguém ouve, só porque se é pobre ou se mora no bairro dos malucos.</i></p> <p><i>Como já disse, ouviram! E confirmaram que a casa dava para todos, que eu só queria o bem do rapaz, que fosse educado e não fizesse asneiras. Aos poucos deixaram-no vir, depois veio com supervisão delas (...) agora, que já não há supervisão nenhuma, cá o vê! Pergunte-lhe se fez mal em vir para cá! Não era preciso passar por esta vergonha toda.</i></p>
Tema			
Narrativas após a institucionalização	Avaliação das equipas técnicas	<p><i>Foi boa. Se não fossem elas se calhar tinha sido tudo diferente</i></p>	<p><i>Às vezes passo por elas de carro, aceno. Mas não quero mais nada com essa gente. Cada um à sua vidinha.</i></p> <p><i>Ajudaram-me a trazer o rapaz para casa. Mas nunca mo deviam ter tirado.</i></p>

Quadro 10: Família 04-01 - Comparação de respostas

Narrativas dos jovens acerca do trabalho das equipas técnicas relativamente ao processo de reunificação								
Instituição 01	Instituição 04	Instituição 01	Instituição 03	Instituição 01	Instituição 02	Instituição 02	Instituição 02	Instituição 02
J1-01	J1-1-01*	J2-02	J3(a)-01	J4-01	J1-02	J2-02	J3-02	J4-02
falaram comigo sobre isso	Os dois lares trabalharam em conjunto comigo (Pai)	vinha buscar-me e íamos à outra instituição buscar a minha irmã para irmos de fim-de-semana.	A minha mãe é que me ligava quase sempre. Às vezes era a técnica que ligava à minha mãe.	Aos poucos lá foi tudo ao normal.	Toda a gente gostava dela (mãe)	Foram os doutores do lar (equipa técnica)	Conseguiram resolver o problema do apartamento com a Segurança Social e com a Câmara	Primeiro conseguiram autorização para vir ao fim de semana.
Mas depois eles (equipa do LLJ) lá me convenceram a falar com ele.	Agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos (Pai)	Mas ela tinha sempre que nos ajudar a fazer os TPC.	Sobre vir ao fim-de-semana, para ela me ajudar a fazer os TPC.	Começaram a ir visitar-me, depois comecei a ir aos fins de semana a casa, até que voltei.	Quando tinha para aí uns 17, começamos a trabalhar para voltar para casa	Marcaram-lhe umas consultas para deixar os copos	O meu pai depois de falar também com elas acalmou e aceitou que ficássemos com a minha mãe.	Vieram a casa e viram que não era assim tão má.
comecei a ir visitar-me à instituição		Eles puseram-na a fazer cursos e arranjaram-lhe trabalho no restaurante para ter dinheiro.	Ela dizia que quando tivesse emprego já podia vir outra vez com ela para sempre	Elas perguntaram se eu queria voltar a estar com eles, claro que disse que sim		depois arranjou emprego e começaram a marcar-lhe reuniões lá no lar.	Foram importantes para resolver isto tudo	Depois fizeram um contrato com a minha mãe para ela me ajudar a fazer os TPC
comecei a ir passar (...)fim de semana ou outro com ele e com a minha irmã	comecei a ir passar (...)fim de semana ou outro com ele e com a minha irmã	Depois fomos viver outra vez com ela.	Depois arranjou e vim. E ele (irmão) também.	Depois comecei a secar as reuniões delas com os meus pais.				disseram na escola para mandarem TPC de fim de semana.
Quando comecei a ir para casa do meu pai (...) ela também foi, depois fomos viver os três juntos.	Quando comecei a ir para casa do meu pai (...) ela também foi, depois fomos viver os três juntos.			Queriam que eles assinassem uns contratos ou lá o que era aqueles papéis.				como me portei bem, comecei a vir todos os fins de semana.
				Tinha que ver com elas os objetivos, tinha que ver isto e mais aquilo.				
	* comentários recolhidos do pai e do irmão, não foi possível entrevistar a jovem			Depois faziam isso também comigo e com os meus pais.				

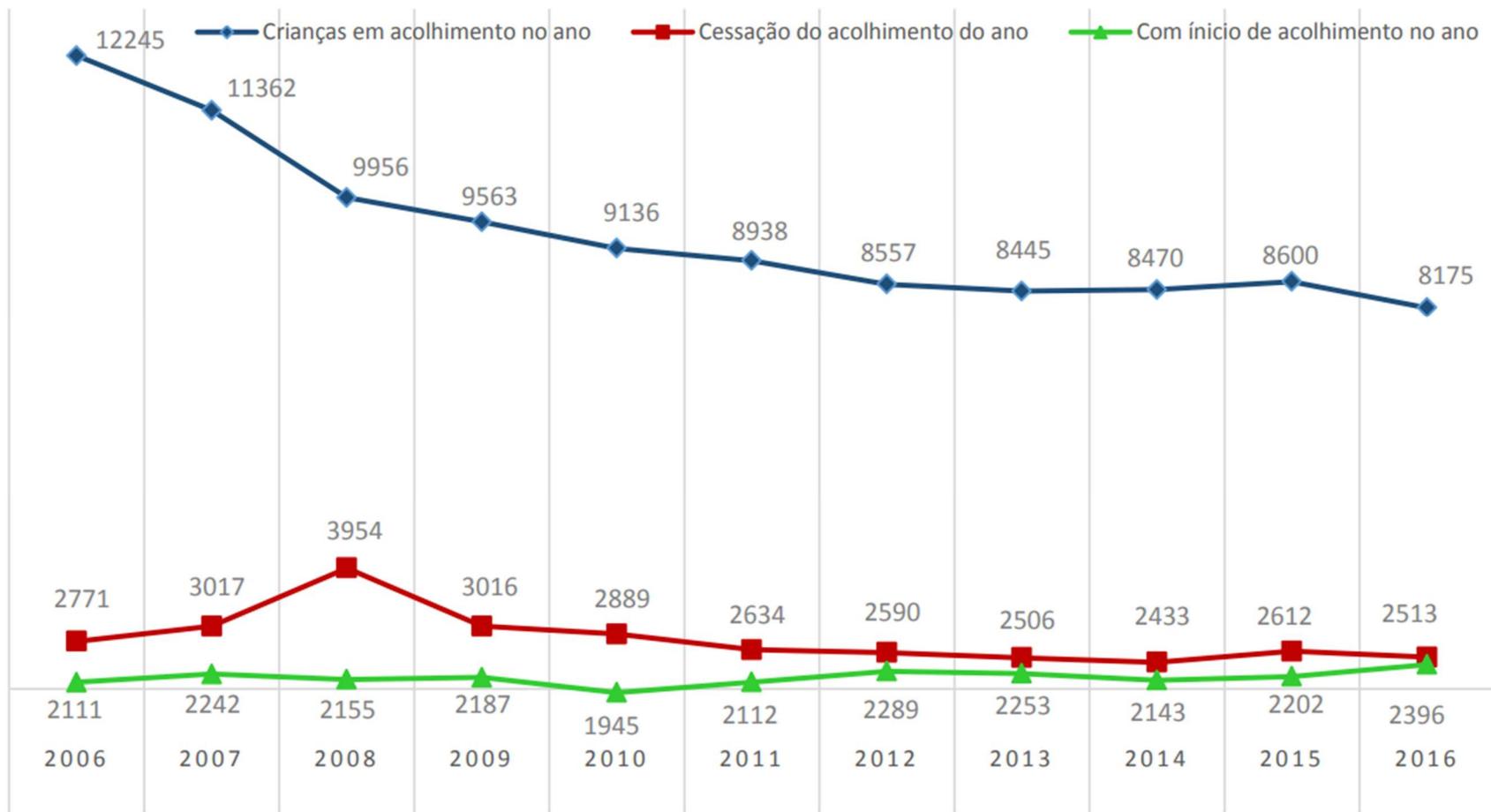
Quadro 11: Comparação de respostas dos jovens das diferentes instituições

Narrativas dos progenitores acerca do trabalho das equipas técnicas relativamente ao processo de reunificação							
Instituição 01	Instituição 04	Instituição 01	Instituição 01	Instituição 02	Instituição 02	Instituição 02	Instituição 02
F1-01	F1-1-01*	F2/3-02	F4-01	F1-02	F2-02	F3-02	F4-02
Quando me ligaram fui logo lá	Os dois lares trabalharam em conjunto comigo (Pai)	As técnicas ajudaram-me em tudo, desde conseguir a casa social na vila, conseguir um emprego	Tinham mais princípios, ouviram-me a mim e à minha mulher. Depois resolveu-se.	Eu ia muitas vezes lá, foram sempre muito bons comigo.	Isso nos inícios foi o meu irmão que tratou Eu bebia um pouco	foram elas (técnicas) que me ajudaram nisto tudo	Com os do lar dei-me bem, ajudaram a resolver isto tudo.
Depois daquilo tudo, soube que ele estava lá no Lar e a minha filha no outro Lar.	Agradeço o facto de terem feito esta ligação entre mim e os meus filhos (Pai)	conseguiram que a instituição onde estava a mais nova também ajudasse a resolver também a vinda dela.	Começaram a ouvir as pessoas e a perceber	Às vezes davam-me alguns alimentos.	Eles lá me convenceram a ir a umas consultas	quase perdia a minha filha mais nova.	Chamaram-me lá muitas vezes, outras vezes vieram cá eles.
Foram muito profissionais comigo desde o primeiro momento que me			Aos poucos deixaram-no vir, depois veio com supervisão delas	Havia lá duas doutoras (assistente social e psicóloga) que começaram a falar comigo sobre ela poder voltar se eu arranjasse em trabalho.	Fui lá às reuniões, fui ao médico, fiz tudo direitinho.	Chamaram-me lá várias vezes, ouviram-me. Confiaram em mim.	Às vezes vinham traze-lo e explicavam o que é que ele tinha que fazer para a escola para eu o ajudar
Eles (técnicos) ajudaram-me a perceber que isso tinha sido um erro	comecei a ir passar (...)fim de semana ou outro com ele e com a minha irmã	Quando fui para o refúgio ligava para lá todos os dias para falar com ele. E também falava com elas ao telefone.			Eles lá falaram com este e aquele, lá na Câmara, trataram de tudo	Ajudaram a resolver o problema do apartamento	Falavam com o meu pai também, ele começou a deixá-lo ir com ele para as terras só depois de fazer os trabalhos que trazia da escola
Os dois lares trabalharam em conjunto comigo	Quando comecei a ir para casa do meu pai (...) ela também foi, depois fomos viver os três juntos.			As doutoras ajudaram-me a encontrar um emprego. Reunimos várias vezes, para planificar a ida dela.		Ouviram sempre, nas reuniões falávamos de como resolver as coisas	
Sempre profissionais e atentos a pequenos detalhes na forma como prepararam as minhas conversas com os meus filhos, os passos a dar		Conversámos e fomos marcando sempre outras reuniões.		Começou aos poucos, só ao fim de semana, depois nas férias de Natal.		ajudaram muito a não deixar ir a menina para adoção.	perceberam que não há nada como conversar. Falar das coisas resolve muito.
	* comentários recolhidos do pai e do irmão, não foi possível entrevistar a jovem	Depois ajudaram-me a tratar de um pedido de casa social na vila, arranjei emprego. Consegui reorganizar a vida. Aos fins de semana vinham os dois para minha casa e, aos poucos, conseguimos recomeçar a vida todos juntos		Nas férias grandes, como correu bem, veio de vez. Eu não era incompetente		Toda a gente me achava incompetente, mas mostrei que não sou.	Fizeram umas cartas para o tribunal e para a segurança social e as coisas compuseram-se.
				Acreditaram em mim, eu acreditei nelas e, todas juntas, resolvemos.		Só não sabia como resolver as coisas	

Quadro 12: Comparação de respostas dos progenitores das diferentes instituições

Anexo V

Nº de crianças e jovens institucionalizadas em Portugal

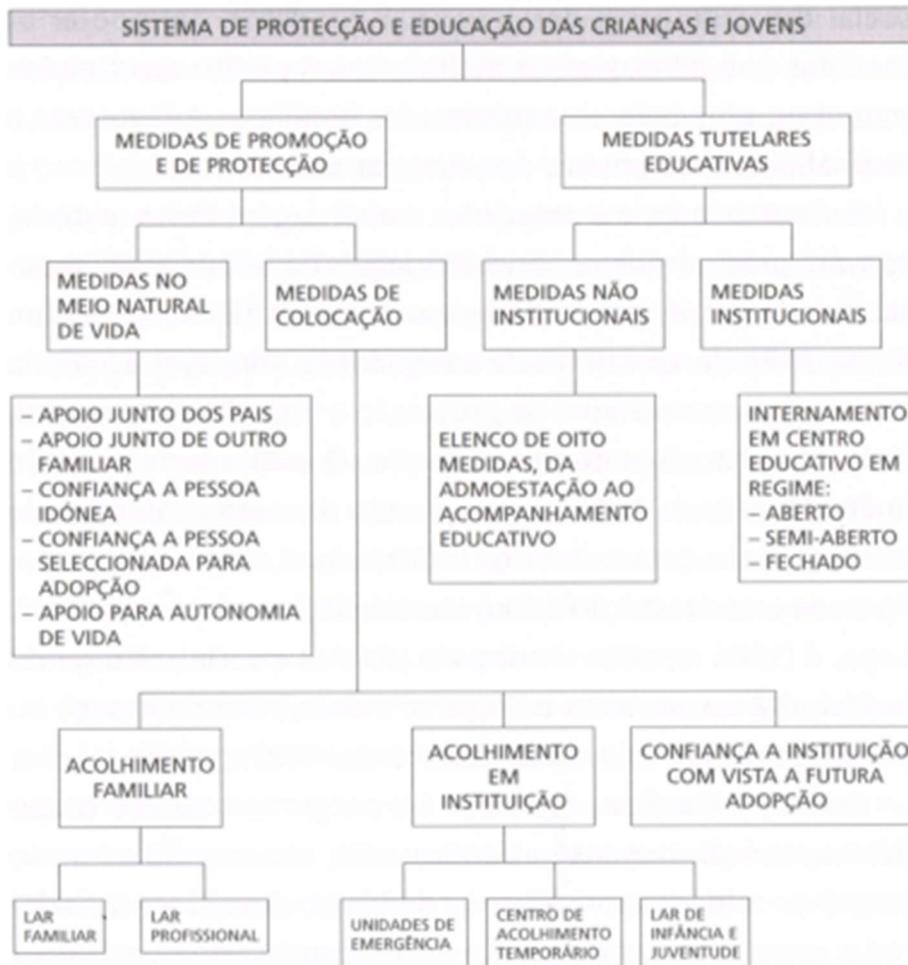


Quadro 13: Evolução do nº de crianças e jovens institucionalizados: 2006/2016

Fonte: Relatório Casa 2016

Anexo VI

Esquema do Sistema de Proteção em Portugal



Quadro 14: Esquema das medidas de Promoção e Protecção
Retirado de Delgado (2006)

Anexo VII

Documentos disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social, IP

Na Formação do Plano DOM para técnicos e dirigentes – 2008

Plano DOM

Intervenção com as Famílias das Crianças Acolhidas

Objectivos gerais

- Identificar os objectivos gerais da intervenção com as famílias
- Identificar as principais características das famílias e das crianças que se encontram acolhidas
- Identificar os factores de risco e de protecção com vista à definição de um plano de intervenção
- Identificar a posição da instituição
- Identificar as estratégias de intervenção com vista à reunificação

A família

- Uma entidade dinâmica em evolução constituída por vários subsistemas que vão mudando ao longo do seu ciclo de vida, no seu funcionamento individual, familiar e comunitário

Sistema integrado no sistema comunitário, por sua vez enquadrado no sistema cultural (hierarquia sistémica)



Duas visões possíveis:

- Visão microscópica**
explicar o todo a partir das partes
- Visão macroscópica**
explicar as partes a partir do todo, a partir das relações entre eles (abordagem sistémica)

Princípios do pensamento sistémico

- Os membros da família estão relacionados uns com os outros (interdependência). Uma parte da família não pode ser compreendida sem o resto do sistema.
- Qualquer mudança num subsistema provoca mudanças no conjunto de outros subsistemas, transformando assim a qualidade emergente que dele resulta (totalidade). O funcionamento familiar é maior que a soma das suas partes.
- A estrutura e organização da família são importantes na determinação do comportamento dos seus membros
- A comunicação e o feedback entre os membros são importantes no funcionamento do sistema familiar. É a comunicação que liga ou desliga os elementos.

Princípios do pensamento sistémico

- Um mesmo objectivo pode ser atingido a partir de condições iniciais diferentes ou através de caminhos diferentes (princípio da equifinalidade)
- Cada unidade sistémica é simultaneamente parte e todo (princípio hologramático)
- No seu funcionamento, a família integra as influências externas mas não está dependente delas; há forças internas que contribuem para a sua "regulação" (auto-organização).

Princípios do pensamento sistémico

- Não há um observado sem um observador e (...) o resultado da observação é sempre uma construção resultante da interacção recursiva entre o que observa e o que é observado (visões múltiplas e auto-referência) (Foerster, 1996)
- Mudança é irreversível e imprevisível. Não é possível ser como antes, apenas como depois (Ausiolo)
- A mudança é permanente, mas em determinados momentos amplifica-se transformando-se (Ponto de bifurcação) a estrutura prévia numa outra estrutura - um novo equilíbrio (ver diferente para pensar diferente).

Sistema familiar

- ▶ Cada família é portanto um conjunto activo, estruturado, evolutivo, que se define em função

das diferenças que apresenta na relação com o contexto em que vive (limites) e nas finalidades que constituem a sua razão de existir.



10 de Novembro de 2008 9

Sistema familiar- "Unir-se para co-existir-co-evoluir"

Contexto para crescer e receber auxílio

Grupo com uma história construída no tempo

(eixo diacrónico)

Grupo com normas e padrões de relação próprios

(eixo sincrónico)

Equilíbrios dentro de cada eixo definem a funcionalidade ou disfuncionalidade da família (diagnóstico relacional)



10 de Novembro de 2008 10

Sistema familiar

Eixos sincrónico e diacrónico



10 de Novembro de 2008 11

Articulação espaço-tempo familiar

Disfuncionamento familiar

Eixo sincrónico

Eixo relacional (espaço)

Rigidificação estrutural e relacional
(Comunicação patológica)

Eixo diacrónico

Eixo da história familiar (tempo)

Inadequação da resposta do sistema à exigência de mudança

Rigidificação transaccional

-família centripetas (emaranhadas)

-famílias centrifugas (desmembradas)



10 de Novembro de 2008 12

Sistema familiar

- ▶ Não há diferenças qualitativas entre famílias disfuncionais e funcionais

Numa família funcional há períodos de **maior emaranhamento** (formação do casal e com filhos pequenos) e **maior desmembramento** (adolescência, saída de casa)



10 de Novembro de 2008 13

Funções da família

(Nível interno) Protecção/sentimento de pertença

- ▶ Gera afectos entre os seus membros
- ▶ Proporciona segurança e aceitação pessoal
- ▶ Proporciona satisfação e sentimento de utilidade
- ▶ Assegura continuidade das relações

(Nível externo) Socialização/Autonomia

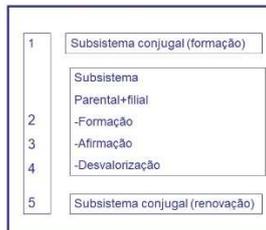
- ▶ Estabilidade e socialização (continuidade das normas culturais)
- ▶ Autoridade e sentimento do que é correcto (socialmente aceitável)



10 de Novembro de 2008 14

Ciclo vital da família

- ▶ Fases diferenciadas da evolução da família nuclear, assinaladas pelas chamadas crises- neste caso normativas
- ▶ As crises colocam o sistema perante a necessidade de mudança (reestruturação)

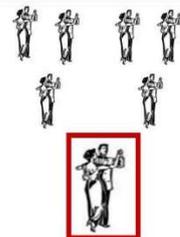


10 de Novembro de 2008 15

Formação do casal

A grande tarefa do casal é atingir uma definição comum da realidade para além da definição de uma vida conjugal

- @criar uma nova família,
- @construir sentimento de pertença,
- @preparar a parentalidade



10 de Novembro de 2008 16

F. com filhos pequenos e na escola

Complexidade da Estrutura e Relações familiares

Conjugalidade articula-se com Parentalidade
Articulação entre papéis maternal e parental
Complementaridade com Filhos e Simetria entre pais

Abertura aos sistemas exteriores (escola e família alargada)
Movimento de separação e autonomia
Co-habitação entre sistemas executivos



18 de Novembro de 2002 17

F. com filhos adolescentes

Redefinir a parentalidade

- 1) continuação da redefinição de limites,
 - papéis parentais (função de suporte e não de controlo)
 - papéis filiais (deixa de estar na posição de dependência hierárquica)
- 2) movimento progressivo de separação
 - Dependência/autonomia (abertura ao exterior-grupo de pares)
 - Obediência/desobediência
 - Idealização/ desidealização dos pais



18 de Novembro de 2002 18

Ciclo de vida (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

Reconstruindo a história da família desvenda-se que os pais e e/ou avós viveram emigrações recentes, ou institucionalizações prolongadas ou procedem de famílias multiproblemáticas (Sousa, 1995)

Há um enredo anterior que torna o contexto familiar para quem o vive e profundamente estranho para quem nunca o sentiu (Weizman, 1985)



18 de Novembro de 2002 19

Ciclo de vida (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

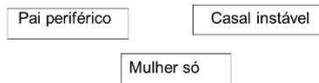
Idade da mulher	Acontecimentos de ciclo de vida
0-6	<ul style="list-style-type: none"> A criança está aos cuidados da avó, mantendo uma relação precária e rara com o pai Insucesso escolar, acompanhado de elevado absentismo
7-12	<ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade pelos irmãos mais velhos Primeira gravidez
12-17	<ul style="list-style-type: none"> Abandono da escolaridade Primeiro filho
18-21	<ul style="list-style-type: none"> Apoio dos pais à jovem mãe e filho Segunda gravidez
22-25	<ul style="list-style-type: none"> A jovem mãe adquire o estatuto de adultos junto aos pais Terceira gravidez
26-30	<ul style="list-style-type: none"> Casamento e saída de casa dos pais Separação do marido
31-35	<ul style="list-style-type: none"> A jovem torna-se a responsável única pela sua família Primeiro neto A mãe torna-se avó e ajuda a cuidar da filha e do neto



18 de Novembro de 2002 20

Estrutura (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

- ▶ Estruturas típicas
 - Inconsistência e falta de controlo
 - Múltiplos acontecimentos relativos a relações amorosas que começam e terminam em pouco tempo
 - Zangas consecutivas que levam à saída de um membro ao seu regresso pouco tempo após



18 de Novembro de 2002 21

Estrutura (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

- ▶ Limites
 - Desmembramento (a hierarquia caótica reduz ao mínimo as regras, existindo distância entre os membros e facilidade nas entradas e saídas do sistema)
 - Facilidade do contexto envolvente penetrar no sistema e este deixar-se diluir naquele (famílias diluídas)
- ▶ Conjugalidade
 - Labilidade afectiva (instabilidade impede amadurecer as relações conjugais; desaguisados constantes ou picos de grande paixão)
 - Um ou outro elemento do casal apresenta com frequência perturbação ao nível de doença mental



18 de Novembro de 2002 22

Estrutura (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

- ▶ Limites
 - Desmembramento (a hierarquia caótica reduz ao mínimo as regras, existindo distância entre os membros e facilidade nas entradas e saídas do sistema)
 - Facilidade do contexto envolvente penetrar no sistema e este deixar-se diluir naquele (famílias diluídas)
- ▶ Conjugalidade
 - Labilidade afectiva (instabilidade impede amadurecer as relações conjugais; desaguisados constantes ou picos de grande paixão)
 - Um ou outro elemento do casal apresenta com frequência perturbação ao nível de doença mental



18 de Novembro de 2002 23

Estrutura (PARTICULARIDADES DAS FAMÍLIAS EM ESTUDO)

- ▶ Parentalidade
 - Alianças disfuncionais entre pais e filhos
 - Multiparentalidade
 - Disciplina coercitiva (impulsos agressivos)
 - Filhos "pirilampicamente" parentificados

Características individuais dos pais

- personalidade imatura e impulsiva; baixo auto-controlo e reduzida tolerância à frustração; vulnerabilidade ao stress; doença mental
- antecedentes de terem sofrido negligência, abandono ou maus-tratos
- gravidezes muito próximas e idade materna muito jovem
- consumo de drogas/álcool



18 de Novembro de 2002 24

- ▶ Funções familiares
 - Escasseia o sentido de objectivos familiares (as energias são gastas em conflitos imediatos, situações de emergência e sobrevivência)
- ▶ Comunicação
 - Falta de directividade e clareza
 - Negatividade, culpabilidade e crítica constante
 - Uso de generalizações (não sou capaz de nada)
 - Pensamento muito concreto
 - Incapacidade de pensar o futuro (vive-se o presente)

- ▶ Organização
 - «casa aberta a todos os ventos»- falta de delimitação de espaços, precaridade. É uma espaço onde se come e dorme mas está despido de valor relacional.
 - ▶ Economia familiar
 - raridade de uma carreira profissional
 - a organização económica é espelho da desorganização
- A resposta à crise encontra-se debilitada...
...Indução de afectos negativos nos membros da família

- ▶ Organização
 - «casa aberta a todos os ventos»- falta de delimitação de espaços, precaridade. É uma espaço onde se come e dorme mas está despido de valor relacional.
 - ▶ Economia familiar
 - raridade de uma carreira profissional
 - a organização económica é espelho da desorganização
- A resposta à crise encontra-se debilitada...
...Indução de afectos negativos nos membros da família

Apesar da disfuncionalidade, há ponta por onde se lhe pegue...

- 1) Reconhecimento que os pais amam os filhos, mesmo que sejam menos competentes na execução das suas tarefas (não sabem fazer melhor já que as suas referências foram inseguras e instáveis)
- 2) Reservas de lealdade e dependência (à sua maneira sentem-se unidos). Tal implica que da parte da comunidade surja a vontade de ajudar (desencadeiam mecanismos protectores)
- 3) Um conflito conjugal pode conduzir por parte da mãe, por exemplo, à protecção dos filhos

- ▶ Interdependência
- ▶ Comunicação
- ▶ Intimidade
- ▶ Relação estável entre adulto e criança
- ▶ Compromisso pessoal entre os cuidadores e entre estes e a criança

Os pais como sujeitos e veículos do desenvolvimento

- ▶ Ter e desenvolver um projecto educativo, que se estende desde o nascimento dos filhos até à sua maioridade
- ▶ Envolver-se pessoal e emocionalmente
- ▶ Dar conteúdo ao projecto educativo, desempenhando diferentes tarefas que propiciam um ambiente com qualidade.

- ▶ Manutenção da vida: Condições básicas de sobrevivência e bem-estar:
 - ▶ Alimentação
 - ▶ Higiene
 - ▶ Saúde
 - ▶ Segurança física
- ▶ Apoio Emocional:
 - ▶ Ambiente caloroso
 - ▶ Ambiente responsivo
- ▶ Estimulação:
 - ▶ Físico-espacial: comportamento motor exploratório
 - ▶ Socio-emocional: relacionamento com pares e com adultos, com diferentes estatutos
 - ▶ Cognitivo-intelectual: contacto e manipulação de objectos; acesso a contextos e experiências variadas

- ▶ Estrutura:
 - ▶ Consistência e clareza da organização:
 - ▶ Ambiente físico
 - ▶ Interações sociais
 - ▶ Regras de convivência social
 - ▶ Valores
 - ▶ Rotinas
- ▶ Supervisão:
 - ▶ Cognitiva – resolução de problemas
 - ▶ Social – relação com pares

Intervir com as famílias com crianças acolhidas...

...Enquanto forma de:

1. Melhor compreender o sistema familiar
2. Definir factores de risco e de protecção
3. Assegurar um relacionamento de afecto o mais "constante e ininterrupto" possível (Goldstein et al., 1987)
4. Permitir um ajustamento mais adequado da criança ou do jovem à compreensão dos motivos do acolhimento e à diminuição de sintomatologia associada
5. Auxiliar na preparação e planeamento de estratégias de intervenção



19 de Novembro de 2008 21

DEFINIÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO COM A FAMÍLIA: Factores de Risco e de Protecção da Família e da Criança

1º passo- Preparar e planear

Objectivo: conhecer o sistema com quem se vai trabalhar

Resultados:

- Conhecer os serviços envolvidos
- Conhecer a definição de problema pelos diversos serviços
- Compreender os limites entre a família e os serviços envolvidos
- Conhecer soluções passadas e actuais para o problema e resultados
- Conhecer as previsões dos envolvidos em relação ao caso



19 de Novembro de 2008 22

DEFINIÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO COM A FAMÍLIA: Factores de Risco e de Protecção da Família e da Criança

Mas ainda vai ser preciso...

Identificar situações e factores de risco e potenciar competências em três níveis:

- ▶ Criança
- ▶ Família
- ▶ Contexto

Como? Com a lente do
**Modelo de Avaliação
das necessidades
(apenas guia)**



19 de Novembro de 2008 23

DEFINIÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO COM A FAMÍLIA: Factores de Risco e de Protecção da Família e da Criança

2º PASSO - Arrumar ideias antes do encontro com a família

- ▶ A Família como agente **activo** na construção do seu projecto de vida.
- ▶ Potenciar os factores de resiliência de cada criança ou jovem nos seus diferentes contextos vivenciais e significativos.
- ▶ Identificar quais os recursos/ serviços de apoio ou outros tipos de intervenções que podem ajudar a alcançar tais alterações.
- ▶ Objectivos precisos, realistas e exequíveis.
- ▶ Estratégias específicas para cada um dos objectivos
- ▶ Definição clara dos intervenientes
- ▶ Timings de avaliação.
- ▶ Reformulação em função da dinâmica de cada família.



19 de Novembro de 2008 24

Intervir com as famílias com crianças acolhidas...

...Enquanto forma de:

6. Articular os serviços de ajuda, prevenindo que estes contribuam para os problemas (Sousa, 2005)
7. Activar as competências da família e ajudar a transformar a crise em oportunidade
8. Introduzir a mudança na cadeia transgeracional
9. Ajudar a definir metas e, conseqüentemente, delinear o projecto de vida da criança



19 de Novembro de 2008 25

DEFINIÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO COM A FAMÍLIA: Factores de Risco e de Protecção da Família e da Criança

Com estes resultados é possível...

- ▶ Identificar os factores que podem ter determinado aparecimento e a manutenção da situação de risco na criança.
- ▶ Determinar quais as alterações necessárias para garantir a segurança e o bem-estar da criança.
- ▶ Identificar quais os recursos/ serviços de apoio ou outros tipos de intervenções que podem ajudar a alcançar tais alterações.
- ▶ Estabelecer o prognóstico do caso no que respeita às possibilidades de conseguir que os pais sejam capazes de responder adequadamente às necessidades e bem-estar da Criança.



19 de Novembro de 2008 26

Modelo de Avaliação das Necessidades das Crianças e suas Famílias



Faite: Department of Health, CT per Deyra Kral & Andy Taylor, 2005

Plano de Intervenção

3º PASSO Arrumar a casa antes do encontro com a família

Profissionais:

- carácter multidisciplinar e articulação (conflitos de poder) (Parceiros, Tribunais, CPCJs)
- As emoções do profissional e da equipa
- a necessidade de um "gestor de caso"

Definir deveres e direitos da família:

- contrato / acordo
- Plano de visitas (família → instituição; criança/jovem → família)



19 de Novembro de 2008 27



19 de Novembro de 2008 28

Vantagens da Institucionalização

- ▶ Continuidade nos cuidados - meio sentido como securizante.
- ▶ Previsibilidade - Possibilita a organização psicológica
- ▶ Modelos de relações estruturantes

Possibilidade de acreditar e confiar no outro
 Possibilidade de acreditar em si – auto estima

Desvantagens da Institucionalização

As crianças em situação de acolhimento institucional encontram-se em situação de maior fragilidade emocional. Neste sentido existem factores associados ao processo de institucionalização de menores, que poderão ter implicações negativas nas mesmas:

- ▶ Sentimento de punição
- ▶ Estigmatização e descriminação social
- ▶ Demissão/ diminuição da responsabilidade familiar
- ▶ Controlo social/ reprodução de desigualdades

Formatos de relação da instituição com a família: da substituição à complementaridade, do litígio à parceria



Formatos de relação da instituição com a família: da substituição à complementaridade, do litígio à parceria

Objectivos da intervenção	Com a criança: assegurar as condições necessárias a um desenvolvimento harmonioso	Estratégias de intervenção: ▶ função terapéutica da instituição ▶ definição e implementação do projecto de vida
	Com os pais: Desenvolver as competências parentais necessárias para que aquele objectivo com a criança possa ser alcançado	Estratégias de intervenção: ▶ Promoção das capacidades da família ▶ Utilização dos serviços como apoio complementar, não como substituto

Condições e práticas institucionais potenciadoras de desenvolvimento de competências parentais

- ▶ Envolvimento das famílias:
 - ▶ Na satisfação das necessidades da criança/jovem
 - ▶ Na definição do projecto de vida da criança/jovem
- ▶ Práticas institucionais:
 - ▶ Definição dos objectivos das visitas tendo em conta as áreas de desenvolvimento de competências
 - ▶ Apoio ao desenvolvimento de competências durante a supervisão de visitas e nas sessões de aconselhamento parental
 - ▶ Flexibilidade dos horários de visita em função das necessidades da criança e da disponibilidade dos pais (tendo em conta as regras da instituição)

Relação dos profissionais com as Famílias

- ▶ A equipa técnica e a equipa educativa não trabalham só com a criança/jovem, **trabalham com as famílias**, em função (sempre!) do Superior Interesse da Criança.
- ▶ A atitude dos profissionais perante as famílias é um elemento determinante para que possamos trabalhar em parceria e não em litígio com as famílias. Será importante:
- ▶ Ganhar a confiança da família, através da compreensão das suas "resistências" iniciais:
 - ▶ Falar de forma respeitosa, evitando qualquer reparo pejorativo;
 - ▶ Receber os pais em privado de forma individualizada e atenciosa;
 - ▶ Manter comunicação clara em relação às razões do acolhimento, os seus objectivos e o projecto de vida da criança;
 - ▶ Fazer cumprir as regras da instituição;
 - ▶ As visitas não devem ser usadas de forma a controlar o comportamento da criança.

Parceria com as famílias

4º PASSO- Primeiros contactos com a família

Objectivos:

Marcar o contexto de centração nas famílias e suas competências
 Explorar padrões alternativos da relação
 Reenquadrar ideias sobre a família e o problema
 Reconhecer redes de apoios
 Gerir conflitos

Parceria com as famílias

4º PASSO- Primeiros contactos com a família

Resultados

Definir o contexto de intervenção
 Estabelecer objectivos comuns
 Delimitar o sistema com o qual se vai trabalhar

Trabalhar com as famílias

- ▶ Colaborar é **trabalhar em conjunto** com as nossas competências, os nossos valores, as nossas insuficiências, sabendo que não são verdades na educação mas apenas um processo de tentativa e erro no qual se pode caminhar e crescer
- ▶ **Envolver a família e capacitá-la**
(as famílias não estão acostumadas a desenvolver este papel activo e os profissionais não costumam ir no banco de trás)
a) convidar a família (os técnicos têm que saber explicar bem a importância deste envolvimento)



18 de Novembro de 2008 47

Trabalhar com as famílias

- ▶ Recolher informações, preencher formulários e tomar decisões

ATENÇÃO... PREENCHER APENAS FORMULÁRIOS
PODE LEVAR A FAMÍLIA A PENSAR QUE TEM
UMLUGAR PASSIVO E SÓ ESTÁ ALI PARA SER
INFORMADA

Intercalar questões formais exigidas pela instituição com temas sobre os quais só a família sabe



18 de Novembro de 2008 48

Trabalhar com as famílias

- ▶ Da **recolha de dados** à circulação das informações..
- o objectivo é que no fim da entrevista os diferentes membros da família tenham comunicado entre si suficientes informações para que compreendam melhor o seu funcionamento ("Nunca tinha pensado nisso")
- ▶ Do **conselho** à circulação da informação..
os conselhos não são informações, mas mais ruído que impede de pensar, que impede a família de encontrar soluções



18 de Novembro de 2008 49

Trabalhar com as famílias

- ▶ Procura de problemas e conflitos. Ver comportamentos verbais e não verbais. Ver como a família lida com as (dis)cordâncias
- ▶ Enfatizar aspectos negativos ou apanhar a família quando esta descreve competências
- ▶ "Vocês não se ocupam o suficiente do vosso filho" atitude de julgamento. Substituir, por exemplo, por "Fico sensibilizado ao ver quanto ele precisa de vocês"
- ▶ Suprimir o termo de manipulação pelo de estratégia. É legítimo que tanto os intervenientes como as famílias os tenham



18 de Novembro de 2008 50

Trabalhar com as famílias

- ▶ Definir objectivos- restituir à rede primária a matriz das soluções que elas desejam (exequíveis, valorizados pela família e restantes envolvidos)

Grupais	Individuais
<ul style="list-style-type: none">↳ Autonomizar a família em relação aos serviços de apoio↳ Aumentar espaço de partilha de emoções↳ Desenvolver ritos que envolvam os vários elementos da família	<ul style="list-style-type: none">↳ Acalmar emoções que pela sua intensidade interferem nas dinâmicas pessoais e familiares↳ Estimular ideias novas↳ Colocar freio à impulsividade



18 de Novembro de 2008 51

Trabalhar com as famílias

- ▶ Plano de continuação (Contrato)
 - Alimentar a parceria
 - Persistir
 - Ser paciente

Espaços estruturados para reuniões em rede
Pensar a rede de relações comunitária
Pensar o plano de intervenção que:

- resolva problemas
- seja preventivo
- envolva todos os intervenientes



18 de Novembro de 2008 52

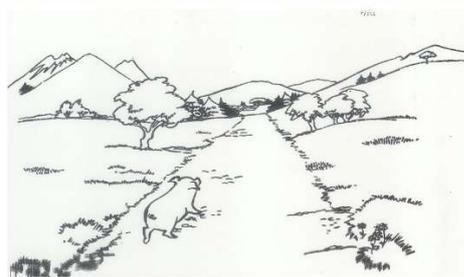
No momento da reunificação

- ▶ Permitir que a criança/jovem leve consigo recordações da instituição e mantenha contacto com profissionais e amigos
- ▶ Supervisão e apoio à família no cuidado com a criança/jovem (regras, rotinas, hábitos expectativas face às novas alterações familiares)
- ▶ Informar acerca da evolução da criança/jovem e de como pode ajudar no seu desenvolvimento
- ▶ Ajudar na resolução de conflitos que, naturalmente, possam surgir (mediação)
- ▶ Colaborar com outros profissionais que passem a acompanhar a família e, quando possível, continuar a acompanhá-la



(D'Almeida, 2009)

E quando não é possível a reunificação?



18 de Novembro de 2008 54

E quando não é possível a reunificação?

- ▶ *Timing* da intervenção com a família vs. tempo útil da criança
- ▶ Definição de um projecto de vida alternativo à família (adopção, acolhimento familiar, apoio para autonomia de vida)
- ▶ Critérios a ter em conta na definição projecto de vida alternativo (idade da criança ou jovem, competências pessoais da criança ou jovem, disponibilidade de meios e recursos externos, etc.)
- ▶ Definir estratégias de apoio à criança ou jovem para a prossecução do projecto de vida alternativo



18 de Novembro de 2005 55

Rede suporte formal e informal

- ▶ Identificar quais os recursos sociais e comunitários de que a criança ou jovem e a sua família necessitam/têm à disposição
- ▶ Capacitar a família para a identificação das suas próprias necessidades e identificação dos recursos existentes
- ▶ Em conjunto com a família e a criança ou jovem, elaborar um guia local dos recursos sociais e comunitários
- ▶ Definir um plano de *follow-up* após a saída da criança ou jovem da instituição



18 de Novembro de 2005 56

Reflexões finais

- ▶ "Todas as famílias têm competências, mas em certas situações ou não as sabem utilizar actualmente, ou não sabem que as têm, ou estão impedidas de as utilizar, ou impedem-se elas próprias de as utilizar por diferentes razões"

▶ "A instituição é uma caixa de ferramentas da qual os pais têm a chave. Trabalhem juntos para que eles se possam servir delas".

(Ausloos)



18 de Novembro de 2005 57

liberdade para **Pensar**
autonomia para **Viver**



Instituto da Segurança Social, I.P.
DDS/UIJ/EPQAA

Agenda

1. acolhimento institucional
2. linhas de intervenção
3. autonomia / autonomização
4. níveis e áreas de intervenção
5. empowerment (capacitação)
6. Conclusões
7. Apartamentos de autonomização



liberdade para **Pensar**
autonomia para **Viver**

Isabel Gomes - Abril 2008



7 de Janeiro de 2016 3

Acolhimento Institucional

Situação Transitória
Tempo Útil
Direito a viver no seio de uma **família**
Respeito pela individualidade da criança

Projecto de Vida
Reintegração familiar, Adopção, Famílias de Acolhimento, Autonomização



7 de Janeiro de 2016 4

Linhas de Intervenção

Acolher Cuidar Educar Autonomizar
Socializar

Construção de Rede de Afectos

Autonomia



7 de Janeiro de 2016 5

Objectivos Gerais

Desenvolvimento Pessoal:

- ▶ Motivar para a reflexão e para o crescimento pessoal, fomentando a mudança de atitudes, e a sua participação activa no projecto de vida.
- ▶ Trabalhar as emoções da criança ou jovem, ajudá-la a construir a sua própria identidade, bem como a melhorar a auto-estima.
- ▶ Favorecer o estabelecimento de relações significativas, criar uma rede de recursos que o apoiem e orientem no seu processo de autonomização.
- ▶ Promover as suas competências quer individuais quer sociais



5 de janeiro de 2018 6

Objectivos Gerais

Competências Sociais

- ▶ Favorecer processos de autonomia pessoal e social.
- ▶ Proporcionar-lhe recursos pessoais e sociais para a independência.
- ▶ Incentivar a sua formação escolar e profissional.
- ▶ Facilitar a sua inserção no mundo laboral.
- ▶ Proporcionar e incentivar hábitos de vida saudáveis.



5 de janeiro de 2018 7

Autonomia / Autonomização

- ▶ **Autonomia:** Capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos assuntos e opções próprias. Não se refere apenas a um nível económico e físico, mas também à afectividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias.
 - ▶ As bases e a estrutura onde assenta o comportamento responsável de Autonomia devem ser trabalhadas desde a infância assume especial relevância o papel que os adultos desempenham enquanto modelos de referência e a qualidade das relações estabelecidas.
- ▶ **Autonomização:** período final da intervenção sobre a autonomia, que visa a reflexão e desenvolvimento de estratégias, tendo em vista a saída do jovem do Lar e a sua consequente plena autonomia de vida.



5 de janeiro de 2018 8

Empowerment (capacitação)

Perspectiva do Empowerment (Capacitação)

- ▶ Conferir poder pessoal a cada criança/jovem, por forma a que estes desenvolvam uma percepção de controlo sobre as circunstâncias da sua vida.

Desenvolver a Resiliência Individual

- ▶ Apoio na identificação das suas necessidades de forma pro-activa, na mobilização dos recursos e no alcance dos objectivos através da amplificação das suas capacidades e recursos pessoais



5 de janeiro de 2018 9

Autonomia em Contexto Institucional

- ▶ Autonomização ocorre necessariamente numa idade mais precoce comparativamente com os pares
- ▶ A percepção de não poder "voltar a casa"
- ▶ Manifestação sentimentos de baixa auto-estima e auto-confiança
- ▶ A existência de défices cognitivos e baixas competências sócio-afectivas
- ▶ Inexistência de relações significativas
- ▶ Rede de social inexistente ou pouco consistente
- ▶ A existência de modelos de referencia com actuações divergentes e a imprevisibilidade do meio envolvente

Tomada de **Decisão**
Responsabilidade pelos assuntos de ordem pessoal
Trabalhar a Rede Social de **Suporte**
Maior confiança em enfrentar o **FUTURO**



5 de janeiro de 2018 10

Níveis de Intervenção

Sócio-Afectivo (Dimensões Afectiva e Cognitiva)



Autonomia de Valores

Comportamental (Competências Práticas)



5 de janeiro de 2018 11

Áreas de Intervenção (1/2)

- ▶ **Conhecimento de si próprio**
 - ▶ Sentir-se bem consigo próprio
 - ▶ Conhecer as suas emoções / empatia
 - ▶ Conhecer as suas necessidades e dificuldades
 - ▶ Cuidado com aparência e higiene pessoal
 - ▶ Cuidado com saúde e vida saudável
- ▶ **Gestão Doméstica**
 - ▶ Organização / arrumação dos espaços
 - ▶ Lavar e passar a ferro a roupa
 - ▶ Cozinhar
- ▶ **Gestão Financeira / Dinheiro**
 - ▶ Aprender a gerir a mesada, definir prioridades (Gastos diários / passe / lazer)
 - ▶ Conta bancária (poupança)
 - ▶ Impostos
 - ▶ Noção do valores das rendas / contractos luz/água
 - ▶ Custos com a alimentação



5 de janeiro de 2018 12

Áreas de Intervenção (2/2)

- ▶ **Escola / Formação e Emprego**
 - ▶ Motivar para as aprendizagens e importância do percurso formativo
 - ▶ Experiências pré-profissionais / voluntariado
 - ▶ Saber procurar e manter o emprego (currículos / entrevistas)
- ▶ **Rede Social de Apoio**
 - ▶ Promoção de valores sociais
 - ▶ Estimular relações de amizade positivas
 - ▶ Manter contactos com a família (sempre que se justifique)
 - ▶ Consciência do contexto e realidade actuais
 - ▶ Ocupação de tempos livres
 - ▶ Conhecer e recorrer aos recursos da comunidade



5 de janeiro de 2018 13

Recursos de Apoio

ÁREAS	RECURSOS
Afectivo - emocional	Lar de acolhimento; Voluntários; Família
Autonomia e competência social	Grupos de Apoio; Instituto Nacional de Habitação; Câmara Municipal
Escolar	Escolas; Programa Novas Oportunidades
Emprego e formação profissional	IFP (emprego); Freqüência de cursos profissionais
Saúde	Centros de Saúde; Hospitais; Cartão da Segurança Social
Comunitária	Associações de Jovens (ex.: Escuteiros); Acções de Voluntariado



7 de janeiro de 2018 14

Conclusões (1/2)

- ▶ O processo de **Autonomia** vai-se construindo ao longo de todo o desenvolvimento
- ▶ Uma intervenção com vista à promoção da **Autonomia** terá de assentar na qualidade relacional, pelo que é fundamental que não se retire a naturalidade e espontaneidade, evitando cair numa intervenção unicamente técnica e asséptica
- ▶ Importância de existir uma articulação e comunicação eficaz entre todos os adultos.
- ▶ Todas as áreas e estratégias de intervenção encontram-se intimamente relacionadas, pelo que uma intervenção em determinado nível/área terá necessariamente de ser sustentada por princípios orientadores de base, que confirmem coerência às diferentes intervenções.



7 de janeiro de 2018 15

Conclusões (2/2)

- ▶ Uma maior **Autonomia** por parte da criança/jovem implica um esforço acrescido de acompanhamento por parte dos adultos. Este acompanhamento não pode porém ser confundido com "controle excessivo", inibidor dos movimentos de Autonomia. Por outro lado, as exigências deste processo, em grande medida superiores às dos jovens que vivem em meio familiar, não se devem sobrepor às dificuldades que estes naturalmente poderão manifestar.
- ▶ Trabalhar a **Autonomia** não pode ser associada pelo jovem, a um sentimento de "estar a mais" e "ser indesejável" naquela que queremos que seja a sua casa
- ▶ O acompanhamento das intervenções em **Autonomia** / Autonomização depende das características dos jovens e pressupõe uma avaliação periódica e consequente redefinição de metas.



Como Preparar a Saída



7 de janeiro de 2018 16



7 de janeiro de 2018 17

Quando preparar a saída?



Como preparar a saída?



Como preparar a saída?

Plano de Preparação para a Autonomização

Quando?	Desde a sua entrada na Instituição, todo o processo educativo deve induzir para a Autonomia Plena. O processo de desinstitucionalização deve ser contratualizado formalmente no mínimo 6 meses antes do fim da medida.
Com quem?	Jovens que possuam competências pessoais e sociais, que lhe permitam começar um processo de Autonomização, a partir dos 15 anos; Jovens que vão terminar a sua medida



Como preparar a saída?

Plano de Preparação para a Autonomização

- 1ª Parte** Diagnóstico de competências (pessoais, emocionais, sociais, educativas/profissionais, necessidades específicas de apoio) e de recursos
- 2ª Parte** Delinear do Plano e das Necessidades que precisam de ser satisfeitas:
 - Relações sociais e familiares;
 - Competências práticas a adquirir / treinar;
 - Educação, formação e emprego;
 - Competências específicas;
 - Saúde e desenvolvimento;
 - Apoio financeiro;
 - Forma de acompanhamento do processo de autonomização (psicológico e social);
- 3ª Parte** Avaliação - conjunta, participada e contínua



Quando preparar a saída?

Plano de Preparação para a Autonomização

- Implementação -

No contexto institucional:

- Definição do Plano
- Contratualização do Plano
- Implementação do treino de competências
- Activação da rede social e institucional de suporte
- Avaliação e reformulação do Plano

Fora do contexto institucional:

- Acompanhamento do processo de autonomização
- Agilização da rede social e institucional de suporte
- Avaliação e reformulação do Plano



Quando preparar a saída?

Supervisor Individual (Educador de apoio)

Funções?

- Negociar composição do Plano
- Garantir a activação a rede social e institucional de suporte necessária
- Coordenar os diferentes serviços envolvidos
- Acompanhar a implementação do Plano
- Garantir a avaliação e revisão do Plano
- Garantir o apoio, suporte emocional e funcional - "elo de ligação"



